

ANGÉLICA LYRA DE ARAUJO

AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS ESTUDANTES DE LONDRINA/PR SOBRE POLÍTICA



ARARAQUARA – S.P.
2016

ANGÉLICA LYRA DE ARAUJO

AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS ESTUDANTES DE LONDRINA/PR SOBRE POLÍTICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Segatto

**Co-orientadora: Profa Dra Maria
Ribeiro do Valle**

Bolsa: CNPq

ARARAQUARA – S.P.
2016

Araujo, Angélica Lyra de
AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS ESTUDANTES DE
LONDRINA/PR SOBRE POLÍTICA / Angélica Lyra de Araujo — 2016
151 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Segatto
Coorientador: Profa Dra Maria Ribeiro do Valle

1. Juventude. 2. Política. 3. Eleição. 4. Participação. 5. Educação. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado com os dados fornecidos pela autora.

ANGÉLICA LYRA DE ARAUJO

AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS ESTUDANTES DE LONDRINA/PR SOBRE POLÍTICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Segatto
Co-orientadora: Profa Dra Maria Ribeiro do Valle

Bolsa: CNPq

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Antonio Segatto (FCLAR/UNESP)
Presidente e Orientador

Profa Dra. Carla Gandini Giani Martelli (FCLAR/UNESP)
Membro Titular

Prof. Dr. Wagner de Melo Romão (IFCH-Unicamp)
Membro Titular

Profa Dra Angela Maria de Sousa Lima (UEL- PR)
Membro Titular

Profa Dra Andreia Maria Cavaminami Lugle (UEL- PR)
Membro Titular

Prof. Dr. Augusto Caccia Bava Júnior (FCLAR/UNESP)
Membro Suplente

Profa Dra Eliane Cleide da Silva Czernisz (UEL- PR)
Membro Suplente

Prof. Dr. Édison Bariani Júnior (Faculdade de Itápolis – SP)
Membro Suplente

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Araraquara, 23 de março de 2016.

In Memoriam

Eung Ho Park

João Francisco Cordeiro da Cruz

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que, embora não tenham estudado, me deram o maior tesouro: *os estudos*.

Ao meu orientador Prof. Dr José Antonio Segatto, pelo apoio, correções e orientações, em todas as etapas deste trabalho.

À minha co-orientadora Profa Dra Maria Ribeiro do Valle, pela dedicação, sugestões e correções valiosas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pelo apoio financeiro nos meus estudos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Araraquara, pelo zelo na nossa formação.

À Universidade Estadual de Londrina, em especial ao LENPES, pela colaboração e auxílio na aplicação da pesquisa.

À professora Ângela Maria de Sousa Lima, pela colaboração inestimável, companheira e motivadora de todas as etapas deste trabalho: seu modelo de vida enriqueceu significativamente a minha vida profissional e pessoal.

À professora Maria José de Rezende, pela amizade, pelo convívio e aprendizagem, suas preciosas sugestões foram relevantes no desabrochar de toda minha trajetória acadêmica.

À professora Luzia Helena Herrmann de Oliveira, exemplo de comprometimento, clareza, objetividade na pesquisa.

À professora Carla Horing, do Departamento de Estatística, da Universidade Estadual de Londrina, pela disponibilidade em me auxiliar na construção dos dados.

Ao professor Aluysio Fávaro pela cuidadosa e exímia revisão ortográfica e gramatical do português.

Ao Wesley Murbach Matos, pela colaboração fundamental na tabulação dos dados da pesquisa.

Aos professores Carla Gandini Giani Martelli e Wagner de Melo Romão, pelas sugestões preciosas dadas no momento da qualificação.

Aos professores João Carlos Soares Zuin e Augusto Caccia-Bava, dois grandes incentivadores, sempre dispostos a partilhar seus conhecimentos.

Aos professores da rede estadual de ensino de Londrina, que permitiram e apoiaram a pesquisa junto a seus alunos.

Aos jovens estudantes entrevistados, pela concessão de informações valiosas para a realização da pesquisa.

Ao Leandro Rodrigo Ogawa, pelo amor e apoio incondicional.

A todos que, com boa intenção e compreensão, contribuíram para a realização deste estudo.

“Será que ninguém vê
O caos em que vivemos?
Os jovens são tão jovens
E fica tudo por isso mesmo
A juventude é rica, a juventude é pobre
A juventude sofre e ninguém parece perceber [...]

A juventude está sozinha
Não há ninguém para ajudar
A explicar por que é que o mundo
É este desastre que aí está
Eu não sei, eu não sei

Dizem que eu não sei nada
Dizem que eu não tenho opinião
Me compram, me vendem, me estragam
E é tudo mentira, me deixam na mão
Não me deixam fazer nada
E a culpa é sempre minha

E meus amigos parecem ter medo
De quem fala o que sentiu
De quem pensa diferente
Nos querem todos iguais
Assim é bem mais fácil nos controlar
E mentir, mentir, mentir
E matar, matar, matar
O que eu tenho de melhor: *minha esperança*”.
(Renato Russo, Aloha, 1996)

ARAUJO, Angélica Lyra de. *As Percepções dos Jovens Estudantes de Londrina/PR sobre a Política*. 2016. 151 f. Tese [Doutorado em Ciências Sociais] – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016.

RESUMO

A pesquisa parte das observações sociológicas das percepções de jovens do ensino médio das escolas da rede estadual pública do município de Londrina, a partir da experiência possibilitada por projetos/programas de ensino/pesquisa/extensão desenvolvidos pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, dos quais participo como professora pesquisadora desde 2007. Observou-se um distanciamento e uma descrença desses jovens de temas relacionados à política, sobretudo desinteresse relativo ao voto. Por isso, recorremos à pesquisa quantitativa e investigamos através da técnica da amostragem probabilística estratificada quais as percepções políticas que este público, na faixa etária de 16 a 17 anos, tem da política institucional e como eles se veem representados nos pleitos eleitorais. Fizeram parte da amostra 2.000 estudantes. Muitas razões, como a depreciação e corrupção na política, delimitadas no trabalho, explicam a escolha pela cidade de Londrina/Paraná como campo empírico da pesquisa. Justifica-se a escolha dos estudantes do ensino médio de escolas públicas, porque ali se encontra o maior número de jovens aptos a tirar o título de eleitor e a votar. A pesquisa versa sobre a caracterização social dos jovens estudantes de Londrina, as percepções sobre sua participação nas eleições e seu interesse nas instituições, os aspectos políticos e culturais na socialização dos jovens estudantes desse município e análise dos jovens e de suas perspectivas sobre a política no Brasil. Os resultados demonstraram que os jovens precisam ser compreendidos nas especificidades e pluralidades no âmbito de um sistema político e cultural brasileiro, paranaense e londrinense, perpassado por fragilidades, incertezas e instabilidades políticas que influenciam na sua maneira de perceber a participação, o voto, as manifestações, os movimentos sociais, os partidos, entre outros elementos que compõem o cenário político. Por isso, a relevância de ouvir e analisar a opinião dos jovens londrinenses dessa faixa etária.

Palavras – chave: Juventude. Política. Eleição. Participação. Educação. Cultura Política.

ARAUJO, Angélica Lyra. Perceptions on Politics of Young Students in Londrina / PR. 2016. 151 f. Thesis (Doctorate in Social Sciences) - Faculty of Science and Letters. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016.

ABSTRACT

The research starts off from the sociological observations of Londrina state high school students' perceptions made possible by teaching/research/extension projects/programs developed by the Department of Social Sciences at the State University of Londrina I have participated in as research professor since 2007. A gap and a disbelief of these young subjects had been observed related to politics, especially a disinterest in general suffrage. Therefore, through a quantitative research with stratified probability sampling, we investigated the political perception of students aging 16-17 on institutional policy and how they see themselves represented in the electoral contests. The sample included 2.000 students. Many reasons, such as depreciation and political corruption, explain the choice of the city of Londrina/Paraná as our empirical research field. The choice of high school students from public schools is due to their becoming eligible to vote. The research addresses the social characteristics of young students in Londrina, perceptions on their participation in the elections and their interest in institutions, political and cultural aspects of the socialization of young students in this county and the analysis of young people and their perspectives on policy in Brazil. The results show that young people need to be understood in the specificities and plurality within the Brazilian state and municipal political and cultural system, permeated by political weaknesses, uncertainties and instabilities that influence their way of perceiving participation, voting, demonstrations, social movements, parties, and other elements that make up the political scene. Hence, the importance of listening to and analyzing the views of Londrina's young people in this age group.

Key words: Youth. Politics. Election. Participation. Education. Political Culture.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01** - Jovens de 16 e 17 anos de idade que trabalham e sua situação domiciliar..... 27
- Tabela 02** - Jovens de 16 e 17 anos de idade alfabetizados e que trabalham..... 27
- Tabela 03** - Jovens de 16 e 17 anos de idade, que trabalham e sua frequência na escola..... 29
- Tabela 04** - Jovens de 16 e 17 anos de idade que estão empregadas, distribuídos pela posição que ocupam e pela categoria do emprego no trabalho principal..... 29
- Tabela 05** - Jovens de 16 e 17 anos de idade que estão empregadas e têm rendimento mensal do trabalho principal..... 30
- Tabela 06** - População residente nas regiões de Londrina e sua situação domiciliar..... 31
- Tabela 07** - Jovens de 16 e 17 anos de idade residentes nas regiões de Londrina, sua frequência na escola e seu rendimento..... 31
- Tabela 08** - População residente nos distritos de Londrina e sua situação domiciliar..... 32
- Tabela 09** - Participação dos jovens em diversos segmentos..... 66
- Tabela 10** - Grau de confiança dos jovens estudantes..... 102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Identificação dos jovens: sexo.....	33
Gráfico 02 - Identificação dos jovens: idade.....	34
Gráfico 03 - Identificação dos jovens: período de aula.....	34
Gráfico 04 - Identificação dos jovens: série.....	35
Gráfico 05 - Identificação dos jovens: condição de trabalho.....	35
Gráfico 06 - Satisfação ou insatisfação relacionada à família.....	36
Gráfico 07 - Satisfação ou insatisfação relacionada ao emprego.....	37
Gráfico 08 - Satisfação ou insatisfação relacionada ao estudo.....	38
Gráfico 09 - Satisfação ou insatisfação relacionada aos amigos.....	39
Gráfico 10 - Satisfação ou insatisfação relacionada à maneira como se diverte.....	39
Gráfico 11 - Satisfação ou insatisfação relacionada à situação do Brasil.....	40
Gráfico 12 - Satisfação ou insatisfação relacionada ao governo.....	41
Gráfico 13 - Evolução dos jovens eleitores do Brasil.....	50
Gráfico 14 - Evolução dos jovens eleitores no estado do Paraná.....	53
Gráfico 15 - Evolução dos jovens eleitores na cidade de Londrina.....	54
Gráfico 16 - Importância da política na vida.....	56
Gráfico 17 - Representação da política.....	57
Gráfico 18 - Título de eleitor.....	58
Gráfico 19 - Motivações para tirar o título.....	61
Gráfico 20 - Opinião sobre a obrigatoriedade do voto.....	61
Gráfico 21 - Opinião sobre as eleições.....	62
Gráfico 22 - Interesse pelas eleições de 2014.....	63
Gráfico 23 - Preferência Partidária.....	64
Gráfico 24 - Participação nas manifestações de junho de 2013.....	83

Gráfico 25 - Opinião sobre as manifestações de junho de 2013.....	84
Gráfico 26 - Participação nas manifestações relacionada a sexo.....	85
Gráfico 27 - Participação nas manifestações relacionada à idade.....	85
Gráfico 28 - Participação nas manifestações relacionada ao período de aula.....	86
Gráfico 29 - Participação nas manifestações relacionada à condição de trabalho.....	86
Gráfico 30 - Participação de 2013 e a opinião sobre as manifestações de junho de 2013.....	87
Gráfico 31 - Opinião dos jovens sobre as manifestações relacionadas a sexo.....	88
Gráfico 32 - Opinião dos jovens sobre as manifestações relacionadas à idade.....	88
Gráfico 33 - Opinião dos jovens sobre as manifestações relacionadas ao período em que estuda.....	89
Gráfico 34 - Opinião dos jovens sobre as manifestações relacionadas à condição de trabalho.....	90
Gráfico 35 - Influência no voto.....	96
Gráfico 36 - Costume de conversar sobre política.....	108
Gráfico 37 - Costume de informar sobre política.....	109
Gráfico 38 - Crença na reforma política como melhoria no sistema eleitoral.....	112
Gráfico 39 - Expectativas de mudanças nas eleições no Brasil.....	113
Gráfico 40 - Necessidades dos jovens.....	116
Gráfico 41 - Sugestões para melhorar a política brasileira.....	118
Gráfico 42 - Dificuldades em responder o questionário.....	119

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO.....	13
2 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DOS JOVENS ESTUDANTES DE LONDRINA.....	26
2.1 Perfil geral dos jovens de 16 e 17 anos de Londrina.....	26
2.2 Perfil da amostra dos jovens estudantes das escolas públicas de Londrina.....	32
2.3 Os jovens pesquisados e o grau de satisfação e insatisfação com a vida.....	36
3 PERCEPÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA POLÍTICA.....	43
3.1 A participação dos jovens nas eleições no período de 1992 a 2014.....	43
3.2 A política na percepção dos jovens londrinenses.....	55
3.3 A participação dos jovens de 16 e 17 anos nos diversos segmentos institucionais.....	66
3.4 As repercussões das manifestações de 2013 em Londrina/Pr.....	72
3.5 A participação e a opinião dos jovens londrinenses e pesquisados nas manifestações de 2013.....	83
4 ASPECTOS POLÍTICOS E CULTURAIS NA SOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DE LONDRINA.....	92
4.1 A importância da socialização política na formação do jovem.....	92
4.2 A corrupção presente na política de Londrina.....	97
4.3 A cultura política como elemento de socialização política dos jovens.....	100
5 OS JOVENS ESTUDANTES E SUAS PERSPECTIVAS SOBRE A POLÍTICA NO BRASIL.....	111
5.1 Possibilidades de mudanças.....	111
5.2 Os jovens e suas opiniões de como melhorar a política.....	117
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	127
ANEXO – QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAR A OPINIÃO POLÍTICA DO JOVEM ESTUDANTE.....	146

1 INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO

“[...] Já podaram seus momentos. Desviaram seu destino. Seu sorriso de menino. Tantas vezes se escondeu. Mas renova-se a esperança. Nova aurora a cada dia. E há que se cuidar do broto. Pra que a vida nos dê flor e fruto. Coração de estudante. Há que se cuidar da vida. Há que se cuidar do mundo Tomar conta da amizade. Alegria e muito sonho. Espalhados no caminho [...]”.
(Milton Nascimento e Wagner Tiso, 1999)

De acordo, com o levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012, no último censo encontramos 52.237.849 milhões jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos, perfazendo aproximadamente 27% de toda população. Os jovens sofrem com a ausência ou precariedade dos serviços básicos¹, como saúde, educação, moradia, segurança, entre outros. Por isso, não foi de se estranhar que a indignação dos jovens ecoou nas ruas em junho de 2013.

Se não nos deixam sonhar não os deixaremos dormir, esta foi uma das inúmeras frases presentes nas faixas e cartazes nas manifestações ocorridas em junho de 2013. A frase chama atenção por referir-se a sonhos que podem ser traduzidos em esperança de dias melhores, em que as pessoas possam exercer o direito de viver com dignidade e sejam respeitadas como cidadãos.

O trecho *não os deixaremos dormir* pode ser compreendido como um grito dos manifestantes para incomodar toda a estrutura fundamentada nos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo e, mais do que isso, revelar também sua insatisfação com o sistema político brasileiro. De fato, é uma frase intrigante que, na sua essência, revela o mais profundo desejo de mudança.

No exercício de compreender um fenômeno complexo, no caso, a juventude, observamos que não há um consenso da definição da faixa etária do jovem. Há muitas variações, por exemplo, desde os estudos de Mannheim (1967) que revelou o quanto o conceito de adolescência está relacionado com uma construção cultural e histórica e os trabalhos de Ariés (1981) que demonstrou que as idades são construções sociais, o que dificultaria demarcar onde começa e termina o período de ser jovem. Assim como o estudo de Maria Rita Kehl (2004) que considera jovens a

¹ Ver: CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, n. 116, p. 143-176, July 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Apr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000200007>.

faixa etária de 18 aos 40 anos, e afirma que “[...] todos os adultos são jovens [...], é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir” (p.90).

E ainda, para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a juventude engloba a faixa etária de 15 a 29 anos de idade. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a idade juvenil é de 15 a 24 anos, período em que o jovem se prepara para a vida adulta.

Foi através da Lei nº 11.129, de 2005, que permitiu a formação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e por meio da Lei n.º12.852 com a criação do Estatuto da Juventude, em 2013, que se estabeleceu como público jovem a idade entre 15 a 29 anos, tal como a UNESCO.

Sabemos de antemão, que a idade de 16 a 17 anos, objeto de estudo desse trabalho, não é uma idade emancipatória, logo se enquadra na menoridade. Mesmo assim, escolhemos trabalhar com esse público, porque é garantido ao jovem pela Constituição de 1988, o voto facultativo, uma das expressões de participação para o exercício da cidadania. Aproveitando conhecimento que acumulamos no estudo das Ciências Sociais, recordamos o legado deixado por Charles Wright Mills (1975), referente à imaginação sociológica, o qual expõe: [ela]

[...] capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais (MILLS, 1975, p.11).

Partimos, portanto, da imaginação sociológica despertada pelas contribuições teóricas e práticas realizadas do Curso de Mestrado², que nos chamou a atenção para a juventude e a política, quando nos inteiramos da proposta de Bourdieu (1989) a respeito de fazer ciência, pois é preciso considerar,

as rupturas epistemológicas são muitas vezes rupturas sociais, rupturas com as crenças fundamentais de um grupo e, por vezes, com as crenças fundamentais do corpo de profissionais, com o corpo de certezas partilhadas que fundamenta a *communisdoctorumopinio*.

² Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação, em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, em maio de 2007, intitulado *Juventude e Participação Política: o jovem eleitor de Londrina*, sob a orientação da professora Dra Luzia Helena Herrmann de Oliveira.

Praticar a dúvida radical em sociologia é por-se um pouco fora da lei [...]. Tratando-se de pensar o mundo social, nunca se corre o risco de exagerar a dificuldade ou as ameaças. A força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural. A ruptura é, com efeito, uma conversão do olhar [...]. E isso não é possível sem uma verdadeira conversão, uma metanoia, uma revolução mental, uma mudança de toda a visão do mundo social (BOURDIEU, 1989, p.38-9,49).

Na tentativa de fazer do tema juventude um problema sociológico, reconhecemos que muito se tem a desvendar, considerando sempre os contextos históricos, sociais, políticos e econômicos em que os jovens vivem inseridos, visto que não faz sentido estudar os jovens desconectados desses contextos (CHAMPAGNE, 1996).

Com o intuito de compreender a realidade juvenil e de fomentar políticas públicas, o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude, se expressando nas instâncias municipais, criou uma política nacional de juventude, através do programa Projovem³.

O Estado, portanto, reconhece a existência de juventudes, no plural, destacando suas significações diversas e tenta direcionar efetivamente para a criação de políticas públicas que possam atender tal público é ainda, “[...] um laboratório para a implantação de uma Política Nacional de Juventude que se vem engendrando no Brasil, via o processo de institucionalização de uma maquinaria voltada para políticas de juventudes, aberturas de socialização para a participação política juvenil” (CASTRO; VASCONCELOS, 2007, p.87).

Encontramos nas Ciências Sociais referências importantes como a obra *Bibliografia sobre a juventude*, organizada por Ruth Cardoso e Helena Sampaio (1995), além de outros trabalhos, como os dos autores: Foracchi (1965); Mannhein (1968, 1982); Pais (1990; 1993); Sposito, (1997, 2001, 2002); Abramo, (1994, 2000, 2005) Mellucci, (1996); Costa, (2000); Carrano, (2000, 2002, 2003); Peralva, (1997); Dayrell (2007), Abramovay e Castro, (2006), entre outros, que tratam da complexidade das diversas maneiras de como se expressam os jovens.

³ “O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) tem como objetivo reintegrar à educação e à formação profissional jovens de 18 a 29 anos que não tenham concluído o Ensino Fundamental e estejam em situação de vulnerabilidade social. Ele é resultado da unificação de programas anteriores e tem foco na mudança do perfil de empregabilidade dos jovens” (AGENDA PÚBLICA, 2015, p.53).

Estes referenciais nos dão pistas e embasam nosso estudo na tentativa de entender os jovens, visto que, “definir o que seja jovem ou juventude é um exercício complexo, pois corresponde a construções sociais nem sempre presentes nas sociedades nem manifestadas da mesma forma ao longo da história de uma dada sociedade” (CARVALHO, 2004, p. 3).

Observamos que o termo juventude apresenta muitos significados, dependendo das diversas situações como: etnia, classe, gênero, e muitas vezes, a sociedade os apresentam de maneira depreciativa e contraditória, pois segundo Esteves (2005), os jovens são vistos:

De uma maneira dualista. Se, por um lado, são concebidos como o futuro das nações, também são vistos como irresponsáveis no presente. [...] De uma forma adultocrata, na medida em que existe uma relação assimétrica e tensa entre adultos e jovens [...]. De maneira maniqueísta, ou seja, ao mesmo tempo em que são considerados responsáveis pelo futuro, são percebidos como irresponsáveis no presente [...]. De forma culpabilizante. Criminaliza-se a figura do jovem, associando-o à ameaça social, à criminalidade, à "delinqüência" (ESTEVES, 2005, p.34-35).

Neste sentido, há muito o que se fazer diante da maneira como os jovens são vistos, sendo necessário principalmente estar atentos a diversidade dos grupos juvenis e da forma como se expressam a sua juventude. Por isso, adotamos nesse trabalho o termo juventudes, uma corrente da Sociologia da Juventude, que se caracteriza por uma identidade cultural, não mais atrelada a uma condição biológica, mas no intuito de “reconhecer a existência de múltiplas culturas juvenis, formadas a partir de diferentes interesses e inserções na sociedade [...]” (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007, p.22).

No intuito de problematizar o tema a que nos propomos estudar, ou seja, para entendermos o que a política, a participação nas eleições, significam para os jovens é que nos lançamos à presente pesquisa, sendo objeto de nosso estudo os jovens estudantes de 16 e 17 anos, de 49 escolas públicas de Londrina.

Para isso, procuramos saber se a política desperta, ou não, o interesse dos jovens em participar dos pleitos eletivos, indagando-os sobre as seguintes questões: O que exerce influência nos jovens em retirar ou não seu título de eleitor? Qual o grau de interesse deles, o que pensam sobre a política e de que maneira a

representam na prática? Será que os jovens são realmente apáticos e alheados da sociedade?

Os jovens estão inseridos num contexto brasileiro marcado por enormes disparidades de renda, de riqueza, de cultura, de poder político e de acesso à tecnologia⁴. Kerbauy (2005), afirma:

O senso comum, no entanto, continua representando a juventude de modo negativo, por meio de estigmas e estereótipos. A depender do contexto sócio-político e econômico do qual se originam, os jovens são considerados perigosos, marginais, alienados, irresponsáveis, desinteressados ou desmotivados, e cada vez mais relacionados à violência e aos desvios de conduta (os meninos de rua, os arrastões, o *surf* ferroviário, as gangues, as galeras e os atos de vandalismos) (p.201).

Ao discutir essa problemática, objetivamos refletir sobre o que pensa o jovem londrinense em relação à política, identificando as percepções que norteiam suas ações e expectativas. Por isso, almejamos averiguar se as condições atuais de formação social e política do país dificultam e comprometem o comportamento político dos jovens em relação aos pleitos eletivos. De antemão, observamos a necessidade de políticas públicas que levem à participação efetiva dos jovens nas eleições.

Com efeito, o que suscitou este estudo foi à constatação de um problema entre os jovens. Muitas vezes, os jovens se recusam a participar da política formal, procurando, no entanto, outros modos e espaços de atuação política⁵. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) desconhece as causas desse desinteresse em participar nos pleitos eletivos. Culpar os políticos⁶, as inépcias dos partidos⁷, a ausência dos

⁴ Esse debate está presente nos trabalhos de que compõem os livros: Retratos da Juventude Brasileira, Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo (2005); Juventude e Sociedade, Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo (2004) e a Revista de Sociologia da USP, Tempo Social, v. 17 (2005).

⁵ Sobre isso discorre Monteiro (2012) na sua tese intitulada "*As comunidades governo e Política do Orkut como agência de socialização política*". Monteiro encontrou 185 comunidades, na categoria "Governo e Política". Dessas escolheu, para o seu estudo, as seguintes: "[...] "Eu gosto de política"; "Eu converso sobre política"; "Eu odeio a Política do Brasil"; "Repúdio à ignorância política"; "Fiscaliza Brasil"; "JUSTIÇA é cega, eu NÃO!!!"; "Vota Brasil? Eleições 2010"; "PELA ÉTICA NA POLÍTICA JÁ!"(p.18).

⁶ Os políticos não conseguem fazer discussões/debates com os jovens e sobre as suas necessidades. O que parece é que o discurso feito aos jovens está 'envelhecido' e distante da sua realidade. Segundo o coordenador do Instituto Paulista de Juventude (IPJ), Renato Souza de Almeida (2008) "os partidos políticos e sindicatos estão cada vez mais distantes do universo juvenil [...]. A linguagem, a disputa interna e a burocratização das relações partidárias não têm sido muito atraentes para esta geração juvenil" (2008, s/p).

agentes de socialização⁸ tem sido a explicação mais corriqueira. Segundo o TSE, o número de jovens (2.391.352) que votaram em 2010 reduziu-se para 1.638.751 em 2014. É necessário então compreender quais são as percepções sociais que este público tem sobre a política e, sobretudo, como eles se veem representados nos pleitos eleitorais.

Nessa discussão a questão é entender o que está acontecendo, bem como de que modo o jovem está sendo afetado. Com efeito, alguns jovens se mostram apáticos e indiferentes e não se interessam em participar das eleições, da política institucional. Mas, por que tanto desinteresse? Por que tanta recusa em participar na política formal?

Pesquisas como a realizada pela Fundação Perseu Abramo (2005) divulgada na obra *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*, por Angela Randolpho Paiva, apresentada na obra *Juventude, cultura cívica e cidadania*, ocorrida entre 2004 e 2006, por Abramovay e Castro discutida na obra *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* e pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) em parceria com a UNESCO denominada *Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião da Juventude Brasileira*, em 2013, revelam que muitos jovens não desejam participar de atividade política de nenhuma natureza. Também constatamos este mesmo desinteresse na pesquisa realizada por mim na pós-graduação do Curso de Mestrado (2007), com jovens estudantes de Londrina, com idade entre 16 e 17 anos. Nesta pesquisa foram entrevistados 270 jovens estudantes das escolas públicas, privadas e confessionais, escolhidas através de um sorteio e classificada em pequena, média e grande porte, das cinco regiões de Londrina.

A pesquisa teve a intenção de averiguar que valores os jovens atribuem à sua participação política, através das variáveis: gênero, trabalho, tipo de escola e tipo de atividade comunitária que interferem na visão dos jovens sobre a política e foram feitas perguntas relacionadas à sua vida e sobre como eles veem a situação dos jovens (definição de vida e de jovem, cooperação). Também na época, questionamos o grau de interesse pela política institucional e com que frequência se

⁷ Diz Moisés (2013) “[...] na arena eleitoral, que envolve os eleitores e os cidadãos, os partidos políticos do Congresso são vistos como ausentes em suas funções e ações [...]. As pessoas enxergam os deputados mais preocupados com seus próprios projetos e benefícios muitas vezes atrelados à corrupção. Nessa medida cria-se uma distância entre a instituição de representação e os eleitores na sua posição de representados” (s/p).

⁸ Segundo Schmidt (2001), são agências de socialização a família, a escola, a Igreja, o ambiente de trabalho, os partidos políticos, os movimentos sociais, a mídia, entre outros.

informam a respeito da política, se interessam em participar e se confiam nas instituições, se têm ou não desejo de retirar o título de eleitor, se vêem solução para os problemas mais graves que impedem o Brasil de avançar.

O resultado desse trabalho realizado do mestrado nos auxiliou a compreender que a juventude é condicionada por fatores estruturais e conjunturais, isto é, se “a juventude não existe como fenômeno universal supra-histórico. O que existe em cada período é um conjunto multifacetado de jovens, condicionados e interagindo com o meio social em que vivem” (SCHMIDT, 2001, p.188). E ainda, foi constatado que os jovens londrinenses estavam insatisfeitos com a política institucional e logo desinteressados em participar nos âmbitos políticos. Não há muitas diferenças das atitudes e percepções políticas dos estudantes em comparação com os resultados da atual pesquisa.

De fato, esse estudo nos levou também a refletir, a partir do que se entende por juventude, sobre os processos sociais em que os jovens estão inseridos, isto é,

[...] é necessário recorrer à forma como expressam seus comportamentos, gostos, opções de vida, esperanças e desesperanças. As condições econômicas, políticas e sociais determinam características peculiares para se entenderem não só os comportamentos individuais, mas, especialmente, os processos sociais em que os jovens estão envolvidos. A história, a tradição e a cultura contribuem para a expressão de seus valores [...] (MINAYO, 1999, p.12).

Assim, para compreender a juventude e a política traçamos um plano de pesquisa. Primeiramente, a nossa intenção era propor um questionário nas escolas públicas das cinco maiores cidades do Paraná, a saber: Curitiba (1.851.215), Londrina (510.707), Maringá (335.511), Foz do Iguaçu (325.137) e Ponta Grossa (314.681). Todavia, ao consultar o Departamento de Estatística, da Universidade Estadual de Londrina, através das orientações da professora Carla Horing, vimos que seria inviável desenvolver esse tipo de pesquisa, por falta de estrutura física, humana e material. Dentre as cinco cidades, escolhemos o município de Londrina, por apresentar características socioeconômicas semelhantes às demais. Posteriormente, optamos pelos jovens estudantes, na faixa etária de 16 e 17 anos, das escolas públicas do município de Londrina.

Segundo os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), a estimativa da população de Londrina para 2014 foi de 543.003 habitantes,

incluídos os distritos de: Espírito Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz e Warta, e contando-se cerca de 2.000 indígenas do grupo Kaingang. O município divide-se em cinco regiões: a região norte (26,1%), com maior número de pessoas, seguida pela leste (19,5), oeste (18,3), centro (17,8) e sul (17,4%).

Londrina é a quarta cidade da região sul e a segunda mais populosa do estado. Fundada em 1934, chamada de ‘Pequena Londres’, foi colonizada pelos ingleses, que comercializavam o café e por muito tempo foi conhecida como a ‘capital do café’. Atualmente é a sede da região metropolitana e é considerada um importante centro de desenvolvimento estadual e regional, sendo referência nos aspectos econômicos, comerciais, culturais e políticos, além de ser considerado um dos municípios mais ricos, com um PIB (Produto Interno Bruto) estimado em R\$10,0 bilhões (Cf. IBGE, 2010).

No entanto, mesmo com bons índices de desenvolvimento, a cidade depara com alta concentração de renda, o que por sua vez gera um hiato entre as pessoas mais ricas e as mais pobres, favorecendo a desigualdade social. Nas periferias encontramos muitas áreas precárias, muita pobreza. Há, por exemplo, cerca de 61 assentamentos e ocupações irregulares, além de muitas favelas⁹.

O Relatório de Informações Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – RI Bolsa Família e Cadastro Único (MDS/SAGI, 2014), com base nos dados do IBGE (2010), revela que há cerca de 27.096 famílias, totalizando 44.391 pessoas, que vivem com uma renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo, consideradas, portanto, de baixa renda.

O Programa Social do Governo Federal, em março de 2014 cadastrou 43.086 famílias: “33.670 possuíam renda *per capita* mensal de até ½ salário mínimo, assim distribuídas: 11.424 com renda de até R\$70,00; 7.565 com renda *per capita* de R\$70,00 a R\$140,00; e 14.681 com renda entre R\$140,00 e ½ salário mínimo [...] 14.590 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família” (MDS/SAGI, 2014, p.16).

O perfil socioeconômico dos londrinenses cadastrados indica o distanciamento dessas famílias em relação ao mercado formal de trabalho e ao conhecimento, ou seja,

⁹ Ver: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-Lda. *Situação das favelas, assentamentos e ocupações urbanas de Londrina*. Londrina: COHAB-Lda, 2003.

as famílias pobres do município se encontram em situação de vulnerabilidade social, concebida na sua forma multidimensional, ou seja, além da ausência de renda, as pessoas ou grupos nesta condição encontram-se socialmente fragilizadas, considerando sua exposição a fatores que geram privação de capacidades e potencialidades e, prejudicam o acesso a bens e serviços, ao conhecimento, à renda e ao trabalho [...] a vulnerabilidade relaciona-se ao desamparo institucional por parte do Estado, e a superação de tal condição demanda atenção do conjunto de políticas públicas (PMAS, 2014, p.17).

Outro dado importante é o número de segmentos de pessoas por idade. Segundo o IBGE (2010), temos 25,62% da população, entre 00 e 17 anos, isto é, 129.808 pessoas. Destas, 79.020 (16,09%) são crianças de 00 a 11 anos e 48.333 (9,53%) são adolescentes, de 12 a 17 anos. Este último dado tem preocupado demasiadamente os órgãos públicos. É alto o número de adolescentes que pratica ou sofre atos de violências, muitas vezes relacionados com o tráfico de drogas.

O IHA¹⁰ – Índice de Homicídios na Adolescência aponta que “Londrina teve, em 2009, um IHA de 3,27, indicando uma projeção de 190 mortes entre 12 e 18 anos. Em 2010, o índice caiu para 2,64, o que representou um número total estimado de 150 mortes nessa faixa etária” (PMAS, 2014, p.19). Este número é altíssimo quando comparado com o de outras cidades do estado do Paraná: Curitiba e Maringá apresentaram, respectivamente, em 2009, 3,38 e 0,93, já em 2010, 4,12 e 0,52 (Cf. IHA 2009-2010, p.84 e 96). Deparamos, portanto, com carências de políticas públicas que atuem no combate à violência, sobretudo, quanto aos homicídios nessa faixa etária.

É, nessa conjuntura, que propusemos o nosso estudo. Para isso, a pesquisa foi realizada em quarenta e nove colégios da rede pública estadual de Londrina, nas segunda e terceira séries do ensino médio. A opção pelas escolas públicas se deu por questões pragmáticas da pesquisa. Acreditamos que, pelo grau de escolaridade, os alunos já possuem condições reflexivas de opinar sobre o tema. Além das escolas serem um dos agentes de socialização política por oportunizarem, através dos conteúdos das disciplinas de Filosofia, Sociologia e História, a formação cidadã e humana, isto é, “[...] constitui hoje, sem dúvida, um espaço importante de sentido,

¹⁰ IHA – Índice de Homicídios na Adolescência calcula o risco que correm os da faixa etária de 12 a 18 anos que residem em uma determinada região. Os dados são contabilizados, a partir de um grupo de mil pessoas, com idade de 12 anos que serão vítimas antes mesmo de completarem 19 anos.

que explicita, de forma incisiva, desigualdades e oportunidades limitadas que marcam expressivos grupos de jovens brasileiros. Ao mesmo tempo, é um espaço fundamental de reflexão e luta por direitos” (ANDRADE; NETO, 2007, p.56). Os alunos são influenciados pelas diferentes abordagens de temas que dizem respeito ao seu próprio cotidiano.

Segundo o Núcleo Regional de Educação (NRE), são cinquenta e um colégios que oferecem o ensino médio. Dentre estes, sete instituições localizadas nos distritos¹¹ rurais de Londrina, uma no Centro de Socioeducação de Londrina (CENSE II)¹²; os demais colégios se encontram nas cinco regiões: norte, sul, leste, oeste e centro do município de Londrina.

Após o levantamento dos colégios dessas regiões, fizemos contato, através do LENPES (Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia), com os professores que ministram a disciplina de Sociologia nessas escolas, os quais, prontamente, com o consentimento dos seus diretores, cederam uma aula para a aplicação dos questionários. Em seguida, fizemos o levantamento do número de alunos matriculados nas duas últimas séries (2ª e 3ª). A escolha das séries é significativa por encontrarmos nelas um maior número de alunos matriculados de 16 e 17 anos, no período matutino 6.391 alunos, no vespertino, 40 alunos e no noturno 2.571 alunos.

Além do mais, o jovem estudante nesta faixa etária pode votar. Procuramos, então, verificar seu interesse em votar, visto que o voto é obrigatório no Brasil a partir dos dezoito anos. Optamos pelo jovem estudante porque é nas escolas, sobretudo, no ensino médio, que se encontra o maior número de jovens na idade pesquisada. Acreditamos ser essa faixa etária um importante elemento de estudo, pois contribui para a especificidade desta pesquisa: os jovens estudantes de 16 e 17 anos estão na idade de retirar seu título de eleitor, ainda que facultativo.

¹¹ São oito os distritos rurais: Irerê, Guaravera, Maravilha, Lerroville, Paiquerê, Warta, São Luís e Espírito Santo. No caso da pesquisa, ficamos com distritos que tinham colégios de ensino médio. Foram visitados sete distritos e o total foi de 498 alunos entrevistados.

¹² Unidade masculina para o cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade do Estado do Paraná. Ver mais: SILVA, Ítalo Leandro; GUEDES, Olegna Souza. A história oral das revoltas do centro de socioeducação de Londrina II: uma interpretação teórico-filosófica. Serviço Social em Revista, Londrina. V.02, nº 01, jul/dez. 2011, p.48-73. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10568/11909>. Acesso em: 20 out.2014.

Nesse contexto, o trabalho apresenta uma análise sociológica dos jovens londrinenses, de 16 e 17 anos dos colégios públicos de ensino médio de Londrina. A pesquisa se deu entre março e junho de 2014, nos respectivos períodos de aula.

Optamos pela pesquisa de caráter quantitativo visto que ela traduz as informações em números, e a técnica utilizada foi um questionário com questões fechadas. Cada questão apresentava um conjunto de alternativas de respostas, e o aluno escolhia a melhor que representava a sua opinião. As questões versavam sobre a relação dos jovens com a política. Com elas pretendíamos investigar de que maneira eles representam a vida política do país e conhecer as razões que os levam, ou não, a participar da política institucional. Assim, procuramos compreender o processo de construção social da vida política desses jovens e, principalmente, verificar o que eles pensam da política, das eleições, e o quanto isso pode comprometer, ou não, os processos democráticos.

Para a elaboração da amostra e considerando os objetivos deste estudo, escolhemos, aleatoriamente, de duas a quatro turmas dos períodos de aula, e com as orientações devidas, propusemos o questionário a todos os alunos presentes na sala de aula. Trabalhamos com o total de 2.000 alunos, do ensino médio público, todos na faixa etária de 16 e 17 anos e estudantes que foram entrevistados com nível de confiança de 95% e margem de erro igual a 2,2%. Fizemos uso da amostragem probabilística estratificada, por proporcionar uma maior confiabilidade dos dados e uma melhor operacionalidade, conforme o quadro abaixo da amostra:

Regiões	Número de escolas públicas (N)	Porcentagem que representa (%)	Tamanho da amostra (n)
Leste	8	16	8
Norte	10	19	9
Oeste	8	16	8
Centro	10	19	9
Sul	8	16	8
Distritos	7	14	7
Total	51	100	49*

Fonte: Plano de amostragem probabilística estratificada elaborada pela própria autora.

A busca do rigor metodológico norteou todo o trabalho, possibilitando identificar o perfil dos jovens, suas percepções em relação à política, ao trabalho, à educação, à saúde, ao presente e ao futuro do país. Diante dos resultados da

amostra cogitamos a ideia de utilizar a metodologia do grupo focal, mas em razão de paralisações e greves nos últimos dois anos ocorridos nas escolas públicas de Londrina, não foi possível realizar, ficando para os próximos estudos.

O primeiro capítulo trata da *Caracterização social dos jovens estudantes de Londrina*; partimos de um conjunto de questões que identificam os jovens estudantes, tais como: sexo, idade, período em que estudam, série e trabalho. Além de abordar a questão sobre: qual o grau de satisfação ou insatisfação com a vida que você leva hoje [muito satisfeito, satisfeito, indiferente, insatisfeito e muito insatisfeito]. A intenção desse capítulo é levantar, mesmo com toda polissemia dos jovens, o perfil dos estudantes de 16 e 17 anos das escolas públicas de Londrina.

Notamos, através dos dados, que os jovens precisam ser compreendidos tanto nas suas realidades específicas, como no contexto de um sistema político que carece de uma reforma capaz de efetivamente atender as demandas de todas as faixas etárias.

O segundo capítulo consiste no debate acerca das *Percepções sobre a participação dos jovens nas eleições e seu interesse nas instituições*. Trazemos um debate a partir dos dados pesquisados no Tribunal Superior Eleitoral, desde 1994 até 2014, no Brasil, no Paraná e em Londrina, apontado se houve ou não mudança na participação das eleições destes receptivos anos. Ainda neste capítulo, abordamos as questões como: Qual o grau de importância que a política tem na sua vida?; O que a política representa para você?; Você já providenciou seu título de eleitor?; Quais são suas motivações para tirar ou não o título de eleitor?; Você acha que o voto deve ser obrigatório?; Qual sua opinião a respeito das eleições?; Qual o interesse que você tem nas eleições para presidente, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais deste ano (2014)?; Assinale X no partido pelo qual você tem simpatia [foram inseridos 14 partidos onde os alunos deveria assinalar apenas uma alternativa, foram incluídas as opções outro e não tenho simpatia por nenhum partido]; Assinale qual sua participação nas seguintes atividades (instituições formais e informais - as opções eram: participa, já participou, gostaria de participar e não pretende participar). Trataremos também sobre as manifestações de junho de 2013 com as questões: você participou das manifestações que tiveram início em junho de 2013 e se espalharam pelo Brasil? [sim ou não foram as opções]; As manifestações juvenis, que tiveram início em junho de 2013 e se espalharam pelo Brasil, podem ser consideradas: muito boas, boas,

muito ruins e ruins. O intuito deste capítulo é identificar as percepções políticas dos jovens e suas formas de participação.

O terceiro capítulo versa sobre *Aspectos políticos e culturais na socialização dos jovens estudantes de Londrina*. Versaremos sobre os agentes de socialização política na formação dos jovens. Refletimos ainda sobre a corrupção em Londrina, no caso, destacamos que a corrupção não é somente uma prática isolada que ocorre neste município, mas está presente em toda sociedade e que, muitas vezes, está atrelada, como no Brasil, a uma cultura política permeada de vícios e práticas antidemocráticas.

Para isso, elencamos as seguintes questões: Assinale quem exerce maior influência na sua maneira de pensar sobre as eleições? [foram propostas 13 opções]; Você costuma conversar sobre política?; Você costuma se informar sobre política?; Assinale qual o grau de confiança que você deposita nas seguintes instituições: partidos políticos, câmara municipal, câmara estadual, congresso nacional, vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador, governador, presidente, poder judiciário, forças armadas, polícia, sindicatos, movimento estudantil, escola, religião ou pastorais religiosas, estado, lideranças comunitárias [as opções eram: muita, razoável, pouca e nenhuma]. O objetivo dessa reflexão é identificar o contexto cultural em que estão inseridos os jovens londrinenses e o quanto isso poderia explicar suas atitudes e orientações políticas.

O quarto e último capítulo *Os jovens e suas perspectivas sobre a política no Brasil* engloba as seguintes questões: “Você acredita que as eleições podem mudar o Brasil?; Você acredita que teremos uma reforma política, capaz de melhorar o sistema eleitoral brasileiro?; Em sua opinião, o que está faltando para os jovens?; Se você pudesse sugerir algo para melhorar a política brasileira o que você sugeriria?; Você teve dificuldades em responder a este questionário?” O propósito dessas perguntas é demonstrar os anseios e expectativas dos jovens em relação ao futuro, bem como sinalizar para possíveis caminhos de mudanças na política.

Em síntese o estudo sobre *As percepções dos jovens estudantes de Londrina/Pr sobre política*, não teve a pretensão de responder a todas as indagações sobre os jovens e a política, mas problematizar através de um olhar sociológico a juventude sinalizando para a necessidade de ter uma formação política, cultural e cidadã, contribuindo para a consolidação de uma cultura política democrática.

2 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DOS JOVENS ESTUDANTES DE LONDRINA

“Quem trata com a juventude deve aprender a ser jovem”
Cecília Meireles

2.1 Perfil geral dos jovens de 16 e 17 anos de Londrina

A juventude londrinense é variada e variados são os ambientes que frequenta; por isso buscamos compreender o contexto em que está inserida. O que percebemos são maneiras e modos de se expressar que a caracterizam e identificam como uma categoria social,

incerteza, mobilidade, transitoriedade, abertura para mudança, todos os atributos tradicionais da adolescência como fase de transição, parecem ter se deslocado bem além dos limites biológicos para tornarem-se conotações culturais de amplo significado que os indivíduos assumem como parte de sua personalidade em muitos estágios da vida (MELUCCI, 1996, p.9).

Para analisar o perfil dos jovens de Londrina das cinco regiões e dos distritos: norte, leste, oeste, centro e sul, recorreremos ao banco de dados do IBGE do censo de 2010, que caracteriza de modo geral, os jovens de 16 e 17 anos do município pesquisado e os reelaboramos nas tabelas abaixo.

A intenção de trazer estes dados do IBGE é para melhor identificar o perfil dessa faixa etária, assim como, contemplar questões que não foram desenvolvidas no nosso questionário.

A tabela 01 apresenta números relevantes no que diz respeito à localização dos jovens de 16 e 17 anos de Londrina. Na área urbana vivem 15.593, 4.952 dos quais trabalham. Na área rural são 487 jovens, dos quais 182 exercem atividades laborativas; somam 16.080 na faixa etária de 16 e 17 anos de idade. Entre eles encontramos diferentes grupos juvenis e formas de manifestações culturais que os identificam como jovens. Ressaltamos que há outras faixas etárias de diferentes jovens.

Limitamo-nos, neste estudo a considerar apenas os jovens de 16 e 17 anos, período marcado pela inserção em diferentes ambientes de formação e socialização política.

Tabela 01 - Jovens de 16 e 17 anos de idade que trabalham e sua situação domiciliar

Situação de domicílio			Trabalham	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Urbana	15.593	97%	4.952	96%
Rural	487	3%	182	4%
Total	16.080	100%	5.134	100%

Fonte: Tabela elaborada com os dados do IBGE - Censo 2010

Segundo o IBGE (2010), os jovens dessa faixa etária somam 15.952; destes, 5.134 trabalham. Conforme os dados da tabela abaixo, os não-alfabetizados somam 128; nenhum deles trabalha. É preocupante o número de jovens não-alfabetizados¹³. Isso denuncia a carência de políticas educacionais e a incapacidade de atingir esse público. Mesmo aos que disseram ter sido alfabetizado¹⁴, as circunstâncias em que foram alfabetizados, muitas vezes, não lhes garantem o acesso aos bens culturais.

Tabela 02 - Jovens de 16 e 17 anos de idade alfabetizados e que trabalham

Alfabetização			Trabalham	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Alfabetizadas	15.952	99%	5.134	32%
Não alfabetizadas	128	1%	-	0%
Total	16.080	100%	5.134*	

Fonte: Tabela elaborada com os dados do IBGE - Censo 2010

* De acordo com o IBGE (2010) os 5.134 jovens desta idade realizam atividades mal definidas, por isso a diferença do resultado final dos números.

Quando aos estudos, observamos 12.608 frequentam à escola, dos quais 3.607 estavam trabalhando. Outro grupo dos que não frequentam a escola, soma

¹³ A Declaração Universal dos Direitos Humanos infere que *'toda pessoa tem direito à educação'*. “[...] apesar dos esforços realizados por países do mundo inteiro para assegurar o direito à educação para todos, persistem as seguintes realidades: mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário; mais de 960 milhões de adultos – dois terços dos quais mulheres – são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento; mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso e às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; e mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais” (JOMTIEN, apud ANDRADE; NETO, 2007, p.56).

¹⁴ Ver: INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. *Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) 2011*. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Concurso/inaf2011-2012.pdf>. Acesso em: 04 abr.

3.472, dos quais 1.527 estavam trabalhando. É lamentável constatar, nos dados do IBGE (2010), pessoas tão jovens, fora da escola.

Os números confirmam os altos índices e evasão escolar¹⁵ nas escolas públicas de Londrina e merecem destaque, uma vez que envolve a faixa etária deste estudo, sendo ainda no futuro um possível nicho de pesquisa.

Para compreender os dados sobre a evasão escolar o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia (LENPES), da Universidade Estadual de Londrina, desenvolveu, no período de três anos, o projeto intitulado *Por uma Sociologia das 'novas' e 'velhas' formas de evasão nas escolas públicas: estudo exploratório em três colégios do norte paranaense*¹⁶, nos municípios de Ortigueira, Londrina e Rolândia e já diagnosticou algumas causas, como: “[...] violência, necessidade de trabalhar, problemas de saúde, mudança da moradia familiar, problemas de desagregação familiar, [...] dificuldade em acompanhar o curso, *bullying*, briga com colegas ou professor, etc” (SILVEIRA, 2013, p.146).

O resultado desse projeto proporcionou uma nova pesquisa nas escolas, intitulado: *Juventudes no ensino médio: um estudo sociológico em escolas públicas da região de Londrina*, a fim de aprofundar o conhecimento científico acerca do perfil dos estudantes do ensino médio das escolas públicas da rede estadual de quatro municípios [Londrina, Cambé, Rolândia e Ibiporã], e propor melhorias na qualidade da educação básica, diminuir a evasão escolar e ampliar saberes sobre o perfil das juventudes na região de Londrina. Sobre isso, Kuenzer (2007) afirma que,

a melhoria das condições de sucesso e permanência dos estudantes depende de uma série de investimentos, tendo em vista a qualidade do ensino: em equipamentos, em ampliação de espaços físicos, na qualificação permanente dos professores. Entretanto, nada será

¹⁵ Ver: Coletânea de artigos produzidos a partir do *Seminário 'A Crise de Audiência no Ensino Médio*. São Paulo, 4 e 5 de dezembro de 2008. Instituto Unibanco. Disponível em: http://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2013/07/a_crise_de_audiencia_do_ensino_medio.pdf. Acesso em: 21 ago. 2015.

¹⁶ Dizem LIMA [et al] (2010), “nos três colégios objetos de intervenção do LENPES, o problema da evasão é sentido como problema grave pelos professores e igualmente detectado na análise do desempenho escolar ao se verificar as constantes altas taxas de evasão que se sucedem anualmente, tanto no ensino fundamental como no ensino médio. Não se ignora que muitas das causas da evasão, senão a maioria, escapam à responsabilidade e competência da escola para a anulação de sua determinação. Mas também é certo que a evasão é muitas vezes motivada por problemas no âmbito da própria escola. No entanto, seja por motivação originária na escola ou fora dela, o fato é que não há melhor lugar para se conhecer os motivos da evasão e vislumbrar ações que podem evitá-la que não na própria instituição escolar” (p.04).

suficiente se não houver um rigoroso esforço na reconstrução da proposta político-pedagógica da escola, tendo em vista as demandas da educação do jovem e da sociedade, em face da nova realidade social produtiva (p. 45).

Tabela 03 - Jovens de 16 e 17 anos de idade, que trabalham e sua frequência na escola

Frequência à escola			Trabalham	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Frequentam	12.608	78%	3.607	29%
Não frequentam	3.472	22%	1.527	44%
Total	16.080	100%	5.134*	

Fonte: Tabela elaborada com os dados do IBGE - Censo 2010

* De acordo com o IBGE (2010) os 5.134 jovens desta idade realizam atividades mal definidas, por isso a diferença do resultado final dos números

No censo do IBGE de 2010, contamos 2.369 londrinenses que possuíam carteira assinada; 2.085 deles eram jovens trabalhadores que estavam na informalidade. Também deparamos com 432 jovens que trabalham¹⁷ por conta própria, 219 embora trabalhe e não são remunerados e 29 trabalham para sua sobrevivência.

Tabela 04 - Jovens de 16 e 17 anos de idade que estão empregadas, distribuídos pela posição que ocupam e pela categoria do emprego no trabalho principal

Posição na ocupação e categoria do emprego		
	Quantidade	%
Empregados com carteira de trabalho assinada	2.369	46%
Empregados sem carteira assinada	2.085	41%
Trabalho por conta própria e empregadores	432	8%
Não remunerados	219	4%
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	29	1%
Total	5.134*	100%

Fonte: Tabela elaborada com os dados do IBGE - Censo 2010

* De acordo com o IBGE (2010) os 5.134 jovens desta idade realizam atividades mal definidas, por isso a diferença do resultado final dos números.

¹⁷ Os estudos de Martins (2000), Gomes (1997), Moura (1998), Pochmann (2002), entre outros, trazem reflexões a respeito de como o jovem valoriza seu trabalho e se preocupa com ele, principalmente com a vida dupla de trabalhador e estudante.

A renda deste público juvenil foi calculada em 2010, quando o salário mínimo era de R\$510,00. Atualmente, o salário mínimo é de R\$ 880,00. Os dados revelam que a maioria dos jovens trabalhadores não recebe mais do que um salário mínimo, 2.413 (47%) recebiam de meio a um salário. A renda dos jovens é mais para sua subsistência e para completar a renda da família.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho revela o quão desigual é a nossa sociedade na distribuição de renda, porque uma parcela dos jovens está envolvida integralmente com a formação escolar e outros tentam conciliar escola e trabalho.

Tabela 05 - Jovens de 16 e 17 anos de idade que estão empregadas e têm rendimento mensal do trabalho principal

Classe de rendimento mensal do trabalho		
	Quantidade	%
Até 1/4 salário mínimo	131	3%
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	596	12%
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	2.413	47%
Mais de 1 a 2 salário mínimo	1.640	32%
Mais de 2 salários mínimo	69	1%
Sem rendimento *pessoas que recebiam somente benefícios	285	6%
Total	5.134*	94%

Fonte: Tabela elaborada com os dados do IBGE - Censo 2010

* De acordo com o IBGE (2010) os 5.134 jovens desta idade realizam atividades mal definidas, por isso a diferença do resultado final dos números.

De acordo, com o IBGE (2010), dentre a população presente das cinco regiões de Londrina, 88.114 pessoas habitam a região central, sendo todas moradoras da área urbana.

Na região leste, são 94.407 os que moram na área urbana. A região norte é caracterizada por um perfil econômico heterogêneo, predomina a atividade de comércio, mas há outras atividades informais e em relação às outras regiões é a mais populosa com 126.305 habitantes.

Os moradores da região oeste são 88.578 e os da região sul, são 84.308. As regiões do município de Londrina estão em constante desenvolvimento econômico, sobretudo, na área da construção civil.

Tabela 06 - População residente nas regiões de Londrina e sua situação domiciliar

Qtde	Central	Leste	Norte	Oeste	Sul
Urbano	86.114 (100%)	94.407 (100%)	126.305 (100%)	88.578 (100%)	84.308 (100%)
Rural	-----	-----	-----	-----	-----
Total	86.114 (100%)	94.407 (100%)	126.305 (100%)	88.578 (100%)	84.308 (100%)

Fonte: Tabela elaborada com os dados do IBGE - Censo 2010

A tabela 07 mostra que a região norte possui o maior número de jovens de 16 e 17 anos (7.064), seguida da região leste com 4.553, número pouco inferior à região oeste com 4.507 e da região sul com 4.381. A área central tem 3.124 jovens de 16 e 17 anos. Segundo nosso levantamento, o número de jovens que frequentam as escolas dessas regiões são: norte (5.867), oeste (3.809), sul (3.741), leste (3.619) e por último a região central (2.795). Observamos que o número de jovens é expressivo e, logo, aponta para a necessidade de espaços públicos de lazer, de artes, de melhores políticas públicas na área da educação e da saúde para atender as demandas deste público juvenil.

Tabela 07 - Jovens de 16 e 17 anos de idade residentes nas regiões de Londrina, sua frequência na escola e seu rendimento

	Central	Leste	Norte	Oeste	Sul
População residente	3.124	4.553	7.064	4.507	4.381
População residente que frequenta a escola	2.795	3.619	5.867	3.809	3.741

Fonte: Tabela elaborada com os dados do IBGE - Censo 2010

Segundo o IBGE (2010), no que se refere à população dos distritos¹⁸ observamos, na tabela 08, que o distrito que tem maior população é Guaravera com 3.935, seguido de Lerroville com 3.775, Paiquerê com 2.995, Irerê com 2.317, São

¹⁸ Inicialmente, havia nos distritos subprefeituras que eram um canal de aproximação com a prefeitura e os moradores, mas faz quinze anos que foram desativadas e os distritos vêm sofrendo com a falta de serviços públicos.

Luiz com 1.593, Warta com 1.555 e, por último, Maravilha com 985 habitantes. Os distritos, cujas atividades são no geral agrícolas, possuem especificidades históricas e culturais próprias.

Quanto ao perfil dos alunos, estes são filhos de agricultores, suas famílias, não obstante a pouca escolaridade, incentivam os filhos e se interessam pela sua vida escolar. Muitos alunos ajudam no orçamento familiar, trabalhando no período alternativo de aula, pois a renda da família varia até dois salários mínimos. Eles apreciam a escola, pois “veem na mesma uma extensão de sua casa e também uma oportunidade de ascensão profissional” (PPP, WARTA, 2010, p.17).

Tabela 08 - População residente nos distritos de Londrina e sua situação domiciliar

Qtde	Guaravera	Irerê	Lerroville	Maravilha	Paiquerê	São Luiz	Warta
Urbano	2.299 (58%)	1.421 (61%)	1.673 (44%)	485 (49%)	1.319 (44%)	762 (48%)	1.105 (71%)
Rural	1.636 (42%)	896 (39%)	2.102 (56%)	501 (51%)	1.676 (56%)	831 (52%)	450 (29%)
Total	3.935 (100%)	2.317 (100%)	3.775 (100%)	985 (100%)	2.995 (100%)	1.593 (100%)	1.555 (100%)

Fonte: Tabela elaborada com os dados do IBGE - Censo 2010

Essas informações preliminares sobre as regiões e os distritos de Londrina colaboram, em sua totalidade, para um melhor entendimento dos traços significativos do perfil dos jovens estudantes de 16 e 17 anos das escolas públicas. E para contemplar o nosso tema de estudo, abordaremos a seguir os dados relativos à nossa amostra.

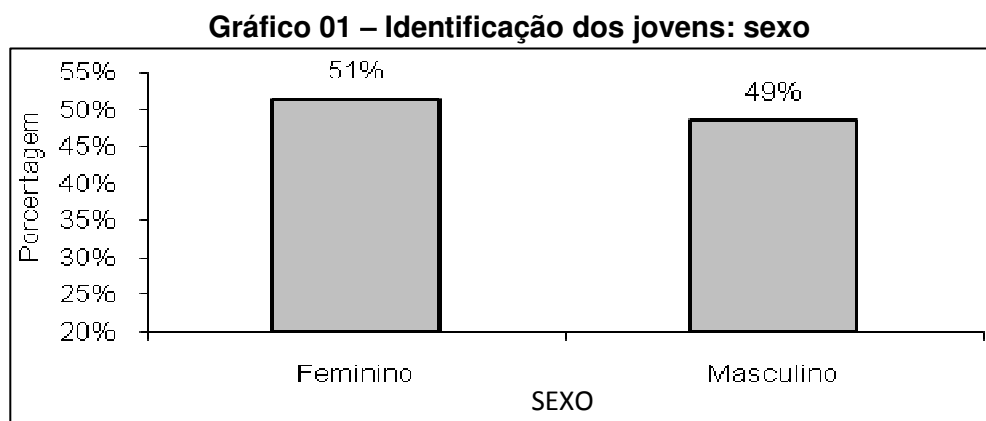
2.2 Perfil da amostra dos jovens estudantes das escolas públicas de Londrina

Na pesquisa que realizamos para identificar o perfil dos jovens estudantes, em relação à sua percepção política, participaram 2.000 alunos, de 49 escolas do município de Londrina. São jovens que vivenciam a democracia, ainda que muito recente e que conhecem a ditadura apenas pela História, através de testemunhos, de livros, de filmes e inúmeros materiais sobre o assunto.

O ambiente partilhado não somente pelos jovens, mas também pelos adultos revela uma democracia “que vive hoje tanto seus problemas de consolidação, com a constante reformulação partidária, quanto com as questões oriundas de más práticas políticas persistentes, como a corrupção e o clientelismo” (PAIVA, 2013,

p.08). É com essa visão que apresentamos a nossa reflexão na tentativa de ressignificar e contribuir com os debates sobre a condição de ser jovem, em processos constantes de mudanças socioeconômicas, políticas e culturais.

O gráfico 01 demonstra uma variação mínima entre as jovens do sexo feminino (51%) em relação aos jovens do sexo masculino (49%). De forma similar, os dados apresentados pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Paranaense), em 2013, são de um levantamento de 2010, segundo o qual a população, na faixa etária de 16 anos, era 4.063 de jovens do sexo masculino e de 3.960 jovens do sexo feminino, totalizando 8.023 jovens. Enquanto os jovens de 17 anos somaram 4.100 e as jovens 4.064, perfazendo o total de 8.164, em relação aos nossos dados, aqui também a variação é pequena em relação ao gênero.

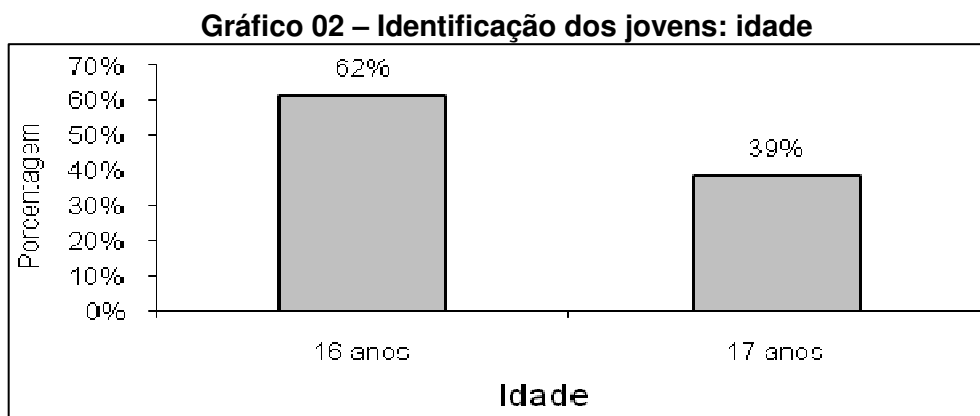


Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

A faixa etária dos alunos entrevistados (16 e 17 anos) é idade em que a retirada do título é facultativa. Nos estudos de socialização política, Niemi e Hepburn (1995) explicam que, entre os 14 e os 25 anos, os jovens passam por mudanças sociais e psicológicas, sendo, portanto, o período ideal para a internalização de valores e a formação das atitudes políticas, já que, também na maioria das vezes, estão inseridos em ambientes escolares, cujos temas contemplam conteúdos relacionados ao sistema político brasileiro.

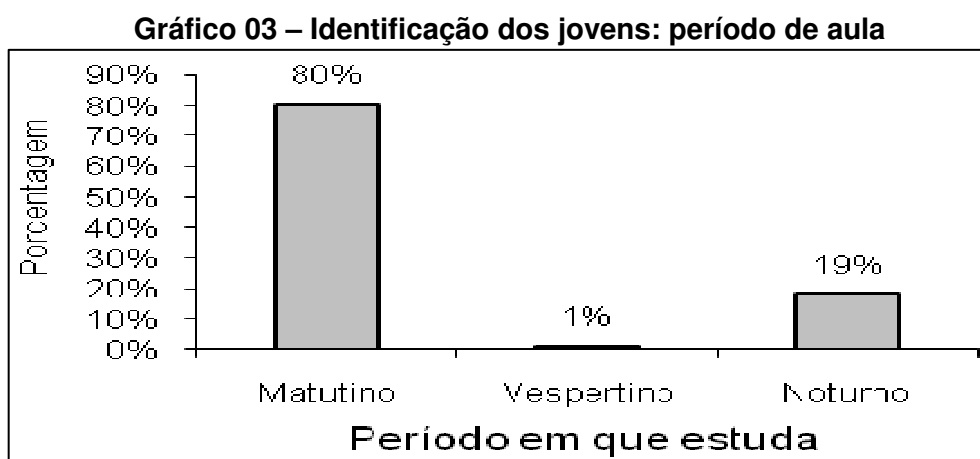
É a partir deste processo de socialização política e, sobretudo, em razão de serem estimulados ou orientados que os jovens passam a ter atitudes de conservação/mudança em relação à política relacionadas diretamente à cultura política, como veremos nos próximos capítulos. Como já mencionado, essa escolha

foi relevante para despertar ou não o interesse dos estudantes em tirar o título de eleitor. O gráfico a seguir mostra um número maior de alunos (62%) na idade de 16 anos e um menor (39%) na idade de 17 anos.



Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

O gráfico, a seguir, revela o período de aula que os jovens estudantes frequentam. A maior parte deles está matriculada no período da manhã (80%) e uma minoria, no período da noite (19%). A escolha dos turnos geralmente é feita conforme a necessidade dos alunos e da própria família. A tarde, o número é insignificante, ou seja, apenas 1% dos alunos está cursando o ensino médio neste período.

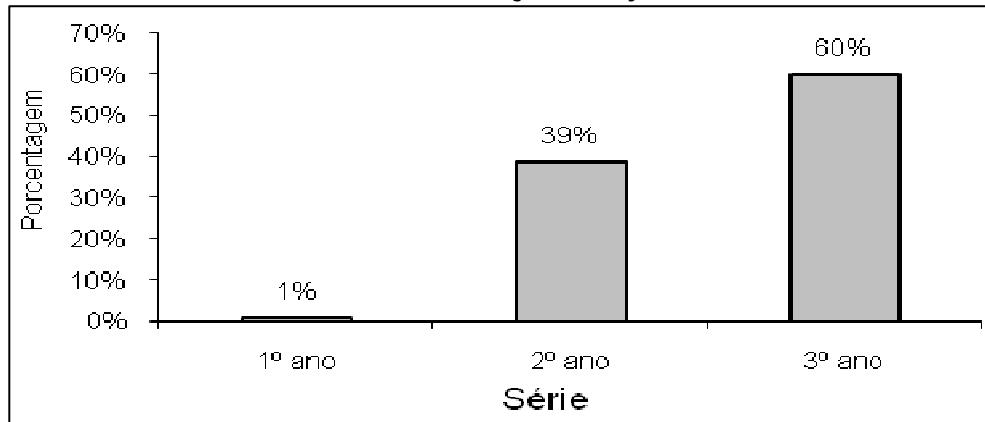


Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

No que tange à série, o próximo gráfico revela que a maioria dos jovens, isto é, 60% deles estão cursando a última série do ensino médio, enquanto 39% estão matriculados no penúltimo ano. No primeiro ano deparamos com o mínimo (1%) de

alunos inscritos. Lembramos que, no primeiro ano, os alunos estão com 15 anos, portanto, não foi o público alvo da pesquisa.

Gráfico 04 – Identificação dos jovens: série



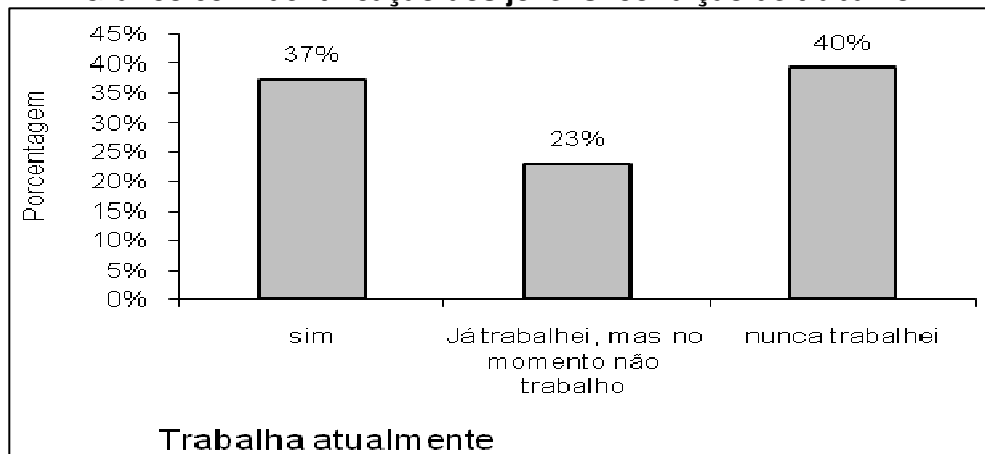
Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Os dados mostram uma pequena diferença entre aqueles que estão trabalhando (37%) e os que nunca trabalharam (40%). Mas, entre os que estão trabalhando (37%) e os que já trabalharam (23%), soma-se um total de 60%, demarcando a baixa remuneração num contexto de precarização do trabalho, sendo-lhes causa de insegurança.

Há, portanto, estudioso que afirma que “a diminuição das possibilidades de mobilidade social gera pessimismo e ausência de perspectiva em relação ao futuro” (NOVAES, 2006, p.108). Esta situação decorre do fato de que jovens estudantes têm de ajudar na complementação da renda familiar e, portanto, trabalham no período alternativo de aula.

A própria realidade socioeconômica das regiões onde esses jovens estudantes moram os força trabalhar.

Gráfico 05 – Identificação dos jovens: condição de trabalho



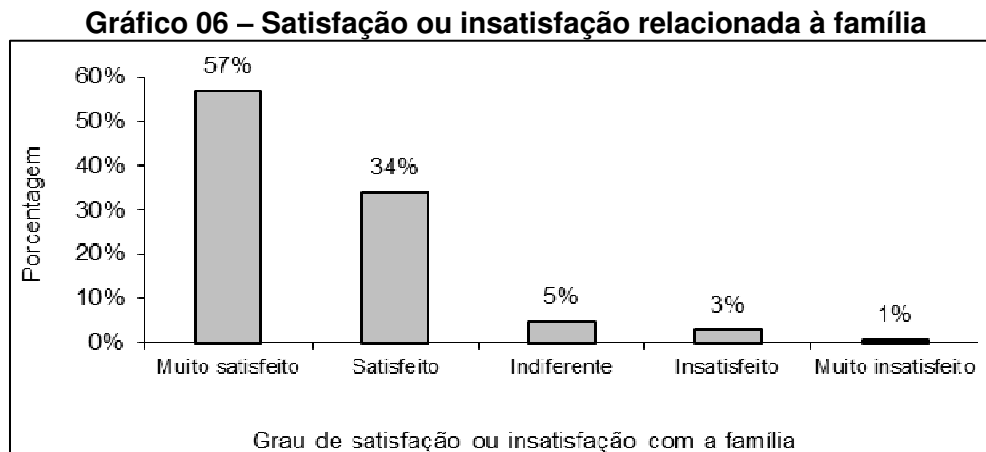
Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Os números apresentados nos gráficos sobre a identificação dos estudantes de 16 e 17 anos de Londrina constituem um conjunto de informações que contribui para a caracterização social dos pesquisados. Os dados a seguir referem-se à in/satisfação dos jovens sobre os diversos aspectos relacionados com a vida que o estudante leva.

2.3 Os jovens pesquisados e o grau de satisfação e insatisfação com a vida

No questionário inserimos uma pergunta para compreendermos o grau de satisfação ou insatisfação do jovem com a sua vida. O gráfico 06 apresenta o grau de satisfação e insatisfação relacionado à família. Nele podemos observar que os estudantes de 16 e 17 anos estão muito satisfeitos (57%), seguido de satisfeito (34%) com a família que têm. Apenas 5% caracterizam-se indiferentes, 3% como insatisfeitos e 1% como muito insatisfeito. Se agruparmos os que se dizem satisfeitos, o resultado mostra a grande maioria dos jovens, (91%) está satisfeito com a família, restando apenas 9% de insatisfeitos. A família exerce forte influência nos jovens pesquisados, por ser justamente um dos principais agentes de socialização. É nela que os jovens vivenciam valores, crenças e atitudes em relação à política.

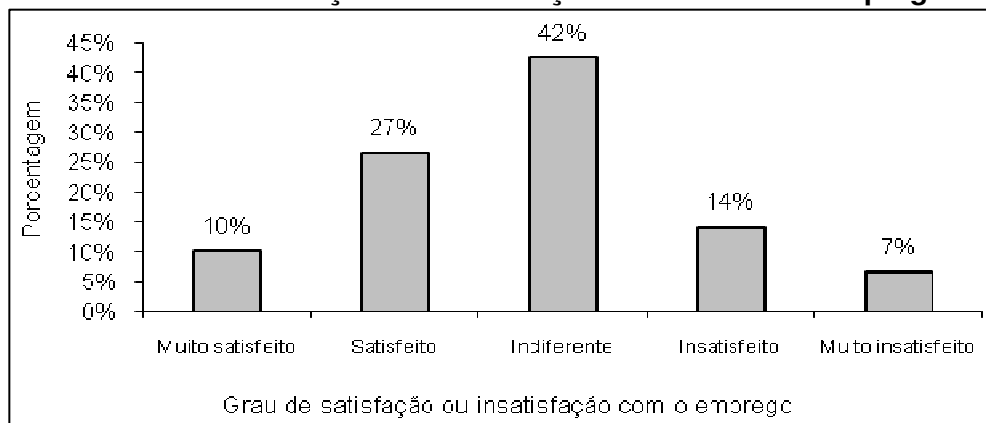
A satisfação dos entrevistados com a família não é um dado somente da nossa pesquisa, é algo recorrente nas pesquisas sobre os jovens, como por exemplo, a pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*, realizada pela Unesco, no ano de 2004, demonstra que a família foi o item mais escolhido pelos jovens, por ser ainda, “a sua mais forte e constante referência de vida” (ESTEVEZ; ABRAMOVAY, 2007, p.44).



Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

O gráfico 07 trata sobre o grau de satisfação ou insatisfação em relação ao emprego. Nele notamos que 10% dos jovens estão muito satisfeitos e 27% satisfeitos. O percentual maior de 42% é o daqueles que se mostram indiferentes quanto ao emprego. Os insatisfeitos são 14% e muito insatisfeitos 7%. Ao somarmos os muitos satisfeitos com os satisfeitos temos o total de 37%. Mesmo se somarmos a quantidade de insatisfeitos com o percentual de muito insatisfeitos, que totalizam 21%, o maior número continua sendo do grupo que se considera indiferente. A quantidade expressiva neste último grupo nos provoca estranhamento, pois o emprego sempre foi uma preocupação dos jovens, como apresenta a Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião da Juventude Brasileira (2013). No patamar das prioridades dos jovens, aparece em segundo lugar o emprego e a profissão.

Gráfico 07 – Satisfação ou insatisfação relacionada ao emprego

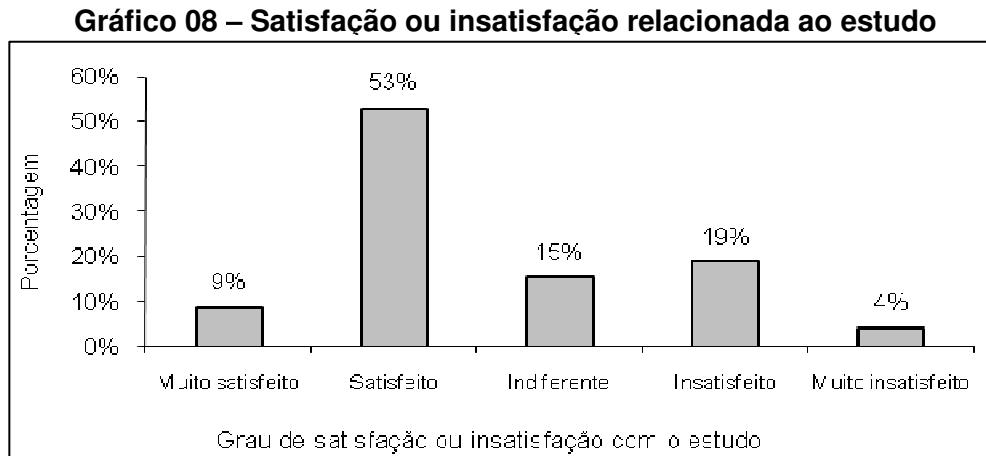


Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Quanto aos estudos, 53% dos jovens dizem estar satisfeitos, 9% muito satisfeito, 15% indiferentes, 19% insatisfeitos e 4% muito insatisfeitos. O grupo dos satisfeitos soma-se 62% em oposição ao grupo dos insatisfeitos 23%, e os indiferentes são 15%. São muitos estudantes que estão satisfeitos com os estudos e um dos motivos explica-se pelo fato da “escola se afirmar como o espaço e tempo dos encontros entre os muitos sujeitos culturais que a fazem existir” (CARRANO, 2005, p.156). A escola é um dos ambientes onde o jovem passa um longo tempo de sua vida, já que ela se “insere no mundo do jovem como um espaço que, implícita e involuntariamente, cria a possibilidade de troca, de inter-relação e de interinfluências entre os diversos grupos que a compõem” (ESTEVES, 2005, p.111).

Ainda sobre a satisfação que os jovens entrevistados apresentaram sobre os estudos, salientamos o fato de que as escolas são públicas, ora mantidas pelo

Estado, que representa o governo. Observamos que os estudantes não visualizam que a escola é mantida por uma política pública, logo um dever do Estado, garantido na Constituição de 1988¹⁹.



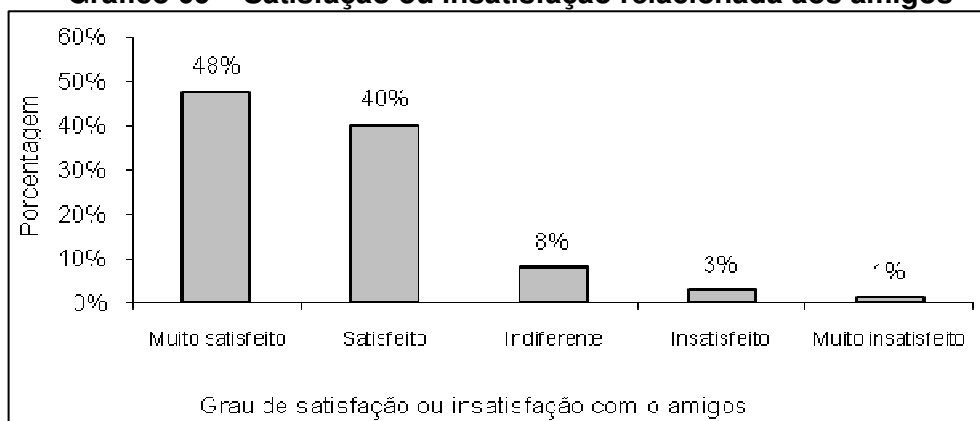
Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

No item referente aos grupos de amigos, 48% dos jovens, estão muito satisfeitos e 40% satisfeitos. Os indiferentes somam 8%, os insatisfeitos 3% e os muito insatisfeitos 1%. No caso, temos 88% que se dizem satisfeitos com os amigos, 4% insatisfeitos e 8% indiferentes. Nessa questão não há muita controvérsia entre os jovens. Carrano (2003) destaca que:

As relações sociais da juventude se organizam essencialmente em torno dos gostos, amizades, afetos, emoções e relações comuns, cujos centros encontram-se na música, nos espetáculos, nos esportes, nos divertimentos coletivos, nas festas; no âmbito de um “estilo de vida” e cujo eixo é o “encontrar-se” (p.149).

É nessa convivência aliada às mídias interativas, que ocorrem trocas de gostos, de estilos, de informações, de identidades, de debates dos problemas sociais, sendo um espaço potencialmente de aprendizagem das relações sociais (Cf. BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005), porém sem ter uma intencionalidade política.

¹⁹ A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205).

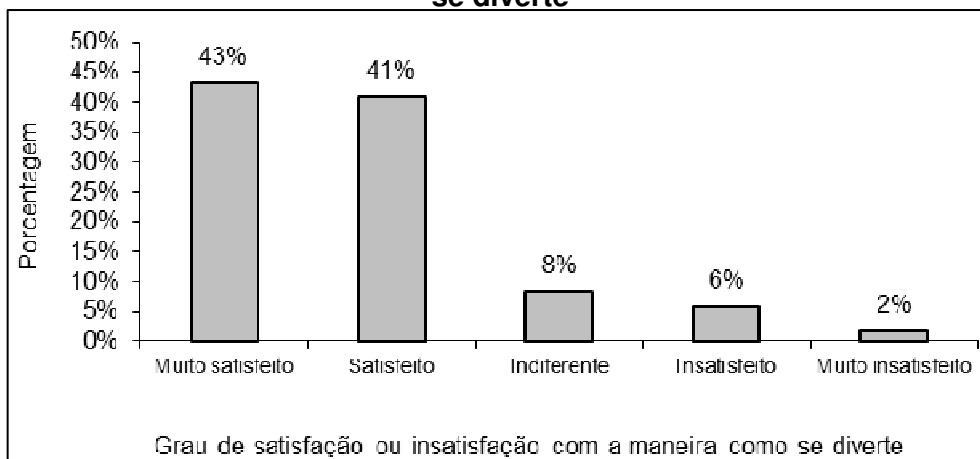
Gráfico 09 – Satisfação ou insatisfação relacionada aos amigos

Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Do mesmo modo, os dados do gráfico 10 que trata sobre a maneira como se divertem, os entrevistados demonstram que, nos aspectos da vida particular, suas escolhas preenchem suas exigências, pois 43% dos jovens estão muito satisfeitos e 41% satisfeitos, somando 84%. Um pequeno grupo de 6% disse estar insatisfeitos e 2% muito insatisfeitos e 8% indiferentes com o grupo de amigos.

Segundo Carrano (2003), a maneira como os jovens vivenciam seu lazer, se divertindo, pode ser um espaço de construção da sua própria identidade, ou seja,

[...] é um campo potencial de liberdade, pode se constituir numa chave para o necessário equilíbrio entre a autoconsciência e a alteridade [...]. Os lazeres são vividos pelos jovens como uma oportunidade de afrouxamento ou suspensão das tensões impostas pelos processos de regulação moral e da denominada educação civilizante. Nos momentos de lazer os jovens podem encontrar a oportunidade de concentração sobre si próprios e de interação não obrigatória com o grupo de amigos (CARRANO, 2003, p.138;140).

Gráfico 10 – Satisfação ou insatisfação relacionada à maneira como se diverte

Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

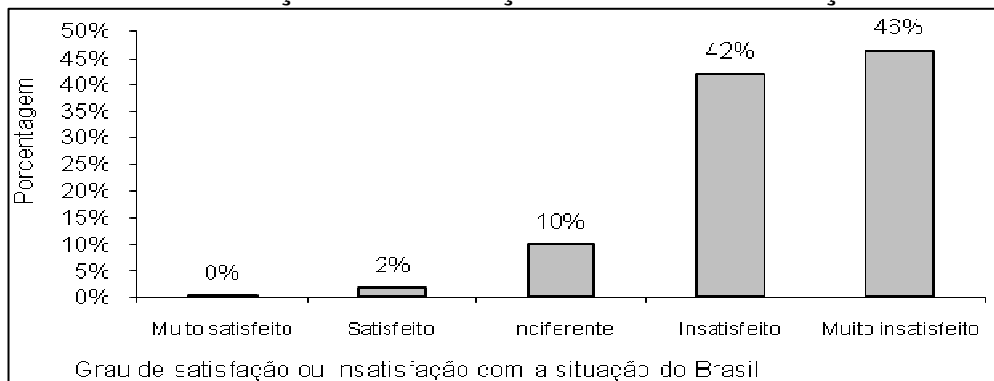
Os dados apresentados nos gráficos 09 e 10, que tratam sobre o grau de satisfação, revelam que os jovens entrevistados estão satisfeitos com a maneira como se diverte e com os amigos. São nestes espaços em que vivenciam suas subjetividades e individualidades, e ainda,

É principalmente nos tempos livres e nos lazeres que os jovens constroem suas próprias normas e expressões culturais, ritos, simbologias e modos de ser que os diferenciam do denominado mundo adulto. [...]. No espaço-tempo do lazer, os jovens consolidam relacionamentos, consomem e (re)significam produtos culturais, geram fruição, sentidos estéticos e processos de identificação cultural (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005, p.176-177).

Todavia, os números permitem refletir que os estudantes pesquisados pouco visualizam os espaços de lazer, de diversão e de convivência com os amigos enquanto espaço político e logo de ampliação de direitos e de novas formas de participação.

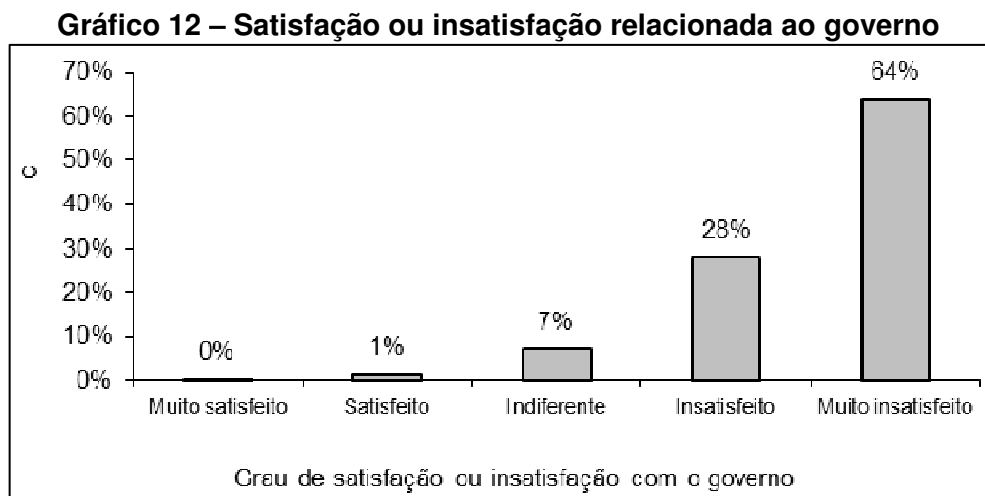
Nos itens que ultrapassam a esfera da vida privada, como por exemplo, no gráfico 11 sobre a situação do Brasil, a maioria está descontente, visto que nenhum entrevistado disse estar muito satisfeito; apenas 2% disseram satisfeitos e 10% são indiferentes. O grande percentual, 42% revela-se insatisfeitos, muito insatisfeitos 46%, totalizando 88% de descontentes com a situação do Brasil, pela realidade social em que estão inseridos, pelo descrédito e distanciamento das instituições sociais. Outro estudo também revela a mesma situação e pontua como razão desse descontentamento a “escassez de ações voltadas para as juventudes, escassez que se traduz, entre uma série de outros fatores, pela ausência de uma política pública especificamente direcionada para esse estrato da população” (UNESCO, apud ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007, p. 42).

Gráfico 11 – Satisfação ou insatisfação relacionada à situação do Brasil



Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

De forma semelhante, é possível observar no gráfico 12, que os jovens desaprovam o governo. Nenhum jovem está muito satisfeito com o governo, apenas 1% disseram estar satisfeitos e 7% se dizem indiferentes dentre pesquisados. Dizem-se insatisfeitos 28% e muito insatisfeitos 64%, somando 92% dos estudantes. Podemos dizer, que, na opinião dos jovens, há uma mistura de dúvida e desconfiança em relação ao governo, justificada pelos escândalos de corrupção denunciadas em variadas operações da Polícia Federal e do Ministério Público.



Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Ao elencarmos de um a três o grau de satisfação ou insatisfação dos jovens de 16 e 17 anos de Londrina, os dados revelam que eles estão muito satisfeitos em primeiro lugar com a família (57%), com os amigos (48%) e com a forma como se divertem (43%). Sentem-se satisfeitos com o estudo 53%, com a forma como se divertem 41% e, com os amigos 40%. Dizem-se indiferentes com o emprego 42%, com o estudo 15% e com o Brasil 10%. Os itens dos insatisfeitos com o Brasil somam 42%, com o governo 28% e com o estudo 19%. Os muito insatisfeitos com o governo somam 64%, com a situação do Brasil 46% e com o emprego 7%. Observamos, então, que os jovens estão descontentes com o Brasil e com o governo. Tal insatisfação pode se dar em razão das denúncias de corrupção²⁰, de oportunismos políticos, entre outros, que levam a um descrédito da política.

²⁰ Salientamos que as denúncias de corrupção não se referem somente ao governo atual. A corrupção está incorporada na política administrativa desde os primórdios. Nos últimos tempos tem ganhando maior visibilidade vinda à tona o mau uso dos bens públicos pelos governantes. “As principais causas da corrupção ora dominante são conhecidas: instituições frágeis, hipertrofia do Estado, burocracia e impunidade e, mais recentemente, a partidarização da coisa pública. O custo

Por outro lado, os entrevistados revelaram estar satisfeitos com sua vida pessoal, com os estudos, com o emprego. É notável que os estudos, o emprego são questões gestadas por órgãos públicos, e se os estudantes das escolas públicas da nossa amostra estão satisfeitos, como podem dizer que estão insatisfeitos com o governo, com a política? Isso é um dado bastante preocupante, já que, expõe a noção restrita que os pesquisados têm sobre os conceitos de política, de cidadania, de direitos e deveres, de formas de governos e, sobretudo, de democracia.

As características com que se configuram os jovens estudantes de Londrina indicam uma condição própria de viver a juventude, marcada fortemente pela conjuntura cultural e histórica, que influencia na sua maneira de pensar e agir, levando-os ao ceticismo em relação à política, pois atualmente “a política é uma área desenergizada em nosso tempo” (RIBEIRO, 2004, p.27). E, por hora, é grande o apoliticismo dos jovens. No próximo capítulo, refletiremos sobre a percepção política dos jovens, de 16 e 17 anos, das escolas públicas de Londrina, sobretudo no que se refere à participação e ao interesse em participar do coletivo, levando em consideração o contexto no político cultural em que estão inseridos.

anual da corrupção brasileira, envolvendo as instâncias federal, estaduais e municipais, é estipulado em torno de R\$ 82 bilhões, o que corresponde a 2,3% de todas as riquezas produzidas no país. Tais estimativas, consideradas abaixo do que efetivamente acontece, nos colocam nos primeiros lugares entre os países mais corruptos, melhor dizendo, elevam o poder público do Brasil às culminâncias entre os mais corruptos do mundo” (POLÍTICA Democrática, 2012, p.07).

3 PERCEPÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NAS ELEIÇÕES

“La juventud es más que una palabra”
(Mario Margulis y Marcelo Urresti)

3.1 A participação dos jovens nas eleições no período de 1992 a 2014

A população inscrita no Brasil para votar na última eleição federal e estadual, em 2014, foi de 141.824.607 eleitores. Atualmente, podemos usufruir do direito de votar, pois, temos o

voto universal e direto, o voto feminino, o voto secreto, o voto obrigatório, o voto proporcional, o voto eletrônico, o voto do analfabeto, a cédula única oficial, a justiça eleitoral, os constantes recadastramentos e muitas outras ações foram importantes aquisições democráticas, que contribuíram sensivelmente para reduzir a exclusão popular, a manipulação, o controle e as fraudes eleitorais (SEGATTO, 2015, p.100).

Participamos das eleições²¹, mas nem sempre foi assim. O país atravessou momentos históricos de baixa participação política. Havia regras políticas e jurídicas que excluía uma imensa população.

Foi somente com a Constituição de 1988, reconhecida como a ‘Constituição Cidadã’, na Nova República, marcada por avanços importantes, com o restabelecimento de eleições diretas para a presidência, que os jovens conquistaram o direito do voto, que passa a ser universal, direto e secreto. Como o voto, na faixa etária de 16 e 17 anos, é facultativo, podemos analisar o grau de seu interesse pelas eleições.

Após o período ditatorial (1964-1985) ocorreu no país, em 1989, a primeira eleição direta para Presidente da República, sucedendo José Sarney²². No período,

²¹ Para conhecer toda trajetória do voto no Brasil ver as obras: LIMONGI, Fernando; CHEIBUB, José Antonio; FIGUEIREDO, Argelina C. Participação política no Brasil In: ARRETCHE, Marta (Org.) *Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015, p.23-49; NICOLAU, Jairo M. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012; NUNES, Edson de Oliveira. *A Gramática Política Do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Brasília, DF; ENAP, 2010; SEGATTO, José Antonio. Cidadania e Política. *Revista Perspectivas*, São Paulo, n. 22, 1999, p. 137-159.

²² Na época recém filiado ao PMDB, que mesmo apoiando o golpe militar, foi escolhido como representante na chapa para a redemocratização do país. Ele assumiu o cargo, após a morte do eleito Tancredo Neves (PMDB).

o Brasil encontrava-se com número elevadíssimo de desemprego, inflação altíssima, misérias e muitas dívidas internas e externas, provenientes do período militar.

As medidas²³ adotadas pelo governo não obtiveram êxito. Ainda neste período ocorreu uma série de medidas com o intuito de consolidar a democracia, como o voto dos analfabetos e o incentivo a novos partidos entre outros (Cf. NICOLAU, 2012). Foi nesse contexto que se deram as eleições presidenciais²⁴ de 1989, em dois turnos e foi eleito Fernando Collor de Mello com a promessa de que combateria a corrupção. Na sua campanha ficou conhecido como o ‘caçador de marajás’ e ainda, suas propagandas foram fortemente marcados pelo “personalismo político, reforçado pela ação dos meios de comunicação e pelos profissionais do *marketing* político, durante as campanhas eleitorais [...]” (WERLANG; HASS, 2003, p.31).

No entanto, o seu governo foi perdendo forças, por causa da crise econômica e das denúncias de desvios de dinheiro público. Em 1992, o Congresso Nacional instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que, após as investigações, abriu o processo de *impeachment* do presidente. Diversos setores da sociedade civil, inclusive jovens estudantes, “os caras-pintadas” se manifestaram contra o governo de Collor.

O Congresso aprovou o *impeachment*, no dia 29 de setembro de 1992, mas no dia 30 de dezembro, o presidente Collor renunciou a seu mandato, assumindo a presidência o seu vice Itamar Franco, da mesma legenda partidária (PRN). O período presidencial de Itamar Franco foi aquele que conseguiu, através do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a implantação do Plano Real, que garantiu a estabilidade econômica contendo a inflação no país. O sucesso do Plano Real garantiu a sua eleição, no primeiro turno, como presidente no dia 03 de outubro

²³ Para controlar a inflação, o governo Sarney lançou planos econômicos como: Plano Cruzado I e II, Bresser e Verão, mas não obteve sucesso.

²⁴ No primeiro pleito tivemos como candidatos os líderes políticos já conhecidos como: Mário Covas, Leonel Brizola, Ulisses Guimarães, Luiz Inácio Lula da Silva e alguns não bem conhecidos, como: Roberto Freire e Fernando Collor de Mello. Ficaram para o segundo turno: Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Collor de Mello (PRN). O candidato do PT, que “era representante das forças políticas de esquerda, recebeu apoio dos movimentos populares e sindicais. Defendeu um programa de mudanças na estrutura socioeconômica do país a fim de implementar um modelo socialista”(CANCIAN, 2006, p.03). Enquanto que o outro “recebeu apoio das forças conservadoras de direita, que congregava desde os interesses mais retrógrados, como o grande latifúndio, até interesses dos grandes industriais e banqueiros. Por conta disso, o pleito ficou fortemente polarizado ideologicamente” (CANCIAN, 2006, p.03).

de 1994, pelas coligações PSDB/PFL/PTB e anos mais tarde, em 1998, a sua própria reeleição²⁵.

Nas eleições de 2002, em parceria com as alianças dos partidos: PT, PL, PC do B, PCB e PMN e com programa para resgatar as dívidas sociais, mediante o crescimento econômico, Luiz Inácio Lula da Silva, ex-metalúrgico, foi eleito presidente. O êxito do seu governo garantiu-lhe a reeleição no dia 29 de outubro de 2006. Os dois mandatos do seu governo foram caracterizados pelo combate às desigualdades sociais e terminou com uma excelente aprovação.

Nas eleições seguintes (2010), foi eleita a primeira mulher, ex-ministra da Casa Civil do governo petista, Dilma Vana Rousseff (PT). Nas eleições de 2014, numa disputa acirrada com Aécio Neves (PSDB), foi reeleita com pequena vantagem. Desde os últimos anos do seu primeiro mandato, o seu governo tem sofrido desgastes com os escândalos de corrupção que envolvem a Petrobrás, com o descontentamento geral das pessoas pelo mau uso do dinheiro público, como, por exemplo, os gastos exorbitantes com a Copa do Mundo, entre outros. Atualmente, o seu governo vive uma instabilidade econômica: a inflação em alta, os números de desempregados crescendo, as contas públicas desequilibradas, que vem gerando desconfiança dos eleitores e a impopularidade da sua administração como presidente.

Na obra *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?*, José Álvaro Moisés (2010) apresenta um estudo sobre o comportamento eleitoral dos votantes e demonstra o quanto sua desconfiança e descrença na política nacional podem comprometer a consolidação da democracia, ou seja, “os estudos relatados mostraram que o fenômeno geral de adesão à democracia [...] está associado com indicadores tanto de cultura política como de desempenho de instituições democráticas” (MOISÉS, 2010, p.298), sendo necessário considerar que os indivíduos agem sob influência da socialização política

²⁵ De acordo com Nicolau (2012), em 1996 ministros e líderes dos governos de Fernando Henrique Cardoso, apoiavam a emenda da reeleição, sendo aprovada no Congresso no dia 04 de junho de 1997. A emenda n.16 beneficiava os cargos de presidente, governadores e prefeitos, que seguidamente poderiam disputar as eleições e logo ser reeleitos. Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente a se beneficiar desta nova regulamentação. Recentemente, em maio de 2015, no debate sobre reforma política, a Câmara dos Deputados votou a proposta de Rodrigo Maia (DEM-RJ) pelo fim da reeleição nos cargos de presidente, governadores e prefeitos; foram 452 votos a favor, 19 contra e um de abstenção. No entanto, a PEC 182/07 não se aplicará aos executivos eleitos em 2012 e 2014, ainda não reeleitos.

e de suas experiências pessoais com as instituições, o que os conduzem a sua formação de valores e de orientações políticas.

Para melhor traçar a trajetória da participação²⁶ dos jovens nas eleições, recorreremos ao Tribunal Superior Eleitoral e organizamos três gráficos onde é possível identificar nas eleições municipais, estaduais e federais a quantidade de eleitores de 16 e 17 anos no período de 1992 a 2014, no Brasil, no Paraná e em Londrina, sabendo que para Freitas (2010) é importante

[...] debater o voto dos jovens-adolescentes como possibilidade de mudança e de transição geracional, desencadeando processos de mobilização política, controle social e conscientização cidadã, certos (as) de que a eleição não será capaz de sozinha, mudar os rumos do país e da sua juventude, mas cientes de que, sem dúvida, ela representa um privilegiado momento para o debate por mais direitos e mais participação (FREITAS, 2010, p.02).

O gráfico 13, na página 49 que trata da participação dos jovens nos pleitos eletivos do Brasil, demonstra um diferencial maior de eleitores em eleições municipais do que em eleições estaduais e federais, ou seja, “nas eleições municipais, ele julga a competência do administrador, independente de qual seja a sua ideologia” (MONTENEGRO, apud WERLANG; HASS, 2003, p.20).

De acordo com os números do TSE, as eleições municipais ocorridas no Brasil tiveram, nos anos de 1992, 2000 e 2004, um número maior de jovens votantes com idade de 16 e 17 anos, enquanto que nas eleições estaduais e federais de 2002, 2006 e 2010, o número dos jovens eleitores votantes foi menor.

Nas eleições municipais de 1992 fortalecia-se o movimento ‘Fora Collor’, por causa das denúncias de corrupção que envolviam o presidente Fernando Collor de Mello. No país, sobretudo os estudantes de várias cidades, mobilizavam-se nas ruas contra o governo. Acreditamos que tal movimento de contestação tenha incentivado os jovens a uma maior participação efetiva nas escolhas de seus representantes.

²⁶ Nas palavras de Avelar (2004), participação pode ser entendida como uma “[...] ação de indivíduos e grupos com o objetivo de influenciar o processo político” (p.225). E no sentido mais geral, “a participação é ação que se desenvolve em solidariedade com outros no âmbito do Estado ou de uma classe, com o objetivo de modificar ou conservar a estrutura (e, portanto os valores) de um sistema de interesses dominantes” (PIZZORNO, apud AVELAR, 2004, p.225).

As eleições municipais de 2000 foram marcadas, mais uma vez, por notícias de repercussão nacional sobre corrupção²⁷. Sobre isso a revista Opinião Pública (2001), ao analisar a pesquisa do IBOPE de 2000, argumenta

[...] a mobilização política pelas eleições municipais de 2000 era bem alta, apesar da média geral dos brasileiros não se interessarem muito por política. Este contraste se explica, em grande parte, por diferenças de opinião entre eleitores residentes nos grandes centros urbanos (capitais e regiões metropolitanas) e os eleitores das pequenas cidades do interior, sobretudo das regiões Norte/Centro-oeste e Nordeste. São estes últimos os que mais valorizam o voto nas eleições locais, enquanto que os eleitores dos grandes centros são os mais desinteressados (OPINIÃO PÚBLICA, 2001, p.255).

As eleições municipais de 2004 seguiram a mesma tendência das anteriores, visto que o contexto político da época foi permeado de escândalos políticos²⁸, no caso, financiamento ilícito para as campanhas.

De modo geral, observamos que as eleições municipais despertam maior interesse dos jovens de 16 e 17 anos em participar nos pleitos eletivos. Geralmente, é através delas que são motivados a retirar seus títulos e se inserir no exercício da cidadania.

Nas eleições estaduais e federais de 2002 deparamos com um cenário com “níveis altos de desemprego, renda da população em queda; deterioração do quadro econômico mais geral, com revisão das expectativas de crescimento para baixo e das metas inflacionárias para cima; e, finalmente, um ambiente negativo quanto às expectativas de futuro” (BONFIM, 2002, s/p). O candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, vence as eleições no segundo turno, criando uma perspectiva positiva dos brasileiros para resolver a crise social presente no país.

No entanto, o seu governo teve denúncias e escândalos de corrupção envolvendo importantes políticos, ou seja,

²⁷ As notícias apontavam o envolvimento do juiz Nicolau dos Santos Neto e o senador Luiz Estevão; ambos foram acusados pelo desvio de R\$169 milhões de obras do Tribunal Regional do Trabalho, e ainda o tratamento ofensivo entre os políticos Jader Barbalho (presidente do PMDB) e Antônio Carlos Magalhães (presidente do Senado) que foi transmitido pela TV Senado; os dois políticos trocaram acusações referentes à corrupção.

²⁸ Desta vez a notícia envolveu Waldomiro Diniz assessor do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que pedia aos empresários propina para as campanhas do seu partido.

[...] a primeira, em 2005, se deu a partir da denúncia de que parlamentares da base aliada recebiam dinheiro de "caixa dois" [refere-se aqui aos recursos para financiamento de campanhas eleitorais que não são declarados nem pelo doador nem pelo beneficiário do recurso] para votar em projetos de interesse do Executivo, escândalo que ficou conhecido como Mensalão. A segunda, em 2006, a denúncia de compra de ambulâncias superfaturadas com recursos de emendas parlamentares, foi deflagrada a partir de investigação realizada pela Polícia Federal (PF) e ficou conhecida como o esquema dos Sanguessugas. Esse foi um dos períodos de crise política de maior repercussão internacional após a redemocratização do país (CASTRO; NUNES, 2014 , p.32)

Foi neste contexto de crise política que houve as eleições estaduais e federais de 2006, tendo uma significativa participação no alistamento dos jovens de 16 e 17 anos.

Também nas eleições de 2010 foi considerável o número de jovens votantes, com o apoio do presidente Lula, foi eleita Dilma Rousseff, do PT, como Presidente da República.

Ao examinar esse ano, tivemos poucos jovens inscritos nas eleições municipais. Vemos que isso ocorreu em 1996, 2008 e 2012. Nas eleições estaduais e federais destacamos os anos de 1994, 1998 e 2014, assim o número de eleitores foi reduzido. De modo geral, as causas dessa redução são seu alheamento da política, ou seja, “o descrédito com relação à política e às instituições foi incentivado pelos grupos dominantes para facilitar seu poder de mando e dar continuidade à política como atividade de poucos” (SEGATTO, 2015, p.99).

Outra razão dessa redução do eleitorado juvenil é o envelhecimento do eleitorado, constatado nas eleições de 2014, pois,

[...] pela primeira vez na história do Brasil, os eleitores idosos (de 60 anos e +), com 23,9 milhões de potenciais votantes, ultrapassaram os 23,4 milhões de potenciais votantes jovens (de 16 a 24 anos). Em termos da dinâmica demográfica, vale ressaltar que a população jovem está diminuindo em termos absolutos, enquanto a população idosa continuará a crescer, em termos absoluto e relativo, nas próximas décadas. Provavelmente, até 2030, os idosos serão o dobro dos jovens no eleitorado (ALVES, 2014, p.01).

Deste modo, encontramos ainda outros fatores que desestimulam os jovens de se alistar nos pleitos eletivos, como a descrença nos candidatos, nos partidos, nos políticos que podem ser ocasionado principalmente pelo pluripartidarismo vivido atualmente. Temos muitas siglas, sem qualquer zelo ideológico os políticos trocam

de partidos e se compõem conforme os interesses e arranjos convenientes a si mesmos.

De acordo com Segatto (2015), o momento histórico interfere decisivamente nos partidos, extinguindo ou criando outros. Mudam-se as siglas e não os políticos. Eles vão se ajustando em contextos diferentes, sendo uma prática recorrente desde 1889, isto é, com o fim do Império e o surgimento da República, os liberais e os conservadores deixaram de existir e migraram para o Partido Republicano.

O mesmo ocorreu na ditadura militar que aboliu os partidos republicanos instaurando o bipartidarismo. Eram apenas dois partidos: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático do Brasil), e mais tarde, em 1980, com a pressão popular ao regime, se tornaram o PDS (Partido Democrático Social) e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), surgindo ainda o PT (Partido dos Trabalhadores), o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PDT (Partido Democrático Trabalhista).

A redemocratização do país trouxe readequações aos partidos, permitindo agora que a sociedade se organize em interesses comuns e através dos partidos tenham seus representantes no cenário político, porém, “os novos partidos políticos, criados [...] fizeram largo uso do clientelismo em seu processo de constituição [...]” (NUNES, 2010, p.35). E ainda,

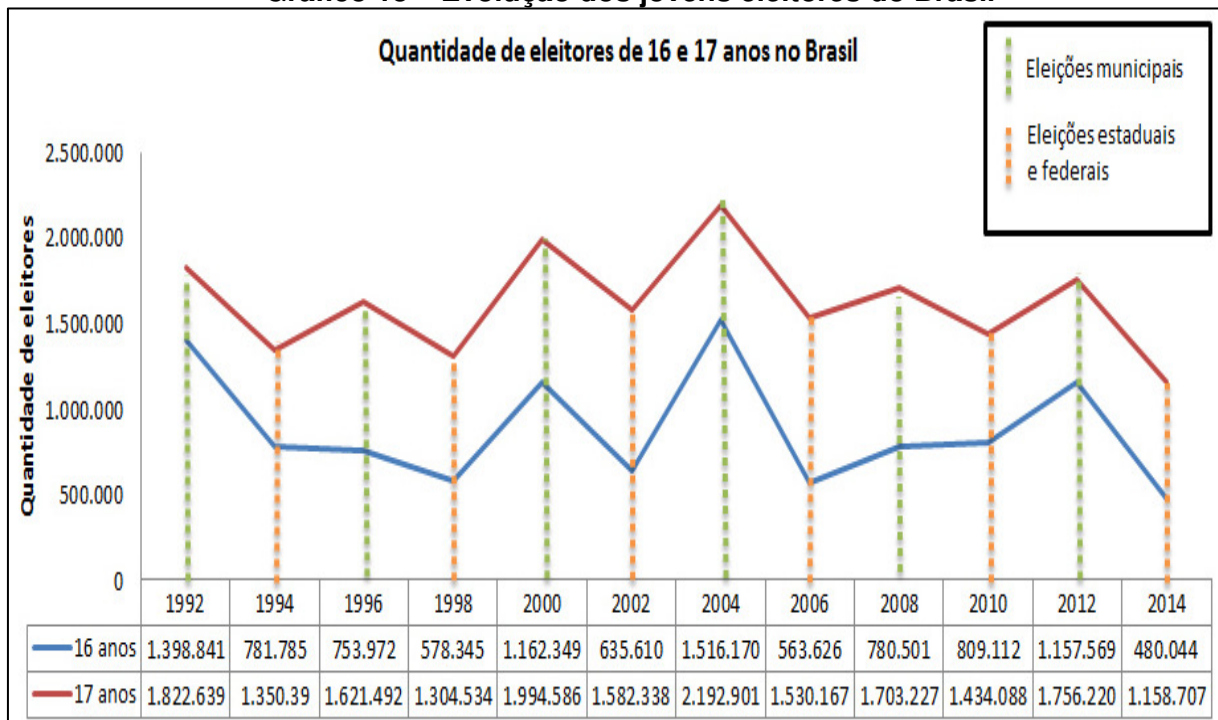
O atual pluripartidarismo, vasto, mas, ao mesmo tempo, difuso, com mais de quatro dezenas de siglas, em grande parte de aluguel, de transação, parece expressar e sintetizar a herança política de dois séculos de fisiologismo, patrimonialismo, clientelismo; siglas que são criadas, extintas, que se fundem em função de circunstâncias imediatas e, com algumas exceções, com diminuta representatividade sociopolítica e nenhum compromisso ideológico (SEGATTO, 2015, p.98).

É possível, portanto, que tal pluripartidarismo seja uma das razões de tanta indisposição de participação nas eleições dos jovens estudantes. Isso não quer dizer que os jovens pesquisados são favoráveis a volta do bipartidarismo, mas as práticas inadequadas dos políticos e a ausência de formação política, sobretudo, no que se refere ao conhecimento das diferentes ideologias partidárias, dificultam enormemente o interesse de participar dos pleitos.

Ainda é preciso levar em consideração de que toda essa proliferação de partidos, mas de trinta, muitas vezes criam suas siglas sem ter antes vivido uma experiência da vida política, ou seja, são legendas que não tem uma representação significativa da população e que ao disputar as eleições podem prejudicar àqueles que já tem uma legitimidade, fragilizando o processo político eleitoral.

Isso colabora para que “a noção de que a política e os que a fazem como coisa diabólica, perversa tome conta do senso comum, invada o imaginário popular” (SEGATTO, 2015, p.99). Todo este contexto contribui para analisar a participação dos jovens eleitores no Brasil, a partir dos dados abaixo:

Gráfico 13 – Evolução dos jovens eleitores do Brasil



Fonte: Elaborado pela própria autora com base nas informações do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), 2014.

Já as eleições no estado do Paraná são caracterizadas historicamente por uma cultura política marcada por comportamentos contrários ao discurso democrático, uma vez que:

[...] favorece apelos personalistas, clientelísticos, subjetivos e emocionais, e que determina a insegurança e a morosidade do processo de transição democrática, não permitindo a reestruturação política e institucional, propiciando, assim, a vitória nas urnas de alianças conservadoras, dos velhos donos do poder, e um retrocesso na questão da cidadania (NAZZARI, 2002, p.162/3).

No que se refere à evolução da participação dos jovens no Paraná, a maior participação de eleitores jovens é também nas eleições municipais. Tal atitude se justifica no sentido de que os jovens estão muito mais atentos ao que se passa na cidade do que no país. Todavia, de modo geral, os jovens paranaenses não se interessam em participar das eleições nem confiam nos políticos, por falta de elementos de formação cidadã, além do “[...] descrédito e a fragilidade das instituições políticas, que não se constituem num instrumento de catalisação das reivindicações da sociedade” (NAZZARI, 2002, p.162), o que compromete a nossa democracia.

Observamos, tanto nas eleições em geral no Brasil e no Paraná, que há retrocessos e avanços nos números de eleitores jovens, influenciados muitas vezes por uma cultura negadora de qualquer visão positiva da política, que interfere, e muito, na desmobilização dos jovens.

Neste sentido, ilustramos o fato de que meses antes das eleições de 2014, foi realizada pela Datafolha uma pesquisa²⁹, revelando que 61% dos entrevistados eram contrários a obrigatoriedade do voto. Pela primeira vez houve um índice altíssimo de rejeição dos brasileiros. Um dos argumentos que explica tal fato está na desconfiança e no ceticismo dos eleitores diante dos políticos e dos partidos políticos, assim como o descrédito nas instituições. Sobre isso Segatto (2015) explica que,

propagou-se ao longo do tempo uma forte indisposição da sociedade e o desencantamento do eleitorado em relação às organizações, às instituições e às representações políticas – a perda de confiança, o desprezo e a indiferença pela política e o políticos levam à abstinência, ao afastamento da intervenção e participação, que só reforçam a exclusão e a dominação, criando barreiras à inserção do cidadão na vida pública ou à transformação do indivíduo em cidadão (SEGATTO, 2015, p.99).

Todavia não há um consenso em relação à obrigatoriedade do voto. Há aqueles que são favoráveis, pois acreditam que o ato de votar demonstra uma consciência cívica, já que,

²⁹ O Datafolha entre os 07 e 08 de maio de 2014, entrevistou 2.844 pessoas, de 174 municípios questionando-os sobre a obrigatoriedade do voto. O resultado foi divulgado pela Folha de São Paulo com o título: *Rejeição ao voto obrigatório sobe para 61% do eleitorado*, no dia 11/05/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1452545-rejeicao-ao-voto-obrigatorio-sobe-para-61-do-eleitorado.shtml?rtqa=33dd431dc3844263873e79ac03ccb603>

sociedade brasileira ainda é bastante injusta na distribuição da riqueza nacional, o que se reflete no nível de participação política de largos segmentos sociais, que desconhecem quase que inteiramente seus direitos de cidadãos. O voto constitui, nessas circunstâncias, um forte instrumento para que essa coletividade de excluídos manifeste sua vontade política (SOUZA, 2004, p. 4).

E há aqueles que são desfavoráveis, uma vez que a inexistência da obrigatoriedade do voto pode evitar práticas inadequadas do político, visto que,

Se a consciência política de um povo ainda não está evoluída suficientemente em razão do subdesenvolvimento econômico e de seus mútuos reflexos nos níveis educacionais, não é tornando o voto obrigatório que se obterá a transformação da sociedade [...]. Se nunca tivéssemos tido a obrigatoriedade do voto, teríamos hoje um processo político-eleitoral muito mais amadurecido e consolidado, como aconteceu com os povos politicamente desenvolvidos. De modo geral, podemos afirmar que os regimes autoritários têm preferência pelo voto obrigatório, porque, assim, o controle do Estado sobre a sociedade é mais forte (SOARES, 2004, p. 10).

Este debate sobre a obrigatoriedade do ato de votar pode interferir no grau de interesse dos jovens de participar das eleições. Por isso, é necessário identificar “[...] novas configurações sociais que interferem nas motivações e condições objetivas que favorecem ou inibem processos de participação” (BRENNER; CARRANO, 2008, p.67).

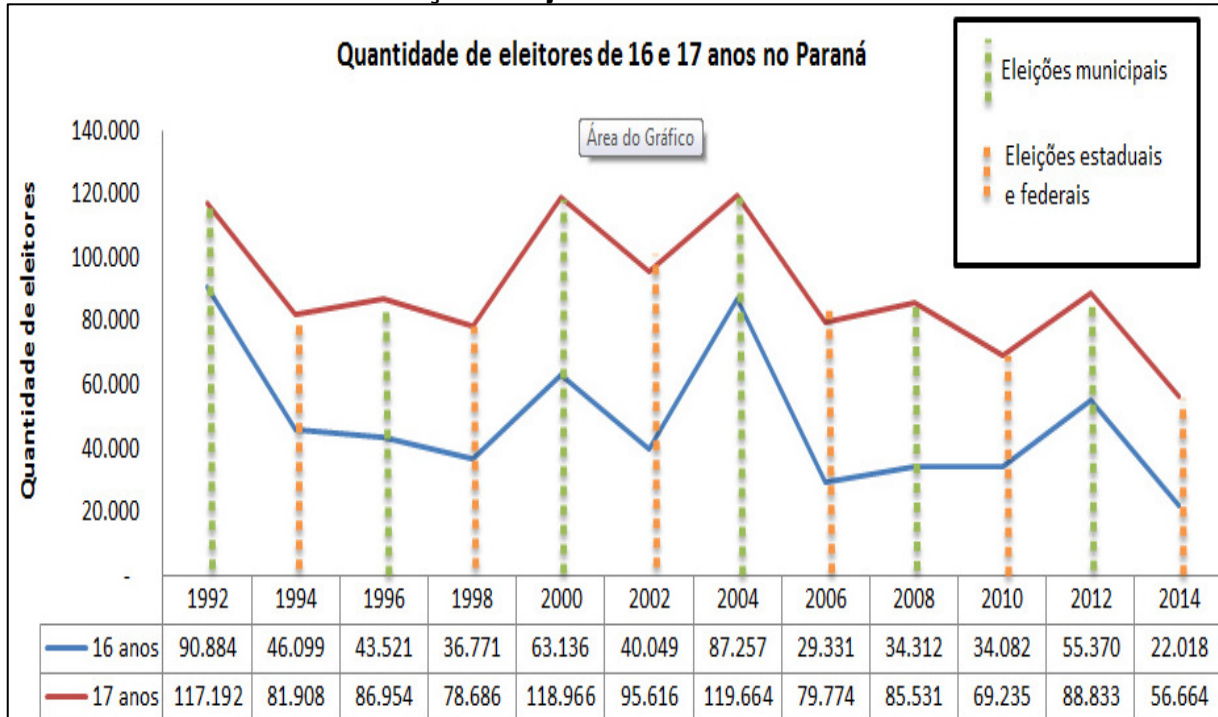
O gráfico 14 demonstra que, no estado do Paraná, houve um número significativo de jovens de 16 e 17 anos votantes nas eleições municipais nos anos de 1992, 2000 e 2004. Este dado é igual quando comparado à quantidade de jovens votantes desta faixa etária no Brasil.

Nas eleições federais e estaduais, os anos em que houve maior número de jovens votantes foram 1994, 2002 e 2006, diferentemente do observado no gráfico anterior. Os dados referentes aos jovens votantes nas eleições de 1996, 2008 e 2012, no Brasil, se igualam novamente aos dos votantes no Paraná, quando foi pequena a participação. Já nas eleições federais e estaduais, houve uma redução de jovens entre 16 e 17 anos nos anos de 2006, 2010 e 2014. De modo geral, as eleições no Paraná mostram,

[...] que a política local seguiu um padrão recorrente na política nacional, que é o de manter fortes contornos clientelistas e personalistas. Tal constatação baseou-se numa prática dos políticos

descompromissados com as bases por um lado, e, por outro, no limitado índice de cobranças por parte da sociedade em relação aos seus representantes (TONELLA, 1991, p.160).

Gráfico 14 – Evolução dos jovens eleitores no estado do Paraná



Fonte: Elaborado pela própria autora com base nas informações do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), 2014.

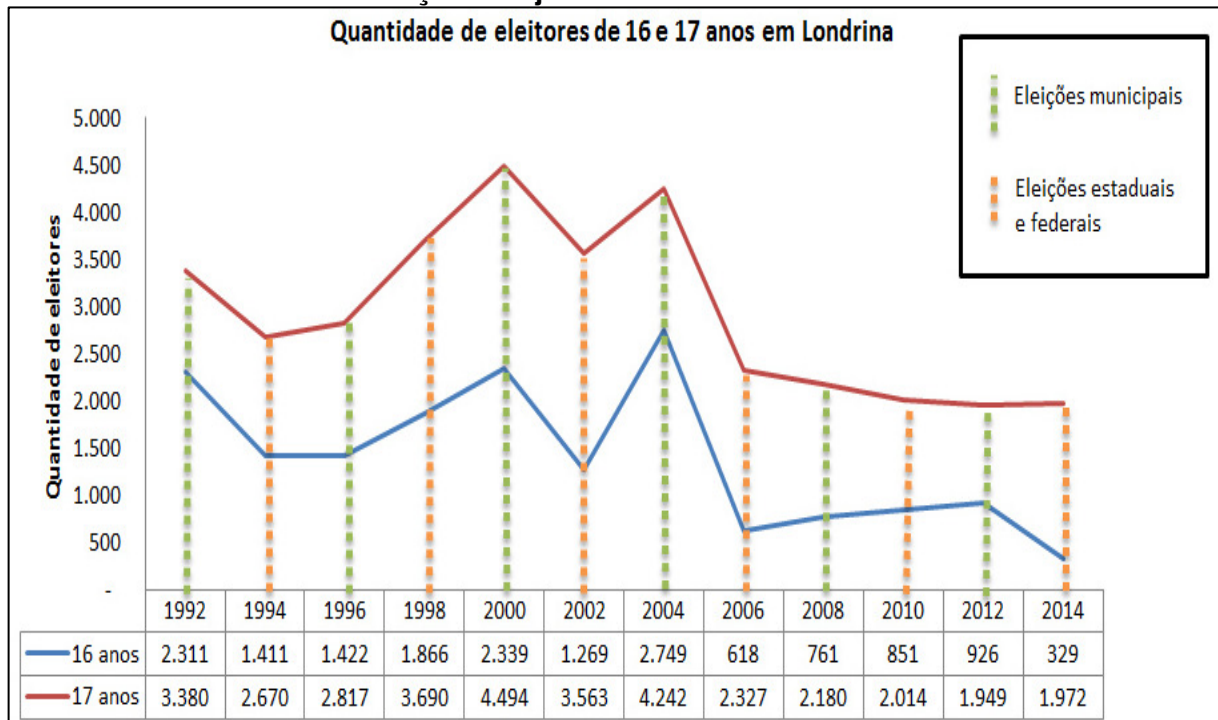
As instituições locais são mais atuantes na mobilização dos jovens de 16 anos para o voto. Um exemplo disso foram as eleições municipais de 2012, quando houve uma mobilização das instituições (partidos, escolas, redes sociais, entre outras) para incentivar os jovens de 16 e 17 anos a retirar seus títulos.

Na cidade de Cascavel, por exemplo, o NRE (Núcleo Regional de Educação) e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) realizaram a campanha “1+1=200 mil eleitores”, mobilizando desde 2011 os jovens a tirar o título. Essa campanha foi decisiva para o aumento de votantes. Pela primeira vez, Cascavel teve, no segundo turno, 204 mil eleitores (UOL ELEIÇÕES, 2012). Esse fato é significativo. O gráfico abaixo revela uma mobilização/motivação maior dos jovens nas eleições municipais do que nas eleições presidenciais.

Em Londrina, o cenário político não é diferente. Conforme o gráfico 15, as eleições municipais despertam um maior interesse nos jovens do que as eleições estaduais e federais, embora, nos quatro últimos pleitos eletivos, a diferença entre elas tenham sido menores.

Segundo o TSE, os anos de 1992, 2000, 2004 foram os de maior participação nas eleições municipais, ao passo que, nas eleições estaduais e federais, foram os anos de 1994, 1998 e 2002 os de maior participação dos jovens. Os anos em que houve menor número de jovens de 16 e 17 anos inscritos foram, nas eleições municipais, os anos de 1996, 2008 e 2012 e nas pleitos estaduais e federais, os anos de 2006, 2010 e 2014.

Gráfico 15 – Evolução dos jovens eleitores na cidade de Londrina



Fonte: Elaborado pela própria autora com base nas informações do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), 2014.

Segundo Octaciano Nogueira (2013), é normal que os jovens tenham mais interesse nas eleições municipais do que nas demais, já que estão envolvidos no contexto de sua cidade, como ele explica:

[...] o jovem está muito mais próximo de tudo o que se passa em sua cidade, mostrando-se identificar mais com um pleito local do que com um de caráter geral. Ele está interessado, sobretudo o que ocorre em sua cidade. Mas não necessariamente sobre o que se passa no resto do país. Essa é a tendência natural, porque o jovem participa mais da informação daquilo que diz respeito ao seu município, e, em proporção muito menor, daquilo que diz respeito ao resto do país (NOGUEIRA apud TSE, 2013, s/p).

Os dados apresentados pelo TSE despertam o interesse de estudiosos da juventude, que veem os jovens alheados e apáticos à política, os mesmos em que outros contextos sociais são participativos. A razão disso é que na política os discursos dos partidos políticos não trazem nada de novo. Explica Chaia (apud R7 NOTÍCIAS, 2014),

há um descrédito na política. As coisas não mudam e, [quando mudam], só mudam para pior. Eles [os jovens] só vão se inscrever [para tirar o título de eleitor] quando for obrigatório. Isso é bem sintomático. Não há uma renovação nos quadros políticos. São sempre as mesmas pessoas e políticos. Isso desestimula (2014, s/p).

Então, perguntamos: Qual é o papel que vêm desempenhando os agentes de socialização política na formação dos jovens eleitores: a família e a escola têm instigado o jovem a participar dos pleitos eletivos, como exercício de cidadania? Quais são os espaços existentes para debater as demandas juvenis? De antemão, sabemos que a faixa etária dos 16 e 17 anos é uma etapa bastante complexa da vida dos jovens. Eles têm muitas preocupações, por exemplo, com o vestibular e o primeiro emprego.

É preciso estimular a participação do jovem eleitor já que “[...] se ele tem consciência cívica, ele vai ter consciência de sua cidadania, da sua profissão, da sua participação. Tudo isso está ligado evidentemente à vocação que ele tem e revela para os seus deveres cívicos. Algo que é muito importante para qualquer civilização” (NOGUEIRA apud TSE, 2013, s/p).

3.2 A política na percepção dos jovens londrinenses

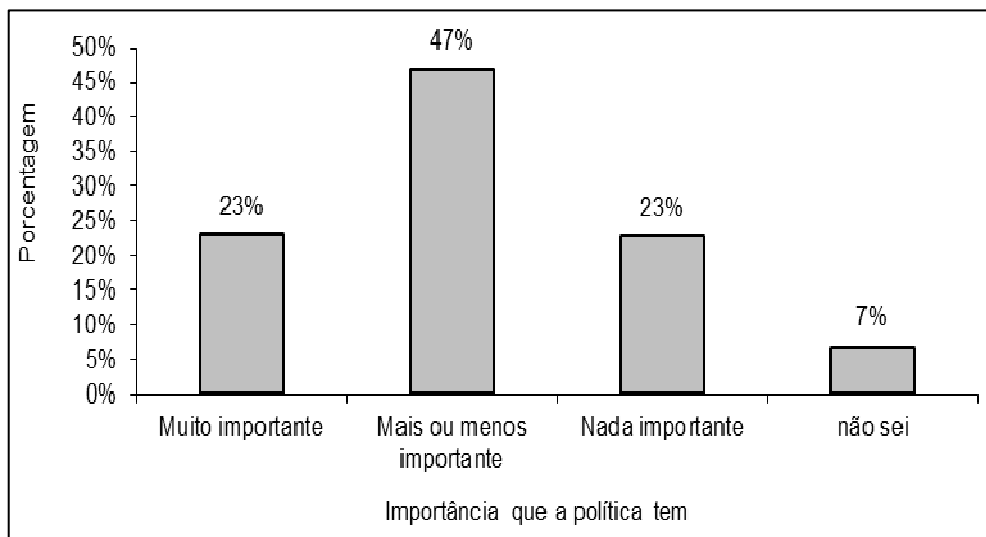
No que tange à importância da política na vida dos jovens, os dados do gráfico 16 revelam que 47% dos estudantes disseram que a política é mais ou menos importante e 23% reconheceram que ela é muito importante, o que soma 70%, percentual que nos chama atenção se o compararmos com os 23% que disseram que a política não é importante e os 7% que não souberam responder.

Indagamos: Se a política é importante para os jovens, por que não participam? Será que isso tem a ver com a TV aberta que mais influencia na hora do voto, e na maioria das vezes, deprecia a política institucional? Ou, seria a rejeição à política motivada pelo procedimento dos representantes? Como têm atuado os

agentes de socialização política? O que impede a participação dos jovens na política se eles a consideram importantes? Sobre isso Almeida (2008) escreve,

O jovem não é um sujeito isolado do restante da sociedade. E, de uma forma geral, toda a sociedade tem partilhado certa descrença na ação política [...] A palavra política está muito associada ao governo, ao partido. Se ampliarmos esta noção de política para a ideia de participação pública e coletiva, pode crer que muitos jovens não só gostam de política como têm um forte engajamento, maior inclusive que qualquer outro segmento social (ALMEIDA, 2008, s/p).

Gráfico 16 – Importância da política na vida



Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

O gráfico 17 trata especificamente sobre a questão: “o que a política representa para você?”. Foi uma questão aberta, para cuja explicação elaboramos o gráfico abaixo agrupando as respostas semelhantes. As opiniões dos jovens entrevistados são divergentes. A primeira resposta denota uma visão pessimista: a política representa corrupção (48%), não significa nada (14%). A corrupção sempre esteve presente na história do país, mas Koerner e Schilling (2015) explicam que a imprensa contribui muito para tal visão, pois ela “[...] promove a sistemática difusão das manchetes negativas sobre a situação do país, gerando o clima que reforça a desconfiança [...]” (p.76). Os jovens ficam com a informação rápida e curta, muitas vezes sem contexto.

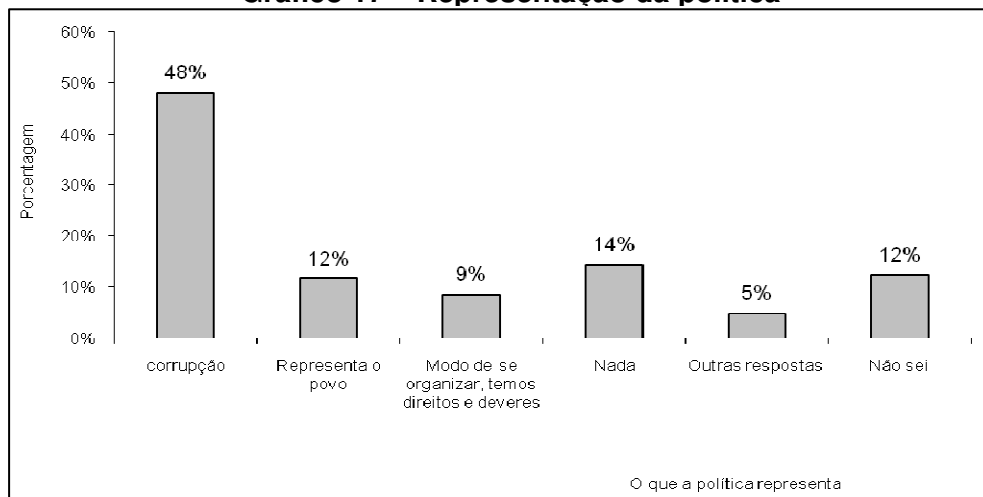
A segunda apoia-se numa visão positiva referente ao povo (12%) e ao modo de se organizar, de ter direitos e deveres (9%). Outros (12%) responderam ‘não sei’ e os demais (5%) deram outras respostas, que se caracterizam como injúrias, xingamentos, revoltas contra a política. Se somarmos o grupo que apresenta a

política de forma negativa, temos um total de 67% (48% +14% +5%) e os que consideram a política como algo coletivo, somam 21% (12%+9%).

Nessa investigação, observamos que 12% dos entrevistados evasivamente não responderam. Os números ainda nos ajuda a refletir sobre como esses jovens veem à política; no geral, de forma depreciativa. Suas expectativas, atitudes e procedimentos os norteiam pela falta de credibilidade e isso compromete a jovem democracia brasileira, já que,

Existe uma insatisfação grande com a eficiência do Estado, com os resultados das políticas públicas e com os padrões de conduta na política. A principal ONG anticorrupção, Transparency International, consistentemente classifica o Brasil como um dos países mais corruptos das Américas, e os escândalos de 2005-2006 sugerem que nada mudou, mesmo com o governo do PT (DESPOSATO, 2007, p.122).

Gráfico 17 – Representação da política



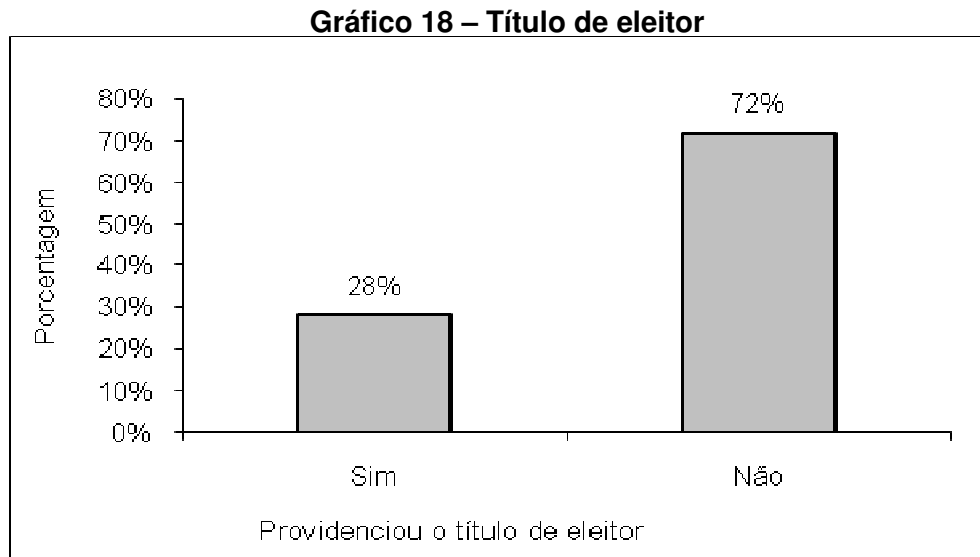
Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

O gráfico 18 revela que os jovens de 16 e 17 anos não se interessam em tirar o título de eleitor. Dos 2.000 alunos entrevistados, só 28% já tinham providenciado o título e mais um percentual muito maior (72%) não tinha retirado o título. Também o próprio TSE revela, nas suas pesquisas, que boa parte dos jovens nessa faixa etária não faz uso do seu direito, garantido pela Constituição de 1988.

De acordo com Renato Meirelles (apud ISTO É, ago. 2014) que tenta responder à questão acima mencionada ressaltando: “Os políticos não sabem levar a pauta política para o cotidiano dos jovens. Eles não falam a linguagem desse eleitorado. Os políticos são analógicos e os jovens são digitais. Eles têm uma

mentalidade velha que avalia políticas públicas pela lógica da oferta e não pela demanda” (ISTO É, 29 ago. 2014).

Notamos que os jovens são também motivados pela cultura política impregnada de comportamentos/atitudes que dificultam a operacionalização da participação política institucional. Vejamos os dados:



Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Na nossa pesquisa observamos que, na visão do próprio jovem londrinense, quem mais influencia o seu voto em primeiro lugar é a televisão aberta, resposta de 39%.

Escreve Silva (apud NAZZARI, 2002) “[...] a televisão tem uma parcela significativa de responsabilidades não só pelas atitudes de desconfiança dos cidadãos em relação à política e aos políticos, mas também pela descrença que eles possuem em relação às instituições políticas” (p.17), em razão de tantas notícias depreciativas a respeito da política que leva as pessoas, na maioria das vezes, a se distanciarem da política institucional.

Por isso, é preciso considerar “[...] o papel dos meios de comunicação de massa na socialização política. Além de informar sobre os acontecimentos imediatos, eles atuam, a longo prazo, na formação de ideias básicas do indivíduo, como utilização de técnicas emocionais para a formação de credos políticos” (ALMOND e POWELL, 1972, p.490).

Em segundo lugar, quem mais influencia os jovens é sua própria família, resposta de 15%, embora muitas vezes, devido à escolaridade e ao acesso às

mídias, sejam eles que auxiliam seus familiares na hora do voto. A Revista *Isto É* divulgou, no dia 29 de agosto, uma pesquisa realizada por 3.500 jovens no território brasileiro, cujo resultado diz: “essa turma, por ser mais informada do que seus pais e levar dinheiro para dentro de casa, contribuindo para o aumento da renda, forma opinião, influencia no voto da família e pode até decidir a eleição” (ISTO É, ago 2014, s/p).

Em terceiro lugar, e com uma diferença mínima, também a internet influencia, opina 14% dos entrevistados. Atualmente, a internet faz parte do cotidiano de milhares de pessoas. Suas intermediações foram elementos fundamentais de comunicação e organização das manifestações de junho de 2013. Os jovens hiperconectados, através das redes sociais e em tempo real, trocam experiências e debatem sobre os mais variados temas. Acerca desse contexto, Castells (2003) refere:

A internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global. Assim como a difusão da máquina impressora no Ocidente criou o que MacLuhan chamou de a Galáxia de Gutemberg, ingressamos agora num novo mundo de comunicação: A Galáxia da internet (CASTELLS, 2003, p. 08, 2003).

A internet introduz um novo espaço de comunicação e debate político, sendo uma ferramenta de mobilização social muito utilizada pelos jovens. Um estudo de pesquisa realizada pelo Conecta (2014) apresenta o perfil dos jovens brasileiros internautas, de 15 e 32 anos, revelando que são sete as redes sociais mais usadas entre os jovens:

Facebook (96% possuem perfil), YouTube (79%), Skype (69%), Google+ (67%) e Twitter (64%). [...] Outras atividades comuns na web são buscar informações (86%), acompanhar notícias (74%), assistir a vídeos (71%), ouvir musica (64%) e trocar e-mails. [...] O aplicativo do Facebook está presente em 88% dos celulares dos jovens, seguido dos aplicativos de email (84%), YouTube (81%) e WhatsApp (79%) (CONECTA, 18 jul. 2014, s/p)

Chama-nos também a atenção o fato de que a escola pública onde foi realizada a nossa pesquisa influencia apenas 7%. Sabemos que a escola não é mais o espaço por excelência de informação; agora os jovens estudantes possuem acesso às novas tecnologias midiáticas.

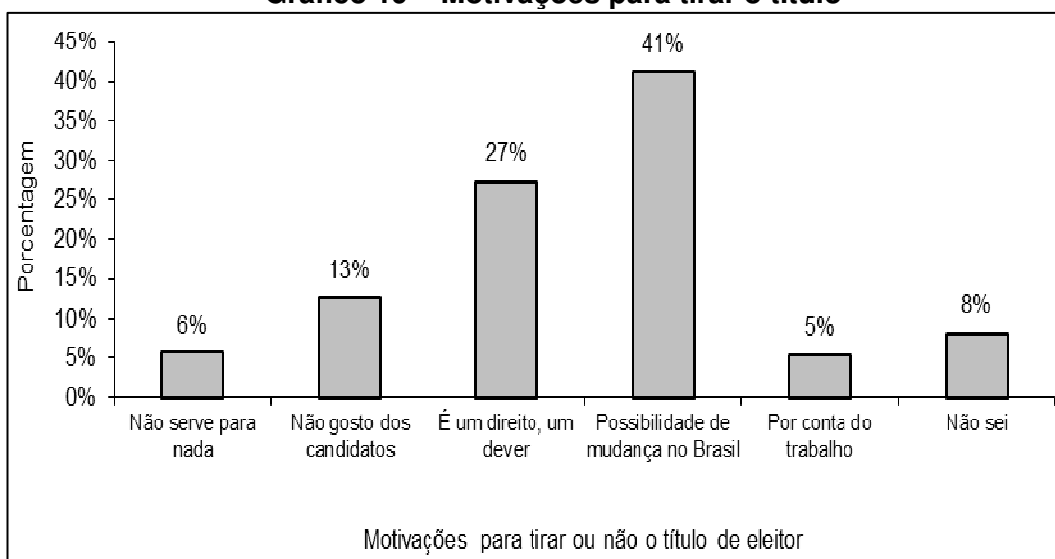
Além do mais, a escola, engessada em sua grade curricular, não cria canais de participação nem proporciona vivências democráticas no ambiente escolar, já que tudo é direcionado, inclusive o intervalo das aulas. Sobre isso, Dayrell; Gomes e Leão (2010) dizem “[...] essa instituição é desafiada a construir outro tipo de organização do trabalho pedagógico e a rever suas instâncias de participação considerando não somente o mundo adulto, mas, também, as temporalidades humanas com as quais convive” (p.251).

Isso nos leva a indagar: Qual está sendo papel da escola na formação cidadã dos jovens? Será que a escola disponibiliza espaço para o debate dos conteúdos relacionados à política? Quais valores/posturas democráticos ela tem transmitido aos estudantes? Se os jovens não são socializados politicamente na educação básica, como podem ser participativos na política institucional?

Perguntamos aos jovens que motivações os levam a tirar o título de eleitor e vimos no gráfico 19 que quarenta e um por cento dos estudantes entrevistados dizem que se sentem motivados porque o voto pode mudar o país e 27% considera o voto um direito e um dever. Muitos, porém, não o retiraram. Por outro lado, 13% dos jovens não são motivados a retirar seu título, por não gostarem dos candidatos e 6% acham que votar não adianta nada. Apenas 5% dos jovens entrevistados tiveram de retirar o título para poderem inserir-se no mercado de trabalho e 8% não souberam dizer quais razões os motivam a tirar o título.

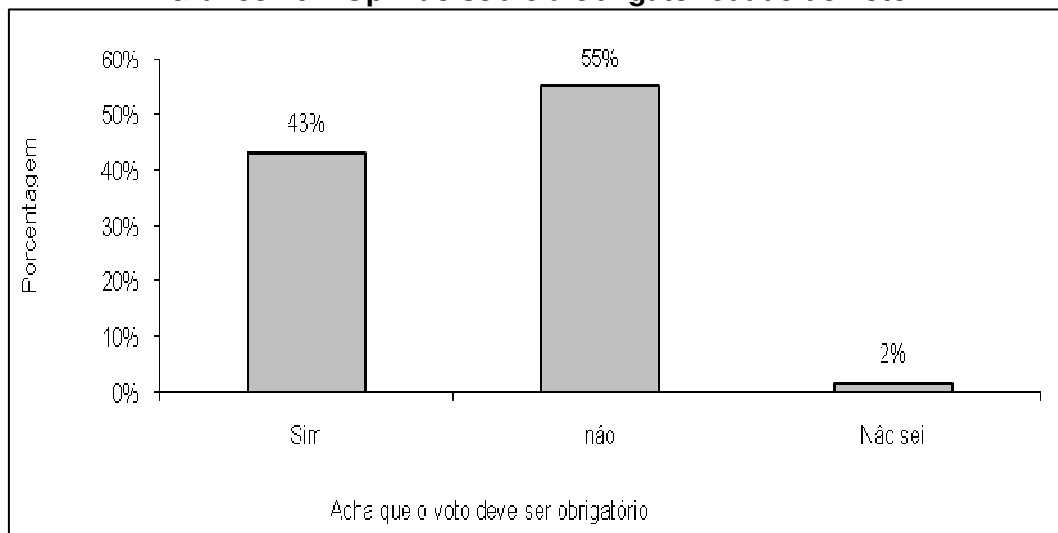
O que nos parece é que os jovens estudantes estão desmotivados a fazer o título, por descrença no sistema político, que se expressa seja pela falta de confiança nas instituições políticas ou pela forma como é conduzida a política.

É evidente o que Lopes (2014) revela: “isso está comprovado, porque há um afastamento do sistema democrático formal e um fortalecimento de formas alternativas de participação política, como a ocupação de ruas” (apud AGÊNCIA BRASIL, 12 ago. 2014). Por isso, destacamos a importância dos agentes de socialização na formação política dos jovens, capazes de introduzi-los no processo político eleitoral.

Gráfico 19 – Motivações para tirar o título

Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

O gráfico 20 trata especificamente sobre a opinião dos entrevistados quanto à obrigatoriedade do voto. São 55% contra e a favor são 43%. Essa é também uma questão recorrente nas discussões entre os eleitores na sociedade. Por exemplo, nas eleições de 2014, o Datafolha realizou no mês de maio, em 174 municípios, uma pesquisa de opinião, com 2.844 de eleitores (18 a 70 anos). Deste total, disseram-se contrários 61%, indiferentes 4% e apenas 34% favoráveis. Este número aumentou em comparação ao das eleições anteriores: em 1994, eram 53% os eleitores contrários, em 2010 esse índice reduziu-se para 48% e em 2014 subiu para 61% (Cf. Datafolha, 2014). Diferente de nossa pesquisa, este estudo mostra que todos são contrários à obrigatoriedade do voto.

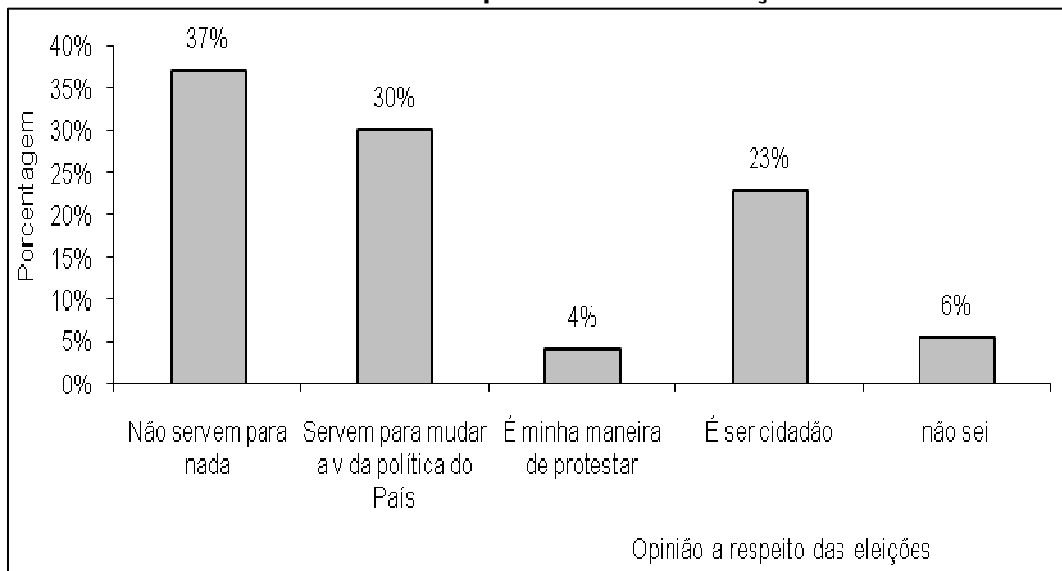
Gráfico 20 – Opinião sobre a obrigatoriedade do voto

Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

No referente à opinião dos jovens sobre a eleição, o gráfico 21 demonstra que se somarmos aqueles que acreditam que o voto serve para mudar a vida política do país (30%) com os que consideram o voto como exercício da cidadania (23%) e com os que votam como maneira de protestar (4%), temos um total de 57% que veem o voto positivo, contrariamente àqueles que disseram que o voto não serve para nada (37%). Apenas 6% não souberam responder.

Acreditamos que os jovens não se sentem motivados pelos partidos políticos a inserem-se diretamente na vida política, porque não consideram os procedimentos dos políticos condizentes com a democracia. Essa maneira de se manifestar não deixa de ser também uma forma de participar e exigir mudança no modo de fazer política.

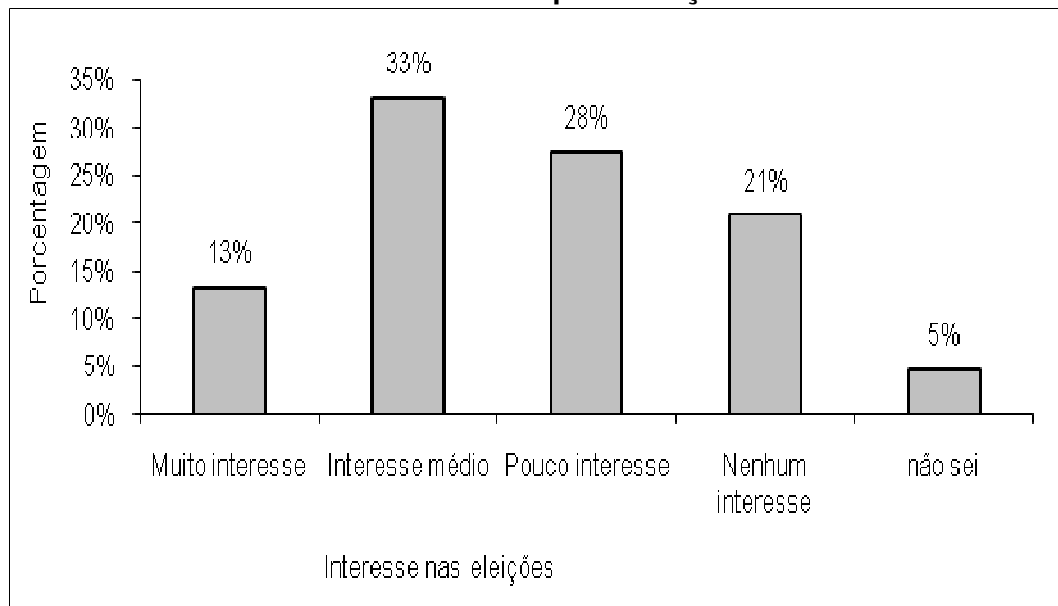
Gráfico 21 – Opinião sobre as eleições



Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Quanto ao interesse dos jovens estudantes pelas eleições de 2014, o gráfico 22 mostra que ao somar com os jovens muito interessados (13%) com os medianamente interessados (33%) dá o total de 46% enquanto os pouco interessados (28%) e os sem nenhum interesse (21%) totalizam 49%.

A diferença é pouca, mas se justifica pelo número de jovens que não retira o título para esse pleito eleitoral. Sobre seu interesse 5% dos entrevistados responderam não saber definir-se.

Gráfico 22 – Interesse pelas eleições de 2014

Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Outra questão pertinente ao nosso estudo é referente ao gráfico 23, ou seja, na preferência partidária dos estudantes foram consideradas as respostas dos jovens dos maiores partidos nacionais, incluindo a opção outro.

Os resultados são reveladores, por apresentar um altíssimo percentual (64%) dos jovens que não têm nenhuma preferência por qualquer partido. Desde 1989, a cidade de Londrina teve prefeitos de diversas legendas como: Antonio Casemiro Belinati (PDT) (1989-1992); Luiz Eduardo Cheida (PT) (1993-1996); Antonio Casemiro Belinati (PDT) (1997-2000 – foi cassado por decisão judicial); Jorge Scaff (PSB) (26/05/2000-31/12/2000 – presidente da Câmara Municipal); Nedson Luiz Micheleti (PT) (2001-2004) e reeleito (2005-2008); Antonio Casemiro Belinati (PP – prefeito eleito, mas foi cassado o seu registro por decisão do TER e não tomou posse); José Roque Neto (PTB) (01/01/2009-30/04/2009 – presidente da Câmara Municipal); Barbosa Neto (PDT) (01/05/2009 – 30/07/2012 – prefeito eleito em eleições suplementares de 29.03.2009); José Joaquim Ribeiro (30/07/2012-20/09/2012 – Vice-prefeito eleito no cargo de prefeito); Gerson Araújo (PSDB) (20/09/2012-31/12/2012 – Presidente da Câmara Municipal) e Alexandre Lopes Kireeff (PSD – 01/02/2013 – Atual).

Nos dados da pesquisa os pesquisados escolheram o PSDB (6%) e o PT (12%), partidos que monopolizaram as últimas eleições presidenciais. Mas isso não significa identificação com as atuações dos partidos. Nas respostas ao questionário

constatamos certo grau de dificuldades em conhecer ideologicamente os partidos, sobretudo em compreender o que seja esquerda, direita e centro,

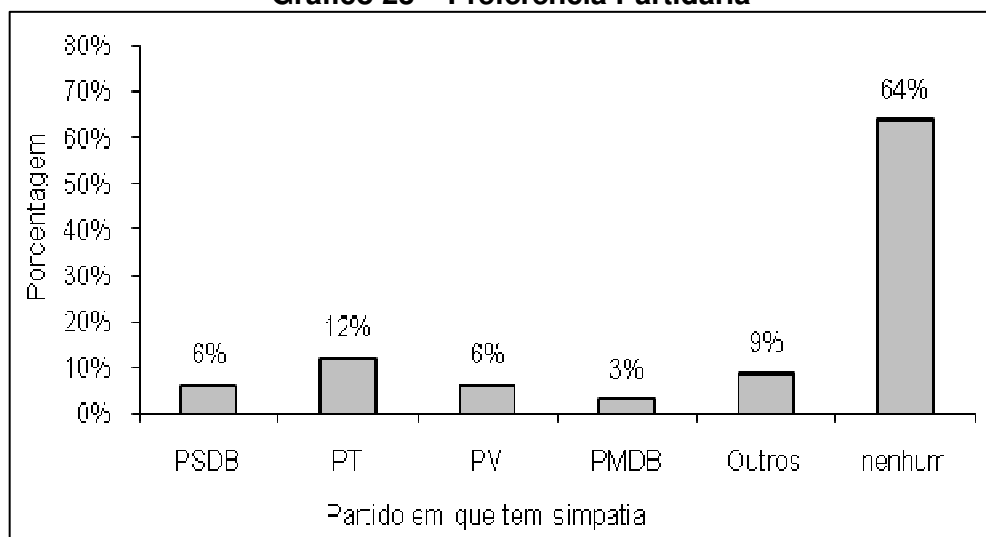
o(s) sistema(s) partidário(s) frágil(eis) e como pouca credibilidade não têm constituído um instrumento de canalização, de mobilização e de participação política [...] têm se caracterizado, ao longo do tempo, por apelos subjetivos, emocionais, personalistas e clientelistas (BAQUERO, 2001, p.100).

Outras pesquisas como a da Fundação Perseu Abramo, *Juventude Cultura e Cidadania* apresentam dados semelhantes de rejeição dos jovens aos partidos políticos. Segundo Schmidt (2001) uma das possíveis razões dessa rejeição seja a infidelidade partidária.

Outros partidos têm menos aceitação: PV 6%, PMDB 3% e 9% outras denominações partidárias. Quais as razões por tamanha rejeição partidária? Por que os jovens não se identificam com os partidos? Eles serão os futuros eleitores, mas, se agora não se simpatizam com nenhum partido, como será a representatividade nas instâncias governamentais? Onde estão os partidos que, por longos anos, arrastaram uma geração de jovens na luta por um Brasil igualitário?

A pesquisa do IBASE/POLIS (2005), mencionada anteriormente, demonstra que os partidos [...] também foram percebidos como espaços pouco permeáveis à participação de jovens e onde eles sentem a maior possibilidade de haver manipulações e corrupção (IBASE/POLIS, apud BRENNER; CARRANO, 2008, s/p).

Gráfico 23 – Preferência Partidária



Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

A tabela a seguir trata especificamente da participação dos jovens estudantes de 16 e 17 anos de Londrina em diversos segmentos.

Quando questionados sobre sua participação em associação estudantil ou em grêmios, um número pequeno (3%), que no período da pesquisa estava participando, outro (13%) já havia participado e outro grupo (29%) gostaria de participar. Então, 16% (13% + 3%) de jovens já tiveram experiências em participação.

Contrariamente, 55% dos jovens foram categóricos em registrar que não pretendiam participar. A diferença entre os dois grupos é de 39%. Daí se vê o quanto importante é o trabalho da escola com o grupo que gostaria de participar (29%), promovendo espaços de aprendizagem capazes de gerar sentimentos e comportamentos que os incentivem a vivenciar e ampliar sua compreensão sobre como ser participativo e as possibilidades de se inserir principalmente na política, visto que “a participação política é instrumento de legitimação e fortalecimento das instituições democráticas e de ampliação dos direitos de cidadania” (AVELAR, 2004, p. 223).

3.3 A participação dos jovens de 16 e 17 anos nos diversos segmentos institucionais

Tabela 09 – Participação dos jovens em diversos segmentos

	Participa (%)	Já participou (%)	Gostaria de participar (%)	Não pretende participar (%)
Participação em associação estudantil ou grêmio	3	13	29	55
Participação em greve	4	22	31	43
Participação na campanha eleitoral	1	3	17	79
Participação nos partidos políticos	0	1	14	85
Participação contra a corrupção	4	10	62	24
Participação em grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico	3	6	67	24
Participação em protestos de rua	6	22	37	35
Participação em movimento pela paz	5	13	64	18
Participação em movimento pela segurança	3	10	67	20
Participação em movimento pela melhoria do Brasil	4	11	67	18
Participação pela melhoria da cidade	3	10	70	17
Participação pela melhoria do bairro	3	8	65	24
Participação pela melhoria da educação	4	13	69	14
Participação pela melhoria do transporte	4	13	63	20
Participação em grupos artísticos ou culturais (música, <i>hip hop</i> , grafite, dança, teatro, cinema, fotografia, etc)	9	20	42	29
Participação em clube, associação esportiva, recreativa ou de lazer	4	5	55	36
Participação em associação de defesa do consumidor	1	2	40	57
Participação em Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa	14	14	24	48

Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Outro dado importante é sobre a participação dos estudantes em greves. A soma daqueles que delas participam (4%) com o daquela que já participaram (22%) perfaz o total de 26%. Aqueles que gostariam de participar constituem-se 31% contra 43% que não pretendem participar de greves. Se somar os três grupos favoráveis à greve aponta-se 57% (4% + 22% + 31%).

No entanto, no primeiro semestre do ano de 2015, os professores e funcionários da rede estadual de ensino do Paraná e com a posterior adesão das

universidades estaduais viveram uma das mais violentas greves de toda categoria, cujo ápice foi no dia de 29 de abril, com um saldo de mais de 200 professores feridos, no confronto entre policiais e servidores.

Foram 44 dias de protestos e manifestações, que deixaram 1,1 milhão estudantes sem aula. As primeiras reivindicações foram contra o projeto do governo ‘Pacotaço³⁰ da Educação’. Em seguida, pelo reajuste mínimo de 8,4% relativo à data-base do piso nacional dos docentes. Nesse período, alguns estudantes também se mobilizaram em prol das reivindicações dos professores, pedindo melhorias na educação pública (Cf. UOL EDUCAÇÃO, 2015, s/p).

Quando tratamos da participação na campanha eleitoral, os dados são reveladores: apenas uma pequena parcela de estudantes participa (1%), ou já participou (3%), somando 4%. Os jovens que gostariam de participar são 17%, contra 79% que não pretendem participar.

As campanhas eleitorais não despertam o interesse dos jovens de 16 e 17 anos em participar. Na última semana de outubro de 2013, a Justiça Eleitoral, através dos seus Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), lançou a ‘Semana do Jovem Eleitor’ com diversas atividades que incentivam os jovens a retirar o título.

Nos meios de comunicação (rádio e TV) também foi feita a campanha com o tema “Eu me represento: eu voto” e “Vem para a urna”, com objetivo de estimular o alistamento dos jovens para as eleições de 2014 (Cf. TSE, 2013). Na prática, as ações dos TREs estão longe de alcançar o público juvenil para efetivar sua participação nas campanhas eleitorais.

Outro tema que causa repulsa aos jovens é a participação nos partidos políticos: nenhum jovem (0%) participa, já participou apenas 1% e gostaria de participar 14%, o que somado dá 15% contra 85% dos que não pretendem ingressar em partido político. Estranha-nos que mais de 30 partidos não consigam incentivar os jovens para se engajarem politicamente. É possível compreender essa questão,

³⁰ O Governo do Paraná, Beto Richa (PSDB – reeleito no primeiro turno nas eleições de 2014) encaminhou, no início de fevereiro para Assembleia Legislativa “um conjunto de medidas que têm por objetivo resolver problemas financeiros da administração estadual. As propostas foram divididas em dois projetos de lei e envolvem cortes de benefícios do funcionalismo, alterações na previdência estadual, dentre outras mudanças [...]” (G1 PR, 2015, s/p). No dia 04 de fevereiro os projetos começaram a tramitar em regime de urgência, despertando atenção dos servidores estatais e da oposição. O projeto foi aprovado a portas fechadas alterando assim a previdência dos estatais.

visto que há uma ausência de ideologia, pois, “os partidos brasileiros têm sido amplamente rotulados de “fracos” e “não institucionalizados”. Os políticos constantemente mudam de camisas dentre um número espantoso de partidos” (DESPOSATO, 2007, p.123).

Porém, isso não significa que estudantes estivessem alheios aos fenômenos sociais e políticos, ao contrário, eles fazem presentes em outras formas de participação, como escreve Pereira (2013)

[...] vem ocorrendo um deslocamento do tipo da participação política dos jovens, os quais privilegiam ações mais diretamente voltadas ao atendimento de pautas específicas (assistência a moradores de rua, direitos humanos, questões de gênero, entre outros). Esta situação tem reduzido ainda mais a percepção dos partidos políticos como instrumentos de canalização e encaminhamento de demandas desta parcela da população (p.10).

Em Londrina, o *Movimento Pé Vermelho Mãos Limpas*, existente há 15 anos, teve um papel importante na mobilização dos londrinenses para o combate contra a corrupção instalada no governo municipal. Neste contexto, os jovens estudantes, quando questionados se são favoráveis à luta contra a corrupção responderam positivamente favoráveis, pois 4% participam, 10% já participaram e 62% têm o desejo de participar. São, portanto, 76% dos jovens que se interessam por essa luta. Apenas 24% não gostariam de participar. Os jovens se mostram indignados contra os desmandos políticos ocorridos em Londrina, no Paraná e no Brasil, sobretudo contra a corrupção presente nas instâncias governamentais.

Já, a preocupação dos jovens londrinenses na defesa do meio ambiente é grande: 3% dos estudantes participam, 6% já participou, totalizando 9% e 67% gostariam de participar. Somente 24% não pretendem participar de questões relacionadas à preservação do meio ambiente.

A participação dos jovens nos protestos de rua merece atenção, isso por que, em junho de 2013, milhares de brasileiros, insatisfeitos com a forma de governar, tomaram as ruas das principais cidades do país. Dos entrevistados, 6% participam, 22% já participaram e 37% gostariam de participar, somando 65% que são simpatizantes a essas manifestações. Os demais jovens (35%) não pretendem participar dos protestos de rua.

Em 2001, na cidade de Londrina, também foi criado o *Movimento pela Paz e não violência*, mais conhecido por *Londrina Pazeando*³¹, com o objetivo de valorizar os direitos humanos na construção de uma cultura de paz. A Câmara Municipal aprovou a Lei nº 8.437/2001, que institui oficialmente a 'Semana da Paz', cujas atividades promovem a educação dos valores humanos. Na pesquisa constatamos que 5% dos jovens participam do movimento pela paz, 13% já participaram e 64% gostariam de participar. Somente 18% não gostariam de envolver-se nas manifestações.

A questão da segurança também merece atenção, pois 3% dos jovens participam, 10% já participaram e 67% gostariam de participar de atividades em prol da segurança dos londrinenses em oposição a 20% que não pretendem participar. É necessário que se envolvam principalmente os jovens com essa questão. Para esse fim, no segundo semestre de 2013, entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Ministério Público do Paraná (MP) e a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Londrina (CJP), criaram um espaço de discussões sobre o tema com o *Portal Movimento por Segurança Pública*.

Os estudantes de 16 e 17 anos das escolas públicas, questionados sobre participação no movimento pela melhoria do Brasil, responderam que participam (4%), já participaram (11%) e gostariam de participar (67%), sendo, então, 82% os interessados em melhorar o país. Em posição oposta, 18% dos jovens não pretendem participar de ações que possam melhorar o Brasil.

Quanto à melhoria da cidade, os dados mostram que apenas 3% participam e 10% já participaram de atividades para melhorar o seu município, somando 13%, percentual que acrescido de 70% do que gostariam de participar, atinge 83% de favoráveis a essa luta contra 17% que não pretendem participar.

Esses dados não são muito diferentes quando se trata de participação em favor do bairro, pois 3% participam, 8% já participaram e 65% gostariam de participar de atividades em favor do bairro. Os estudantes que não pretendem participar são 24%.

Atividades pela melhoria do Brasil na cidade e no bairro têm boa receptividade entre os jovens, mesmo que ainda seja reduzido o número dos que já participaram. Por isso, a importância da socialização política, que é capaz de

³¹ Ver mais no link: <http://www.londrinapazeando.org.br/>. Acesso em: 22 jul. 2015.

mobilizar os jovens para ampliarem sua consciência social e encontrarem novos espaços de atuação na sociedade.

Os jovens falaram também de sua participação na melhoria da educação. Na luta pela melhoria da escola 4% participam, 13% já participaram e 69% gostariam de participar; apenas 14% não pretendem se envolver com isso. O que acontece com o grupo dos que gostariam de participar: por que não participam? Falta espaço, formação, incentivo ou são retidos pelo individualismo? Todos os jovens são estudantes, então, se querem melhorar a educação, por que não começam pelas suas próprias escolas? Consequentemente, “há jovens e jovens. Jovens idealistas, orientados por causas sociais, coletivas, pela solidariedade, e há jovens oportunistas, orientados por um individualismo narcíseo, para suas carreiras e suas vidas privadas, do pequeno círculo” (CASTRO; VASCONCELOS, 2007, p.110).

Sobre a melhoria do transporte, os dados são semelhantes da educação: 4% participam, 13% já participaram e 63% gostariam de participar somam 20% os que não pretendem impulsar-se nessa luta.

Com relação ao engajamento em grupos artísticos ou culturais, como *hip hop*, grafite, dança, teatro, cinema, fotografia, entre outros, 9% dos jovens participam e 20% já participaram, perfazendo o total de 29%. Os que gostariam de participar são 42%. Somando os três grupos, o índice sobe para 71%, contrariamente 29% não desejam ter esse envolver-se com atividades artísticos e culturais.

Sobre a participação em clube, associação esportiva, recreativa ou de lazer, os pesquisados revelaram que 4% participa, 5% já participou e um percentual maior de 55% não gostariam de participar. Dos entrevistados 36% disseram que não pretendem participar de nenhuma associação esportiva ou de lazer.

Outra questão de nossa pesquisa trata da participação na associação de defesa do consumidor. Os dados revelam que 1% dos entrevistados participa, 2% já participaram e 40% gostariam de participar. Os jovens que não pretendem participar de ações em prol da defesa do consumidor, somam 57%. Em geral, essa questão não desperta o interesse dos jovens em aderir à causa.

Quanto à participação em pastoral da juventude³² ou em qualquer associação religiosa, os dados são significantes, visto que 14% dos jovens participam, 14% já

³² Ver o trabalho da professora Suely Aparecida Martins, intitulado *Caminhos e descaminhos da socialização política na Pastoral da Juventude: o caso de Londrina*. Dissertação de Mestrado, pela Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

participaram de atividades religiosas e 24% gostariam de participar. Os que não desejam envolver-se com associações religiosas somam 48%.

Em linhas gerais, a nossa pesquisa indica em que atividade os jovens participam, participaram ou gostariam de participar. Neste caso, podemos elencar os três primeiros itens de participação escolhidos. Sendo assim, deparamos na sequência com os seguintes dados: 14% dos jovens no momento da pesquisa estavam inseridos na Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa, 9% participam de grupos artísticos ou culturais, como: música, *hip hop*, grafite, dança, teatro, cinema, fotografia, etc e 6% dos estudantes participam dos protestos de rua.

No que se refere àqueles jovens que já participaram temos aproximações, 22% nos segmentos de greve e protestos de rua e 20% dos entrevistados já desenvolveram atividades em grupos artísticos ou culturais como: música, *hip hop*, grafite, dança, teatro, cinema, fotografia etc.

Quando questionados em quais grupos gostariam de participar, 70% em movimentos pela melhoria da cidade, 69% pela melhoria da educação, 67% pelo meio ambiente, pela segurança e pela melhoria do Brasil.

A última questão mostra onde os jovens não pretendem participar. Não se interessam nos partidos políticos, 85%, nas campanhas eleitorais 79% e em de defesa do consumidor 57%.

A proposta dessa tabela sobre participação nos leva a ter uma visão sobre o perfil dos jovens, indo além do ato de votar, em razão de que a

participação sugere pertença, exercício do direito de ser sujeito, cidadania por construção de democracia. Os jovens se orientam em princípio pela irreverência, pelo questionamento, por desestabilizar verdades, pela crítica e essas são construções importantes para o novo, para a renovação. Então participação de jovens é importante não somente para os jovens, mas para rejuvenescer o fazer política, renovar a coisa pública (CASTRO; VASCONCELOS, 2007, p.110)

A seguir, detalharemos a questão das manifestações de rua, ocorridas em junho de 2013, em 354 cidades do Brasil. Logo, revelaram intolerância contra tantos desmandos e desvios de conduta dos representantes políticos, demonstrando a insatisfação e o repúdio à corrupção. No caso, analisaremos sob o prisma da percepção da participação dos jovens estudantes de Londrina.

3.4 As repercussões das manifestações de 2013 em Londrina/Pr

No mês de junho de 2013, foram registradas mobilizações nas ruas centrais de diversos municípios brasileiros. Muitas pessoas ocuparam as ruas. Mas, quais foram às motivações? O que mais uma vez incomodava as pessoas e as conduziram para as ruas? O que fez com que este movimento nas ruas fosse diferente dos outros, como as de 1984 e 1992?

As motivações iniciais eram contra as insatisfações dos usuários³³ com os dos transportes coletivos e com a fragilidade dos serviços prestados. Com o apoio do Movimento do Passe Livre³⁴, as manifestações se espalharam ganhando proporções gigantescas.

Nobre (2013) explica que em 1984 os protestos não eram somente em favor das eleições diretas. Eram também pela transição democrática. Em 1992, não objetivaram somente afastar o presidente Collor. Havia um declínio significativo na taxa de crescimento econômico e uma precarização dos serviços públicos. Foram, portanto, movimentos significativos com debates em torno da ética na política e contra a corrupção, de naturezas distintas, sobretudo no seu formato de organização.

Em 1984, o movimento foi convocado e liderado por forças de oposição ao regime (partidos, sindicatos, movimentos sociais). Em 1992, foi liderado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e apoiado pelos mais diferentes setores da sociedade (NOBRE, 2013, p. 05).

A falta, tanto de transparência nos gastos públicos com assalto aos cofres públicos quanto de implementação de políticas públicas, mais do que nunca justificou a ida para as ruas contra o sistema político vigente, que,

³³ O Movimento do Passe Livre (MPL) teve início em Salvador, no ano de 2003, surgiu depois da “Revolta do Buzu” e nos anos seguintes 2004 e 2005 em Florianópolis, com a “Da Catraca”. O MPL conseguiu em junho de 2013, uma grande mobilização da sociedade após o uso abusivo de violência nas manifestações contra o aumento da tarifa em São Paulo repercutindo e todo o país (Cf. CARLOS, 2015).

³⁴ De acordo com a carta de princípios do movimento, que o define como “um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc [...]. A via parlamentar não deve ser o sustentáculo do MPL, ao contrário, a força deve vir das ruas (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 08 out. 2014). Ver mais: CARLOS, Eliana Carlos. *A mídia e as manifestações de junho de 2013: uma análise de produtos midiáticos*. [dissertação de mestrado]. Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2015.

[...] deixou de ser movido pela real polarização de ideias e de projetos. Estagnado e amorfo, sobrevive acomodado sob o amparo de arranjos fisiológicos e de interesses escusos, os quais, repetidamente, vêm a público sob a rubrica de desmandos e corrupção. A polarização que se vê entre os partidos é meramente postiça; [...]. Força de inércia e oposição passiva coroam o nosso sistema político, deixando distante a força utópica da democracia sonhada e pensada nas Diretas Já (BANNWART JÚNIOR, 2014, p.02).

Essas foram as razões que justificaram a ocupação dos manifestantes. O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística³⁵ (IBOPE, 2013a), na intenção de compreender e buscar informações sobre as manifestações iniciadas, em junho de 2013, realizou, no período de 19 a 20 de junho, no território brasileiro, mais especificamente em 79 municípios, 1008 entrevistas com a população a partir de 16 anos.

Ao serem entrevistados pelo IBOPE, as pessoas apontaram como reais motivações: o transporte público, a política, a saúde e na sequência, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 37/2011), os gastos com a Copa³⁶, e a educação. Entretanto, nas modalidades das questões espontâneas, a política e a corrupção estavam entre as mais citadas pelas pessoas. Fica evidente que a indignação das pessoas “não se voltou contra um governo em particular, mas contra todos os governos: contra o sistema político, seus atores, seus procedimentos e sua cultura” (NOGUEIRA, 2013, p. 20).

Isso nos leva a pensar primeiramente que a presença das pessoas nas ruas foi uma explosão de indignação contra o governo em geral, contra o sistema político, seus atores, o modo de fazer política e, principalmente, com a cultura política que se mostra ainda incapaz de promover profundas alterações em suas bases. A cultura

³⁵ O IBOPE realizou várias pesquisas sobre as manifestações de junho de 2013, sendo possível encontrá-las nos seguintes links: <http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/Infograficos/Paginas/Levante-Popular.aspx>; <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/75-dos-brasileiros-saofavoraveis-asnifestaco-publicas.aspx>; <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sente-representados-por-partidos.aspx>

³⁶ Desde 2007, quando foi anunciada a realização da Copa no Brasil em 2014, têm-se levantado críticas a respeito dos altos investimentos do governo brasileiro na construção de estádios, enquanto precariamente cumpre com suas responsabilidades fundamentais e básicas da população brasileira. De acordo com Castells (2013), a Copa do Mundo no Brasil “converteu-se num negócio mafioso de corrupção em grande escala, do qual participam empresas de construção, federações esportivas nacionais e internacionais, e administrações públicas de diversos níveis, utilizando em boa medida fundos públicos sem controle de contas” (p.179).

política pode influenciar o pensar/agir dos jovens na política? Como se articularam os jovens nas ruas? A presença dos jovens foi significativamente expressiva nas ruas?

Quanto a isso, Vianna (2013) ressalta,

A hora da política está chegando e, com ela, a da remoção das instituições e práticas nefastas que a têm degradado, tal como nesta forma bastarda de presidencialismo de coalizão sob a qual se vive, engessando a moderna sociedade brasileira no passado e no anacronismo destes novos coronéis da vida republicana (VIANNA, ESTADÃO, 2013, s/p).

A cultura política brasileira está permeada de práticas antidemocráticas. Por isso, muitas vezes o Estado não corresponde às demandas de seus cidadãos. Conseqüentemente, as pessoas passam a desconfiar e a descrer dos três poderes, provocando diversas crises nos meios políticos. Foi o que aconteceu com as reivindicações não só contra as tarifas do transporte coletivo³⁷, na falta de qualidade no serviço público, na saúde e na educação, mas também contra a Copa do Mundo e as Olimpíadas de 2016.

As ruas revelavam uma profunda intolerância contra desmandos e desvios de conduta dos representantes políticos, demonstrando a insatisfação e o cansaço diante de tanta corrupção. É por essa razão que Martins (2013, s/p) escreve o seguinte;

[...] eleição, no Brasil, tem sido uma renúncia, a vontade política do povo sequestrada pelos eleitos e pelos partidos, que raramente representam o eleitor de vontades e carências, representando muito mais os grupos de interesse que o instrumentaliza. O poder do lobismo junto aos parlamentares e ao governo confirma essa distorção. O sistema político brasileiro tornou-se um sistema de silenciamentos e cumplicidades. [...] Partidos e movimentos sociais organizados ignoram ou desqualificam as interpretações que não venham de seus próprios quadros. Não há debate. Criou-se no Brasil o mero teatro da participação política e a real exclusão da diversidade e das demandas sociais emergentes, as que não foram capturadas pelo sistema de conivências, cumplicidades e temores. Um extenso silêncio acumula, na verdade, um elenco extenso de demandas sociais não reconhecidas nem pelo governo, nem pelos partidos, nem pelos grupos de mediação que fecharam os canais de comunicação entre o povo e o poder (2013, s/p).

³⁷ Sobre isso ver a entrevista concedida ao programa Roda Viva, da TV Cultura, no dia 17 de junho de 2013, pelos representantes do Movimento Passe Livre, Lucas Monteiro de Oliveira e Nina Capello. Disponível em: <http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/roda-viva-entrevista-lideres-do-movimento-passe-livre>. Acesso em: 20 nov.2014.

Apesar de todos os vícios que comprometem o processo democrático e a cultura política, Nobre (2013) acredita que ela ainda está muito mais avançada do que o sistema político, pois a presença das pessoas nas ruas permitiu que o próprio sistema levasse um ‘choque’ e assinalasse o fim da fase de redemocratização, dando origem ao novo ciclo de democratização.

Se olharmos para as revoltas de junho, não há unidade. Não é organizada por nenhum partido, movimento social de massa, por sindicato, por ninguém. Não há palanque. Pela primeira vez temos um protesto que não tem essa unidade forçada, que caracterizou esse processo de redemocratização brasileiro. Não falo em unidade, falo em traço de união das diversas revoltas porque elas têm isso em comum: ser um processo contra um sistema [...]. Não tem mais unidade e isso significa que acabou nosso processo de redemocratização. Isso é bom. As forças políticas estão juntas na rua, mas são, às vezes, incompatíveis, e estão ali também para disputar o sentido desse movimento (NOBRE, apud UNICAMP, 2013, s/p).

As manifestações difusas por todo o território nacional revelam, contudo, o desejo da abertura de canais de comunicação entre seus agentes: sociedade e o sistema político. Isso é evidente no discurso de posse realizado do dia 01 de janeiro de 2015, quando a presidente reeleita Dilma Rousseff coloca como primeira e importante meta: o diálogo. Em outras palavras, “[...], em primeiro lugar, abertura e disposição ao diálogo. Esta presidenta aqui está disposta ao diálogo, e é este o primeiro compromisso do meu segundo mandato: diálogo” (REDE BRASIL ATUAL, 2015, s/p).

As reflexões de Martins (2013) sobre as manifestações de rua nos dá pista de que a multidão revela uma inquietação social. Na sua compreensão, são aqueles que não foram cooptados e representam uma outra ordem social, por causa das inúmeras demandas não reconhecidas pelos governantes. Os vinte centavos representaram inúmeras carências de exigências no cumprimento de leis, logo de direitos sociais, que devem vir antes de qualquer investimento exorbitante, como se viram na Copa das Confederações e na Copa do Mundo. E acrescenta;

Os manifestantes questionaram a política de pão e circo. Fizeram a crítica ruidosa da política de coalizão e cumplicidade, do Estado fragmentado e loteado, dos favorecimentos, do toma lá dá cá, do poder pelo poder. A rua disse aos poderosos que o poder é do povo,

que o mandato é representação política e não privilégio de casta, é temporário e precário [...] a nova revolta do vintém colocou no centro do processo político brasileiro a fome de palavra e a fome de direitos sociais. Trata-se de uma nova pobreza, a pobreza de direitos, nos abusos que reduziram o transporte público a uma punição, a educação a uma condenação à falta de destino e de futuro, a saúde pública a uma doença (MARTINS, 2013, s/p).

As pessoas, nas ruas, expressavam seus problemas cotidianos e a carência dos quesitos básicos: saúde, educação, segurança e transporte público. Exigiam, portanto, seus direitos constitucionais e que os impostos fossem destinados à efetivação de serviços públicos de qualidade.

esse sistema político deteriorado está claramente presente na crítica contida nos descontentamentos destes dias. Uma grande massa de silenciados no cotidiano encontrou uma brecha para gritar suas diversificadas e desencontradas demandas e manifestar sua crítica do poder e dos governos (MARTINS, 2013, s/p).

De modo geral, os jovens manifestantes estavam exigindo uma reforma do sistema político, de maneira espontânea sem liderança ou palanque, o que os diferenciava dos movimentos contestatórios já existentes na nossa história. Eles foram para as ruas chamando a atenção contra todas as mazelas sociais ocasionadas por práticas políticas conhecidas nos *'ismos'*, (paternalismo, patrimonialismo, personalismo, clientelismo, favoritismo, nepotismo, entre outros).

E mais, nas campanhas eleitorais, os eleitores são tratados como consumidores e “não como detentores do poder político. Consumidores de um produto marcado por vícios que os impede de ter a vantagem anunciada [...]” (REIS, 2013, p.30), razão por que denunciam um sistema político viciado e corporativo e de uma elite distante dos interesses das demandas dos cidadãos. Sáber (2013) nos explica:

O processo do levante pacífico brasileiro, a espetacular progressão geométrica das manifestações [...] foi disparado a partir das condições econômicas de certo impasse do presente, da crise generalizada de confiança na política do país e da percepção, que vai se tornando clara, de que os grandes jogos da corrupção brasileira, que atravessam inteiramente a política democrática formal, se dão em detrimento da melhoria e aspectos simplesmente necessários à vida (p. 03).

A presença dos manifestantes nas ruas teria sido, assim, uma forma de repudiar a corrupção, os desvios de verbas públicas, a compra e venda de votos, o distanciamento do sistema político da sociedade, problemas que desqualificam a democracia e evidenciam a crise de confiança nas instituições governamentais, ou seja, “os órfãos de políticas sociais foram às ruas, cercaram os palácios e querem já uma revisão do poder e da concepção de poder (MARTINS, 2013, s/p).

Todos, por um motivo ou outro, ali se faziam presentes e se viam no seu direito de exercer a sua soberania popular, expressando seus questionamentos e indignação. Sobre isso, refere Nogueira (2013),

As vozes das ruas disseram muitas coisas e ainda precisaremos de um tempo para decifrá-las de forma plena. Algumas coisas, porém, foram ditas em alto e bom som. A principal delas foi: “queremos um futuro que vocês – políticos, partidos, governantes – estão nos impedindo de ter. Queremos participar da construção dele, e vocês estão atrapalhando” (BLOG NOGUEIRA, 25 jun.2013).

O secretário geral da presidência da República, ministro Gilberto Carvalho, reconheceu que o governo e os movimentos sociais aliados ficaram perplexos com os protestos de 2013 e alertava para a necessidade de ouvir as ruas e com ela dialogar:

[...] não podemos ter medo, temos de romper barreiras, nos aproximar e conversar [...] o problema, para infelicidade da direita, é que esse gosto do mais e do mais não cabe na cartilha do sistema; a explosão dessa demanda de direitos não cabe no sistema capitalista e nos marcos daquilo que é hoje o mundo globalizado em seus sistemas de produção, distribuição e consumo (CARVALHO apud OGLIARI, 2014, p. 04).

Para o ministro Carvalho, as políticas de distribuição de renda e estímulo ao consumo, por exemplo a de produtos básicos como geladeiras e equipamentos domésticos, não foram acompanhadas na mesma proporção dos debates sobre o modelo de desenvolvimento político e social. Sendo assim, “é evidente que, junto com melhor emprego e melhores salários, vem a consciência de novos direitos [...] depois dessas conquistas, muitos brasileiros perceberam que têm direitos e passaram a reivindicá-los” (CARVALHO apud OGLIARI, 2014, p. 04).

De certo modo, Vianna (2013) também trata das demandas sociais decorrentes das novas configurações das classes sociais e de seu processo de mobilidade social em relação ao capitalismo. Portanto, os protestos, revelam,

Os interesses e as ideias de cada qual são díspares, desencontrados uns dos outros, como seria de esperar numa sociedade que não mais reflete sobre si, que destituiu a política da sua dignidade e converteu os partidos políticos em instrumentos sem vida, máquinas eleitorais especializadas na reprodução política dos seus quadros (VIANNA, 2013, ESTADÃO, p.02).

Nesse contexto, o ministro tentou, como estratégia política, justificar tais manifestações dando a entender que foi mérito dos governos petistas a aquisição por novos direitos, razão da elevação do nível de consumo. Para ele, é natural que quem conquista direito, passa a reivindicar sempre mais, sobretudo os direitos sociais.

É, portanto, imprescindível decifrar o cenário político para compreender as inquietações dos jovens nas ruas. Por isso, indagamos: Os jovens das escolas públicas estavam presentes? O que pensavam sobre o movimento? O que reivindicavam?

No primeiro momento das manifestações, algumas esferas do governo, ficaram perplexas, ou seja,

[...] o sistema político ficou atônito, perguntando-se com quem deveria negociar. Acossado pelas ruas, saiu em busca de uma organização hierárquica, com lideranças e reivindicações claras, com quem poderia debater, de maneira tecnocrática, planilhas de custos e leis orçamentárias. Não encontrou. Não entendeu, nem podia entender o que acontecia (NOBRE, 2013, p. 07).

Prossegue ainda o ministro: “houve quase que um sentimento de ingratidão”, chegando a dizer “fizemos tanto por essa gente e agora eles se levantam contra nós” (ibid. p.03). Apesar desse sentimento, o governo viu-se obrigado a dialogar com as novas realidades sociais surgidas nas ruas.

A presidente Dilma Rousseff, após as manifestações populares, retomou o debate da reforma política e propôs um plebiscito em 2014, sobre o financiamento de campanhas eleitorais, coligações partidárias, horário eleitoral gratuito, voto secreto no Congresso, entre outros, mas não obteve o consenso dos parlamentares

sobre como seria a votação da Reforma Política e, mais uma vez, a ideia de plebiscito ficou esquecida.

Para Martins (2013), o descontentamento dos manifestantes não se resolveria com o plebiscito, pois “convocar um plebiscito para votar as políticas a serem adotadas em relação aos problemas levantados agora pelas multidões pode ser um sinal de fraqueza e insegurança. O plebiscito já foi feito, nas ruas” (2013, s/p).

Contudo, as manifestações inauguraram uma nova forma de articulação mediante as redes sociais³⁸, sobretudo, pelo *Facebook* e pelo *Twitter*. Elas fazem parte do cotidiano dos jovens e possibilitaram inúmeras interações de amizade e de relacionamento, afinal “as pessoas se interagem e se articulam política e culturalmente, no sentido de que tomar decisões e interagir sejam ações divulgadas de qualquer parte do mundo de maneira descentralizada, isto é, horizontal” (SANTOS & SANTOS, 2014, p.20). As redes sociais são espaços que permitem exposição, difusão e trocas de ideias sobre os mais variados temas e, principalmente, são de ambientes capazes de fazer/saber da política.

São, portanto, “novos tipos de movimentos democráticos – de movimentos que estão reconstruindo a esfera pública no espaço de autonomia constituído em torno da interação entre localidade e redes de internet” (CASTELLS, 2013, p. 177). As redes sociais, caracterizadas pela sua capacidade de ser técnica-científica-informacional não têm limites de fronteiras, podendo ser consideradas instrumento de poder e de lutas por melhorias.

Na perspectiva de Castells (2003), as redes podem ser entendidas como um meio dos jovens se organizar em ações coletivas capazes de exercer influências e propor medidas que contemple os aspectos políticos e culturais da nossa sociedade, ou seja, “as redes levam à formação de comunidades *on-line* que têm o poder de reivindicar direitos” (CASTELLS, 2003, p.07). Todo o mal-estar registrado pelas redes sociais permitiu que se saísse da esfera virtual para o real, com a presença de milhares de jovens nas ruas.

Há, portanto, um novo tipo de comunicação, e as manifestações foram organizadas pelas redes sociais, o que dá um novo caráter aos movimentos políticos. A comunicação não é mais centralizadora, mas horizontal, capaz de

³⁸ De acordo com Pujol; Rocha e Sampaio (2014) “rede social é o conjunto de pessoas ou organização que partilham valores e objetivos comuns através de alguma plataforma de mídia social” (p.11).

provocar a interatividade humana e, ainda, de “se tornaram tribunas eloquentes do assunto, de onde se propaga a insatisfação, onde se afina o discurso – muitas vezes radical – e onde a mobilização ganha corpo” (MOURA; TRIGUEIROS, 2014, p. 09).

Assim sendo, as manifestações são formas de socialização, utilizadas como meio de interação e de articulação entre a juventude, com total autonomia, independentemente dos interesses dos partidos políticos, de estado, pois foi nesse espaço que os jovens convocaram e motivaram as pessoas para que participassem dos protestos, na busca pela justiça social.

A *Folha de Londrina* relata as primeiras notícias das manifestações na cidade de Londrina, na reportagem “Onda de protestos toma conta do país”, com a participação de 8 mil pessoas. O protesto transcorreu sem nenhum registro de intervenção da polícia, que apenas acompanhou a passeata. Sobre isso, o capitão Nelson Villa comenta: “Gostaríamos de parabenizar os manifestantes. Foi uma aula de democracia” (FOLHA DE LONDRINA, 19 jun. 2013, p.07). Os próprios participantes repudiaram quando pessoas tentaram pichar uma agência bancária.

Os manifestantes, muitos vestidos de verde e amarelo, com cartazes, faixas e palavras de ordem expressavam seu descontentamento com a baixa qualidade dos serviços públicos e os gastos exorbitantes com a Copa das Confederações e Copa do Mundo e, sobretudo, com a situação política e econômica do país. Erick de Souza, um dos participantes ressalta: “a gente conseguiu sair do mundo virtual e ser real. Essa é a demonstração verdadeira que o povo está insatisfeito com o atual modelo empregado no país” (FOLHA DE LONDRINA, 18 jun. 2013, p.07).

O atual prefeito Alexandre Kireeff (PSD) esteve presente e tentou falar com os manifestantes, no entanto, ele foi impedido, dada a natureza apartidária dos protestos.

No dia 21 de junho, a *Folha de Londrina* demonstra que a noite anterior foi marcada por protestos, nos quais participaram pessoas de várias faixas etárias que exigiam “passe livre para estudantes e trabalhadores, descriminalização de movimentos sociais e fim da corrupção, além de melhorias nas áreas de saúde e educação” (FOLHA DE LONDRINA, 21 jun. 2013, p.06). O protesto também lembrou os dez anos da morte do jovem Anderson Amaurílio da Silva, 21 anos, que, durante manifestação pelo Passe Livre, foi atropelado por um ônibus em frente ao Terminal Urbano, como citado anteriormente.

Em Londrina, o valor da passagem da região metropolitana teve redução de R\$ 0,10 centavos, possível em virtude da medida provisória do governo federal com a isenção das alíquotas do PIS e Confins.

Os organizadores dos protestos em Londrina confirmaram presença pelas redes sociais, de 33 mil pessoas, que desta vez tinham como pauta não mais a violência policial em São Paulo, nem o custo do transporte, mas a PEC 37, projeto que pretende reduzir o poder de investigação do Ministério Público.

No dia 23 junho de 2013, o texto “Interlocução ausente”, de Luiz Geraldo Mazza, relaciona as manifestações como uma verdadeira ausência de normas, ou seja, há;

ausência de referenciais institucionais, ela está aí, de corpo inteiro, na rebelião das ruas, embora com um ordenamento de hora marcada [...]. Há aspectos saudáveis na rebelião, na ruptura do conformismo, pelo que representa de fissura dos diques de controle, mas quando o seu foco é difuso tende a ser fator de agregação de resistências múltiplas e, portanto, abertas por sua permeabilidade ao vandalismo indiscriminado das minorias, essas sim que sabem o que pretendem (MAZZA, 2013, p.02).

Nesse mesmo dia, em Londrina, as ruas foram ocupadas por 15 mil pessoas de diversas idades, adolescentes e seus pais, jovens, idosos, com o objetivo de protestar contra a emenda constitucional (PEC 37), com faixas, cartazes, gritos de ordem, apitos, cornetas. Tudo era válido para se fazer ouvir. Não houve nenhum registro de depreciação do patrimônio público.

Ressalta-se a presença do prefeito Alexandre Kireeff (PSD), que com a sua equipe, um dia antes havia se encontrado com os líderes para ajudar na organização do evento. No entanto, foi impedido novamente de fazer uso da palavra, nem mesmo para cumprimentar seus organizadores. Kireeff concorda com o caráter apartidário do movimento, quando diz:

isso está correto, é uma reclamação sobre tudo o que está aí, sobre tudo o que a política tem representado, pois não tem dado o retorno que a população espera [...] é obrigação do agente público estar presente no manifesto pacífico para ouvir o que eles têm para reclamar (FOLHA DE LONDRINA, 2013, p.07).

Uma nova reunião foi divulgada na *Folha de Londrina*, no dia 24 de julho, com a participação de quase 80 pessoas, entre as quais, professores, estudantes, líderes

de movimentos populares. Dessa vez, a intenção era definir e traçar as prioridades, pois, segundo Patrícia de Oliveira Santos, estudante e integrante,

Há uma necessidade de unificação das pautas em Londrina. Nós achamos que seria interessante fazer uma assembleia aberta para que todos possam expressar suas ideias. Estamos aproveitando essa onda de manifestações que acontece em todo o país e que se iniciou com a tarifa do transporte público, para voltar os olhos para nossa cidade. O nosso esforço é pela unidade. Os movimentos têm objetivos, mas queremos dar um foco para essa atuação (FOLHA DE LONDRINA, 2013, p.07).

O grupo definiu como temas primordiais para as posteriores manifestações o transporte público, meio ambiente, cultura, leis e estatutos homofóbicos, 'Cura Gay', 'Estatuto do Nascituro', entre outros.

As notícias das manifestações dos dias subsequentes foram de cunho nacional e, sobretudo, de comentários das repercussões dos discursos da presidente Dilma sobre tais acontecimentos.

No dia 30 de junho de 2013, a *Folha de Londrina* publica a matéria "Mobilização contra o 'Cura Gay'". A passeata reuniu centenas de pessoas sob o lema "não somos gigantes, mas já acordamos faz tempo" e protestaram contra o projeto 'Cura Gay' e o 'Estatuto do Nascituro'.

Ainda nesse dia, foi divulgada a matéria "Jeitinho brasileiro: herança para ser abolida", que trouxe as opiniões dos jovens sobre os protestos, revelando sua insatisfação com os aspectos culturais da política brasileira, permeada de procedimentos inadequados à democracia.

No mês de julho de 2013, as manifestações foram perdendo fôlego. Os protestos contra as tarifas de transporte revelaram reivindicações, antes adormecidas no cenário político, mas que precisavam, urgentemente, ser debatidas a fim de gerar uma nova cultura política, de acordo com os princípios democráticos.

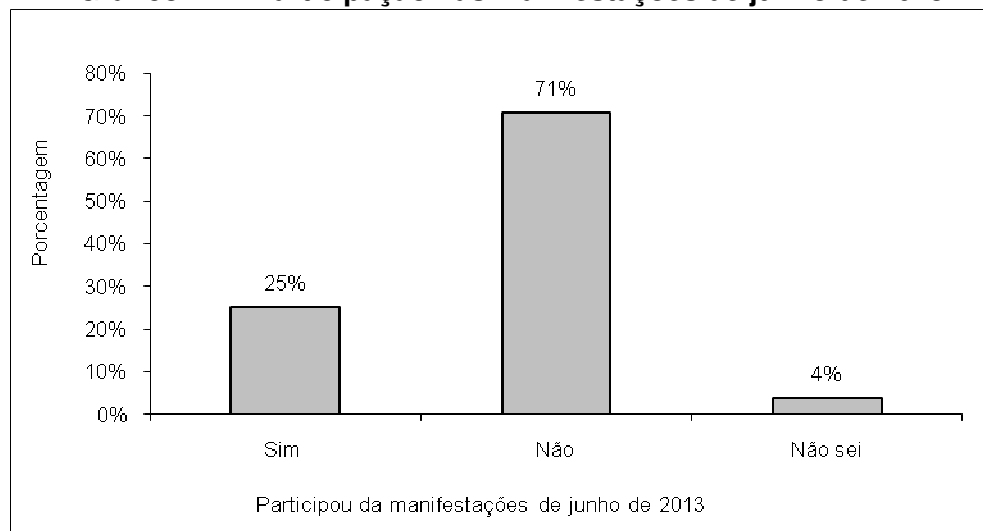
Todo esse contexto nos leva a perguntar como a juventude de Londrina, de 16 e 17 anos, estudantes da escola pública, compreendeu e participou das manifestações e o quanto pode, ou não, interferir naquilo que é de interesse do país e também participar dos pleitos eletivos. Até que ponto, a ampliação da consciência política manifestada nas ruas pode repercutir nas eleições? Os jovens estão inaugurando um novo tempo, capaz de influenciar decididamente nas políticas públicas e, intervindo, tornaram-se protagonistas.

3.5 A participação e a opinião dos jovens londrinenses pesquisados nas manifestações de 2013

No que se refere à participação dos jovens nas manifestações de junho de 2013, obtivemos no gráfico 24 um percentual alto de abstenção: 71% dos jovens estudantes não participaram; somente 25% estiveram presentes nas ruas. E apenas 4% não souberam responder se querem participar ou não.

A manifestação ocorrida no Brasil revela uma forma de engajamento político, sendo possível perceber um maior interesse dos jovens em inserir-se nos debates políticos através das mídias sociais, diferentemente de outras gerações. Mesmo assim, foi baixo o comprometimento ou interesse em participar dos protestos, o que não quer dizer que os jovens são despolitizados e alheios à política.

Gráfico 24 – Participação nas manifestações de junho de 2013



Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

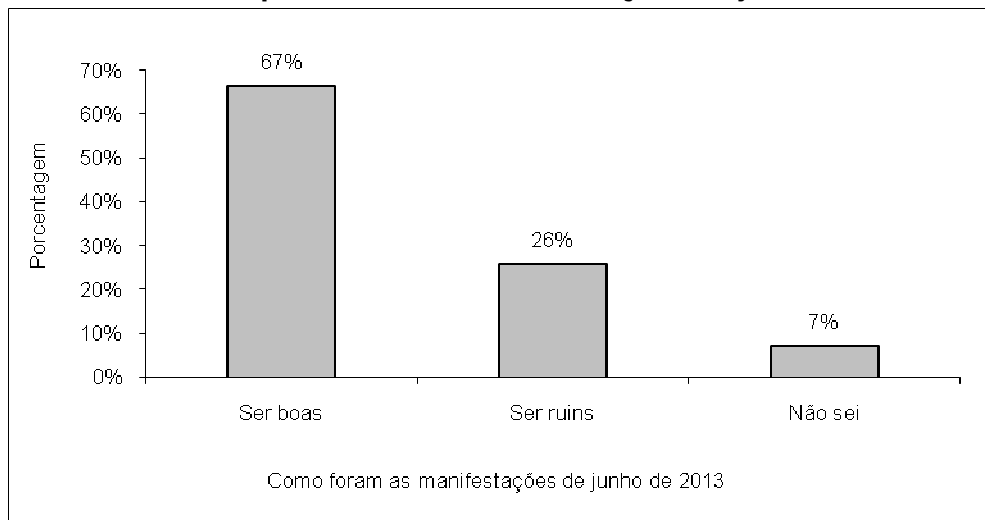
No gráfico 25, o que nos chama a atenção, conforme vimos nos dados anteriores, é que, mesmo com um percentual significativo de não-participação (71%), os jovens estudantes (67%) consideraram relevantes as manifestações; apenas 26% as desaprovaram e 7% não souberam responder.

Estudiosos sobre juventude e política, anteriores às manifestações já revelaram “a existência de um hiato entre a percepção da necessidade e do desejo de mudar e o engajamento real (ou disposição) para fazê-lo” (ABRAMO; BRANCO, 2011, p.21), possivelmente pela falta de socialização política e os influência da cultura política brasileira.

Para Dayrell e Carrano (2008), os jovens estão encontrando outras formas de participação,

As novas formas e temas através das quais os jovens vêm se colocando na cena pública podem ser indicador de um quadro de crise das formas tradicionais de participação, o que aponta para processos de mutação no campo da política, no qual a ação coletiva dos jovens, bem como os movimentos sociais, podem estar ocorrendo de formas múltiplas, variáveis e com níveis diversos de intervenção no social, muitas vezes de forma fluida e pouco estruturada (p.18).

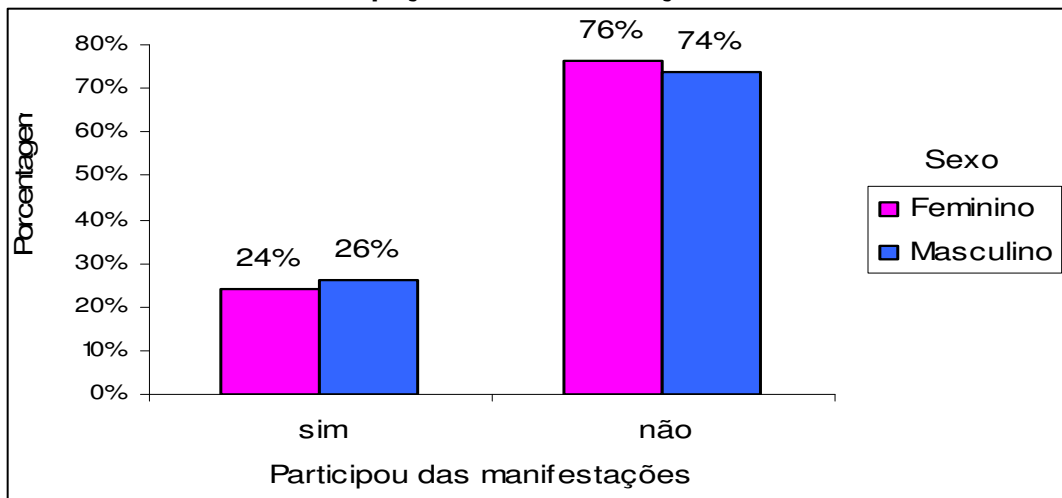
Gráfico 25 – Opinião sobre as manifestações de junho de 2013



Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

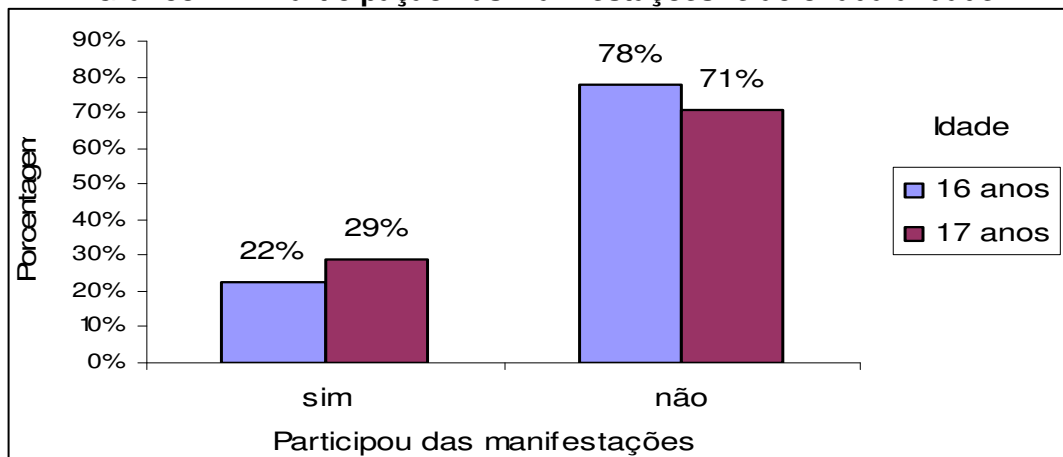
A partir da questão: *‘Você participou das manifestações, que tiveram início em junho de 2013 e se espalharam pelo Brasil?’*; apresentaremos um detalhamento relacionado à questão de gênero, período de estudo, condição de trabalho e participação ou não em alguma atividade política. O detalhamento permitirá identificar e conhecer melhor o perfil dos jovens londrinenses e verificar se suas experiências com a participação são acompanhadas de um desejo de mudança, visto que “as manifestações nas ruas e nas redes sociais interpelaram o Congresso Nacional, todos os partidos e associativismos, e a própria atividade política” (SANTOS, 2014, s/p).

O gráfico 26 revela que é baixa a diferença do percentual, as jovens e os jovens que participaram: 24% e 26% respectivamente.

Gráfico 26 – Participação nas manifestações relacionada a sexo

Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Com relação à idade dos jovens que participaram das manifestações, o gráfico 27 revela que há pouca diferença entre os de 16 anos (22%) e os de 17 anos (29%). Do mesmo modo, a diferença é baixa quando se comparam os que não participaram das manifestações, uma vez que os jovens de 16 anos somam 78% e os de 17 anos 71%. Diante desses dados, verificamos que foram poucos os jovens de 16 e 17 anos que participaram das manifestações. A maioria dos jovens dessa faixa etária não esteve presente nas ruas.

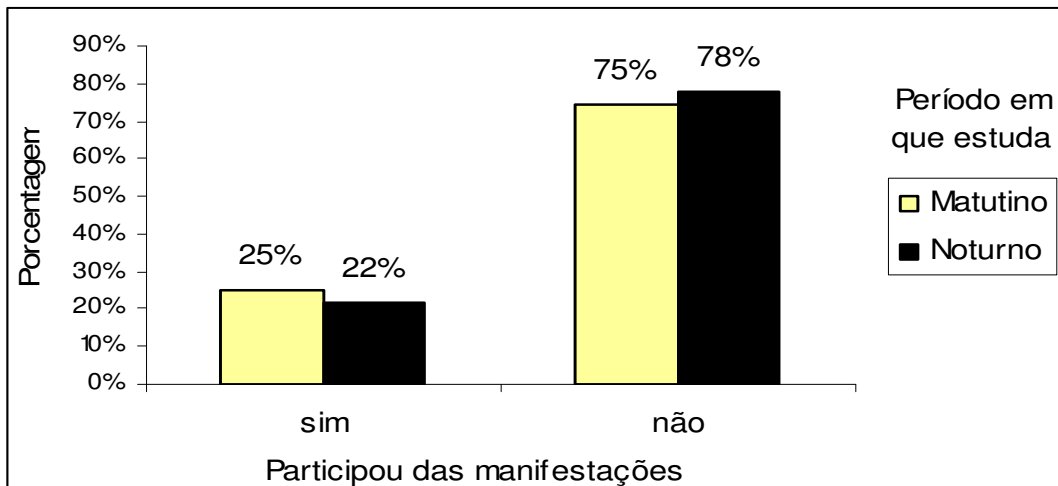
Gráfico 27 – Participação nas manifestações relacionada à idade

Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Como podemos notar, no gráfico 28, apenas 25% dos estudantes que participaram das manifestações estudam no período da manhã e 22% os que estudam no período da noite, sendo pequena a diferença entre eles. No noturno

foram 78% e no matutino 75%. Acreditamos que no período noturno a dificuldade de participação é devida às atividades laborais.

Gráfico 28 – Participação nas manifestações relacionada ao período de aula

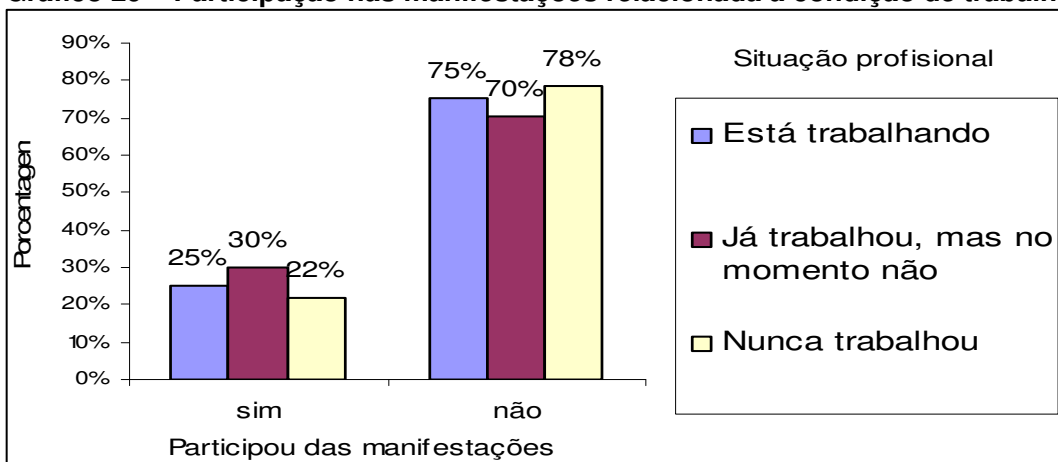


Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Nesta questão do gráfico 29 comparamos os jovens que participaram das manifestações, considerando sua própria condição de trabalho e notamos que 25% dos que estão trabalhando, 30% dos que já trabalharam e 22% dos que nunca trabalharam estiveram presentes nas manifestações.

Por outro lado, não participaram 75% dos que estão trabalhando, 70% dos que já passaram por essa experiência e 78% dos que nunca trabalharam. É interessante observar o quanto o trabalho influencia os jovens estudantes a participar, pois, na relação entre empregado e empregador, o jovem é inserido num processo de socialização em relação aos seus direitos e deveres.

Gráfico 29 – Participação nas manifestações relacionada à condição de trabalho

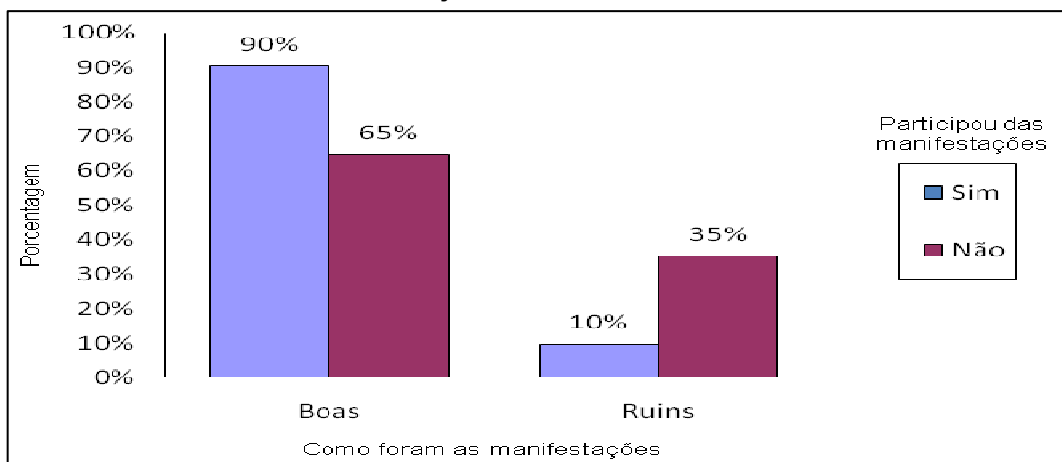


Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

É altamente significativa a participação dos jovens nas manifestações, também é o fato de as aprovarem, chegando como vimos no gráfico 30 o índice de 90% e de 65% o índice dos que não participaram.

Este dado revela o grau de inquietação social vivenciado pelos jovens. O número dos que participaram e não aprovaram foi de 10% e dos que não participaram foi de 35%, índices pouco significativos diante da porcentagem (90% e 65%) dos que as aprovaram.

Gráfico 30 – Participação dos jovens e a opinião sobre as manifestações de junho de 2013

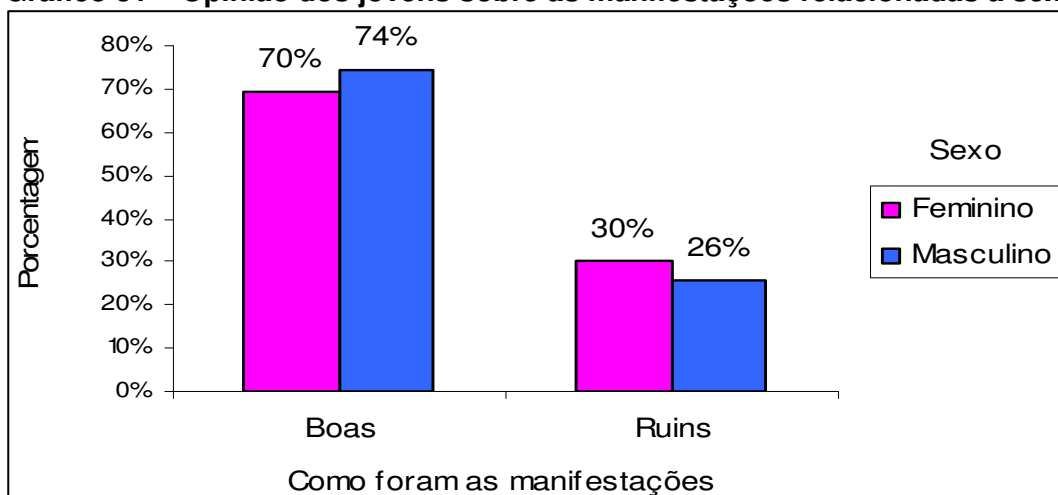


Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Outra questão importante é: *As manifestações, sobretudo juvenis, que tiveram início em junho de 2013 e se espalharam pelo Brasil, podem ser boas ou ruins?* Analisaremos também as especificidades dos manifestantes quanto ao sexo, idade, período de estudo e condição de trabalho.

No que tange à questão de sexo, observamos no gráfico 31 que é pequena: 74% e 70%, respectivamente, a diferença entre os jovens e as jovens que aprovaram as manifestações nas ruas. É também pequena a diferença entre os jovens (26%) e as jovens (30%) que as aprovaram.

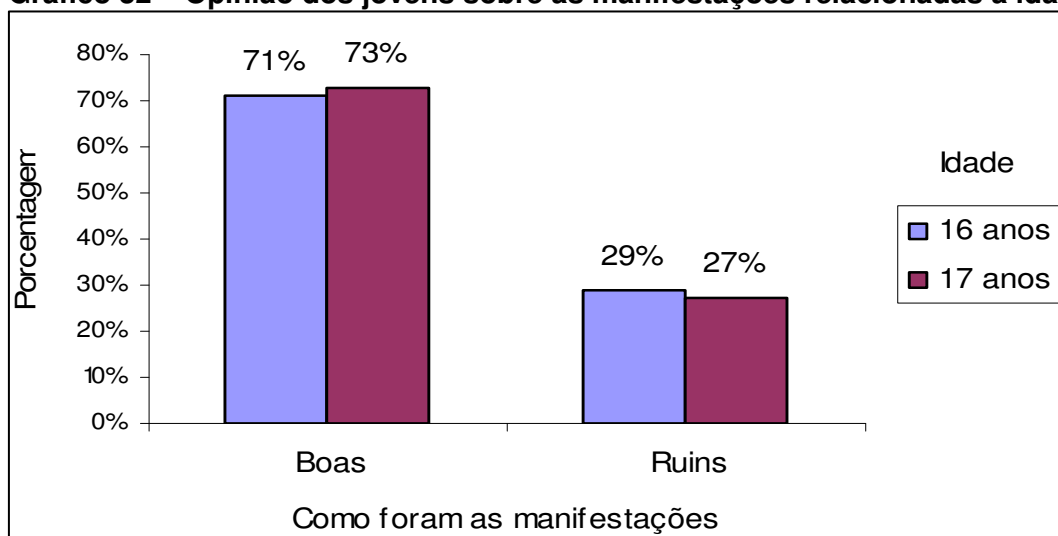
Quando comparamos entre as jovens (70%) que aprovaram as manifestações com as (31%) que as desaprovaram vemos que é considerável a diferença. O mesmo acontece com o grupo dos jovens que as aprovaram (74%) e dos (26%) que as desaprovam.

Gráfico 31 – Opinião dos jovens sobre as manifestações relacionadas a sexo

Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Outro dado que merece destaque é o gráfico 32 que se refere à idade. Os jovens de 16 anos (71%) e 17 anos (73%) veem o movimento como bom. Não há diferença significativa entre eles quanto ao grau de aprovação. Isso ocorre também no grupo que desaprovou as manifestações de junho: os de 16 anos foram 29% e os 17 anos 27%.

Entre os jovens de 16 anos há uma parcela importante que opina sobre as manifestações. Setenta e um por cento as avaliaram como positivas e 29% como negativas. No grupo dos 17 anos, conforme o gráfico abaixo, 73% dos jovens as consideraram positivas e 27% como negativas.

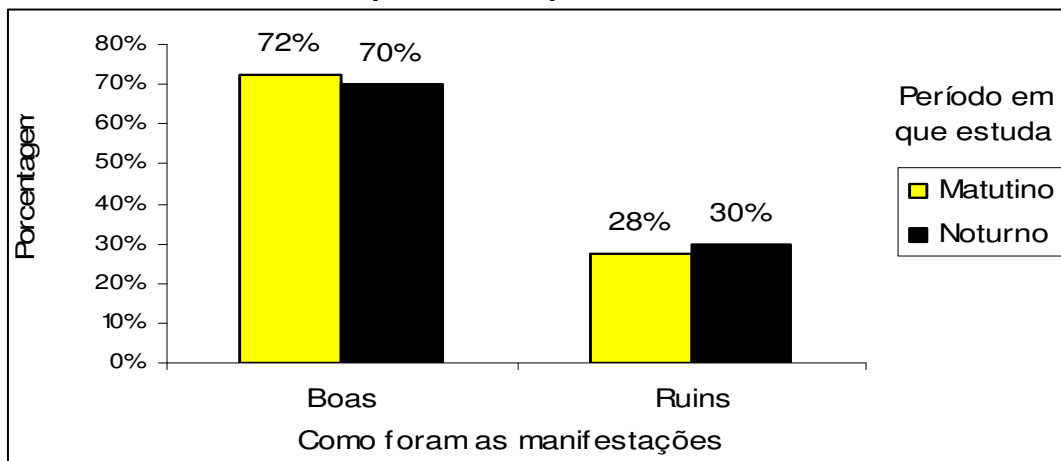
Gráfico 32 – Opinião dos jovens sobre as manifestações relacionadas à idade

Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Quanto à opinião dos jovens e o período em que estudam notamos no gráfico 33, que 72% dos que aprovaram as manifestações são alunos do período matutino e 70% do período noturno. Já os que desaprovaram (28%) frequentaram as aulas e consideram as manifestações como ruins e se enquadram nos 28% do período matutino e 30% as do período noturno.

Aprovaram às manifestações 72% alunos do ensino médio matutino e 28% as desaprovaram. Dos alunos do ensino médio noturno, apenas 30% desaprovaram as manifestações.

Gráfico 33 – Opinião dos jovens sobre as manifestações relacionadas ao período em que estuda

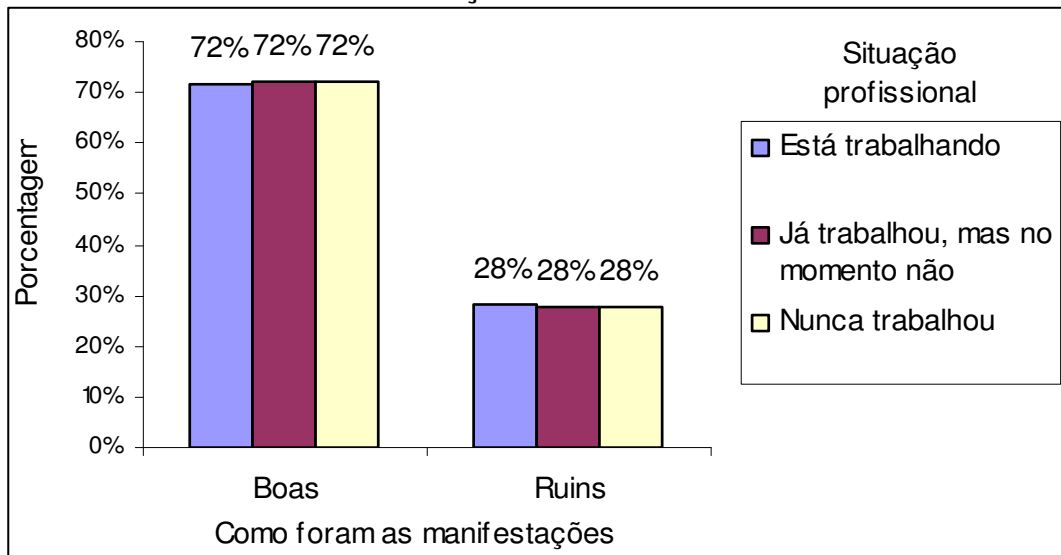


Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Outro dado que ainda nos chama atenção é o referente ao trabalho³⁹, como vimos no gráfico 34, pois todos aqueles que estão trabalhando (72%) ou que já trabalharam (72%) e os que nunca trabalharam (72%) aprovaram as manifestações, enquanto (28%) foram contrários a elas.

³⁹ Segundo Costanzi (2009), “a Constituição da República Federativa do Brasil determina a idade de 16 anos como idade mínima para o trabalho, admitindo a partir dos 14 anos apenas o trabalho na condição de aprendiz” (p.24) através do Decreto nº 5.598/2005 continua o autor “[...]. Por sua vez, a atual política nacional para a juventude definiu que a faixa etária para sua atuação vai dos 15 aos 29 anos”.

Gráfico 34 – Opinião dos jovens sobre as manifestações relacionadas à condição de trabalho



Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

De modo geral, a maioria de estudantes de 16 anos, do 3º ano de ensino médio que está trabalhando ou já trabalharam são do sexo feminino. Em relação às questões: *'você participou das manifestações, que tiveram início em junho de 2013 e se espalharam pelo Brasil?'* e *'as manifestações, sobretudo juvenis, que tiveram início em junho de 2013 e se espalharam pelo Brasil, podem ser boas ou ruins?'*, não obstante ser reduzido o número dos estudantes que participaram das manifestações houve concordância em apoiá-las por considerarem como positivas para a sociedade brasileira.

Nos estudos sobre juventude e política, existe uma acentuada tendência de comparar os jovens de hoje com os dos anos 60s, e 70s, o que desperta saudosismo do passado e a inclinação de caracterizar a juventude atual como "juventude individualista, consumista, pregada à TV, que odeia livros e política, não se sente responsável pelas transformações sociais e pensa em obter um diploma só para ter uma profissão"⁴⁰ (MANFREDINI, apud DAYRELL; CARRANO, 2008, p.18).

Então, já é tempo de fazer esse estranhamento sobre uma juventude considerada de forma genérica como apática/alienada, desnaturalizando-a para dar visibilidade à atuação dos jovens, que, desde os anos 90s, já apresentam outros

⁴⁰ Ver mais na Pesquisa intitulada *"Os jovens e o consumo sustentável: construindo o próprio futuro?"*, de 2001, realizada pelo Instituto Akatu. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/Publicacoes/26-PesquisaJovemConsumoSustentavel.pdf>.

canais de manifestação, através de expressões culturais, conforme ressaltam os autores,

Se na década de 60 falar em juventude era referir-se aos jovens estudantes de classe média e ao movimento estudantil, nos anos 90 implica incorporar os jovens das camadas populares e a diversidade dos estilos culturais existentes, protagonizada pelos *punks, darks, roqueiros, clubers, rappers, funkeiros* etc. Muitos desses grupos culturais apresentam propostas de intervenção social, como os *rappers*, desenvolvendo ações comunitárias em seus bairros de origem (DAYRELL; CARRANO, 2008, p.19).

Acreditamos também que a participação dos jovens nas manifestações de junho de 2013 foram inovadoras. Muitos deles, inicialmente conectaram-se pelas redes sociais e depois foram para ruas nas diferentes cidades, confirmando a ideia de que os protestos foram um grito de indignação contra a ausência dos direitos sociais.

As redes sociais, fomentadoras das manifestações, foram decisivas para incentivar as trocas de informações e fazer os jovens interagir. Eles são de uma geração que cresceu em meio a tantos recursos tecnológicos: celulares, *Smartphones, Iphone, Ipad, Tablet* e todos os programas de divulgação, como os *blogs, facebook*.

É usando essas ferramentas que os jovens tornaram-se protagonistas no cenário nacional e demonstraram que não estão alheios ao mundo a sua volta. O mundo virtual, articulador de debates e revelador de injustiças sociais, tornou-se presente nas ruas do país.

Os protestos de junho incomodaram os políticos e revelaram o quanto a nossa Constituição, está distante das reais necessidades dos cidadãos. É evidente que os direitos estão definidos, mas muitas vezes ainda há desinteresse dos representantes em efetivá-los no cotidiano dos cidadãos.

Os dados do próximo capítulo revelarão a falta de confiança dos jovens nas instituições políticas, na nossa interpretação, apontamos como causa dessa descrença a cultura política que não privilegia os agentes de socialização na formação de canais de participação capaz de, juntamente com a educação, fomentar uma consciência cidadã.

4 ASPECTOS POLÍTICOS E CULTURAIS NA SOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DE LONDRINA

4.1 A importância da socialização política na formação do jovem

Neste capítulo analisamos, com o auxílio dos dados da nossa pesquisa, a importância dos agentes de socialização na formação cidadã dos jovens de 16 e 17 anos. A expressão socialização política foi utilizada pela por Seymour Lipset, em 1954. Até então era pouco usada no meio científico. As literaturas sobre socialização política definem como um “processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou, sob o enfoque geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações” (SCHMIDT, 2001, p. 68), ou seja, é o processo de internalização de valores e a formação das atitudes políticas dos indivíduos.

Os primeiros estudos que envolvem o conceito foram: *Political Socialization*, de Herbert Hyman, em 1959; *Children in the Political System: origins of political legitimacy*, de David Easton, Jack Dennis e Robert Hess, em 1969; *The Political Character of Adolescence: the influence of families and schools*, de M. Kent Jennings e Richard Niemi, em 1974; *Political Learning in Adulthood: a sourcebook of theory and research*, de Roberta Sigel, em 1989.

O conjunto destas obras demonstraram que quando as famílias se encontram em condições socioculturais desfavoráveis, a escola pode influenciar na formação política, além de confirmar que a socialização como um processo permanente, resultado do conjunto das experiências e interações vivenciadas pelo indivíduo, desde a infância até o final da vida.

Portanto, todas essas obras estavam preocupadas em compreender como se dava o processo de socialização política⁴¹ e de que forma são internalizados os

⁴¹ Tal conceito se define como “o conjunto de experiências que, no decorrer do processo de formação da identidade social do indivíduo, contribuem particularmente para plasmar a imagem que ele tem de si mesmo em confronto com o sistema político e em relação às instituições. Tendências, emoções, atitudes perante os vários objetos da política, aptidões cognitivas e expressivas necessárias ao agir político, tudo isto é, portanto, considerado como resultado de um processo de formação-aprendizagem social que, embora se estenda por todo o decurso da vida, tanto quanto qualquer outro processo similar passa, todavia, por etapa especialmente significativa, influências particulares, momentos de aceleração e momentos de afrouxamento. É objeto dos estudos de socialização política descrever as modalidades de tal processo, bem como identificar seus conteúdos mais importantes, suas etapas e as influências decisivas” (OPPO, 2004, p.1202).

valores e atitudes e a sua relação entre a participação dos jovens e o sistema político.

No Brasil, os estudos sobre socialização política tiveram início nas décadas de 60 e 70, por causa do contexto político, social e cultural no qual os jovens se distinguiram por um ativismo político. O engajamento juvenil nesse período despertou a academia para compreender tal atitude.

Na literatura encontramos duas correntes⁴² sobre o conceito de socialização: a saber: uma trata a família e a escola como elemento fundamental da educação infantil. É nela que acontece a incorporação de valores que norteará toda a fase adulta, por isso, que enquanto adulto as mudanças sociais são gradativas, isto é, conforme as alternâncias de gerações. A outra acredita que a socialização ocorre em todas as fases da vida, não sendo nenhuma delas específicas.

Neste sentido, os dados do nosso trabalho revelam a importância de proporcionar, desde cedo, espaços de debates acerca das configurações das instituições políticas. Outros agentes podem também contribuir para uma educação de direitos e deveres do cidadão, isto é,

há que ter a preocupação em garantir o lugar de posturas críticas. Não seria o caso apenas de propor políticas, mas colaborar para que os jovens possam exercer posturas críticas do fazer política. O debate sobre políticas com juventudes passa, nessa linha, pela formação política dos jovens no sentido de aprender a zelar pela coisa pública, a acompanhar e a cobrar a ação do Estado, exercendo sua cidadania (CASTRO; VASCONCELOS, 2007, p.110).

Destacamos, como principais elementos de formação de atitudes políticas: a família, a mídia e a escola, cujos papéis sofrem influências de todo contexto econômico, sociocultural e político, influenciado pelos impactos das novas tecnologias na redefinição das atitudes e dos comportamentos políticos dos jovens. Todavia, Almond e Powell (1972), dizem que é preciso considerar a escola e a família como agentes de socialização, mas também, “[...] os grupos de pessoas de mesma posição profissional e os grupos de referência com os quais uma pessoa normalmente se relaciona, por exemplo, desempenham um papel importante na formação de valores e atitudes” (p.107).

⁴² De acordo com Siqueira (2014), a primeira corrente é considerada clássica e tem como expoentes os autores HYMAN, 1959; GREENSTEIN, 1968; EASTON & DENIS, 1969). A outra é contemporânea e tem como referências os trabalhos de: JENNINGS & NIEMI; JENNINGS & MARKUS, 1984; SEARS & VALENTINO, 1997.

Schmidt, na obra intitulada *Juventude e Política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio* (2001) revela que a família contribui para a formação de opiniões e atitudes em relação ao poder e à autoridade, nos aspectos familiares, sociais e políticos. Por exemplo, se as orientações políticas dos pais são iguais, os filhos reproduzem a visão política dos pais. Quanto mais os pais convivem com os filhos, mais cresce a possibilidade de influenciá-los politicamente. Todavia, se os pais têm orientações diferentes, os filhos acabam por receber influência não da família, mas dos amigos, colegas e da mídia, ou seja,

a transmissão de atitudes tende a crescer na proporção da confiança e intimidade existente entre filhos e pais. Onde há pouca confiança e intimidade, os filhos buscam distanciar-se dos pais em todos os âmbitos, inclusive na esfera política. (SCHMIDT, 2001, p.78).

Outro dado interessante é que por ter uma maior intimidade com os filhos, a mãe influencia mais eficazmente que o pai, isso faz com ela seja um agente de transmissão de atitudes mais eficaz que o pai. Na situação em que o nível de politização entre ambos é semelhante, embora “a literatura ainda registra um *déficit* de politização das mulheres em relação aos homens em muitos casos, o que prejudica o seu potencial de transmissão de atitudes políticas” (SCHMIDT, 2001, p.78-9).

Por outro lado, quando possuem formação de nível superior e os pais não, os filhos podem influenciar os pais provocando mudanças nas preferências partidárias da família.

A mídia, mais precisamente a televisão, tenta igualar as formas de pensar, oferecendo aos indivíduos os mesmos conteúdos, visto que,

o programa televisivo de debate e informação política tende a organizar-se nos moldes do programa de entretenimento. Aos poucos, o político, o partido, a opinião pública, o debate sobre problemas da realidade nacional e mundial, as possibilidades de opções dos eleitores e a controvérsia sobre planos alternativos de governo, tudo isso tende a basear-se nas linguagens, recursos técnicos, teatralidade encenação desenvolvidos pelos programas de entretenimento (IANNI, 1999, p.18).

A televisão é considerada como agente principal de socialização da juventude, uma vez que essa forma midiática atinge os mais diversos âmbitos da

vida social. Ela pode ser responsável “não só pelas atitudes de desconfiança dos cidadãos em relação à política e aos políticos, mas também pela descrença que eles possuem em relação às instituições políticas” (PORTO, apud NAZZARI, 2005, p.17).

A televisão, considerada como quarto poder, “registra e interpreta, seleciona e enfatiza, esquece e sataniza o que poderia ser a realidade e o imaginário [...] transforma a realidade, seja em algo encantado, seja em algo escatológico” (IANNI, 1999, p.16).

Ela apresenta muitas vezes as notícias políticas de forma fragmentária e incidental, permitindo que uma parte dos cidadãos, com mais formação cultural e política, acompanhe as nuances políticas, enquanto que a outra parte, formada por cidadãos com baixo nível de socialização política, incorpore menos a informação política em todas as suas implicações, ou seja, “quem assimila mais informação tende a procurar e internalizar nova informação, enquanto o indivíduo pouco interessado em política tem pouca base informativa e tende a não incrementá-la” (SCHMIDT, 2001, p. 85).

Para Schmidt (2001) os telenoticiários são os preferidos dos jovens e adultos no que se refere a sua fonte de informação sobre política, vindo, logo a seguir, os noticiários de rádio e dos jornais impressos. Mas as notícias nem sempre são completas. Sendo parceladas, as informações dos acontecimentos políticos podem levar às distorções políticas e ainda,

dissolvem-se as fronteiras entre o público e o privado, o mercado e a cultura, o cidadão e o consumidor, o povo e a multidão [...] muito do que é a política revela-se espetáculo, entretenimento, consumismo, publicidade (IANNI, 1999, p.18-19).

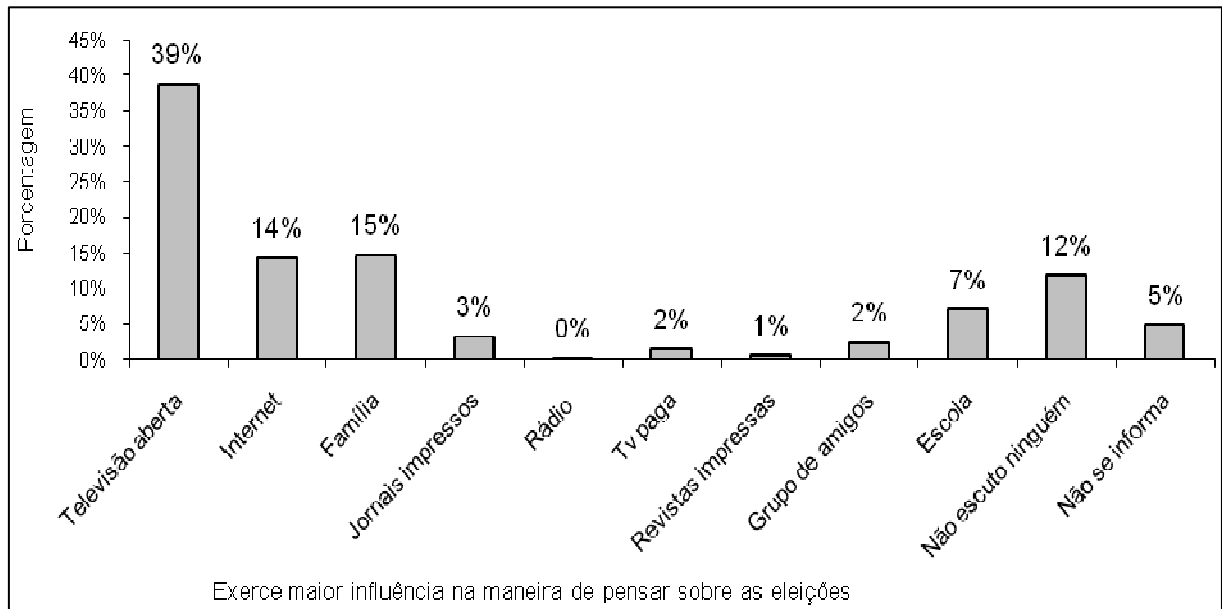
Sobre isso, Almond e Powell (1972) falam da importância dos meios de comunicação para a socialização, visto que, “além de informar sobre os acontecimentos imediatos, atuam, em logo prazo, na formação de idéias básicas do indivíduo, como utilização de técnicas emocionais para a formação de credos políticos” (p.49).

No nosso estudo, a questão que trata da influência sobre o voto, os dados mostram que, a televisão aberta influencia 39% dos entrevistados, 15% da família, 14% da internet e 12% dos jovens não escutam ninguém na hora de votar, agem pelo pouco que sabem ou por impulso.

A escola, espaço de formação dos jovens entrevistados influencia apenas 7% deles. Outros instrumentos de informação exercem pouca influência sobre os jovens: os jornais impressos, 3%, a TV paga 2%, revistas impressas 1% e o rádio nenhuma influência. Já, a influência de amigos é de 2%. Um índice de 5% dos jovens não se informa sobre os pleitos eletivos.

Os números apresentados sobre os fatores que influenciam no voto dos jovens coincidem com os resultados de pesquisas realizadas em âmbito nacional, e alertam para papel da mídia, da escola e da família, quanto ao valor do voto, elas contribuem para a aprendizagem e a formação de atitudes e para os valores das instituições políticas.

Gráfico 35 – Influência no voto



Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

A escola onde a interação é com o próprio ambiente escolar, com colegas, e com os professores, é nela que o aluno recebe orientações políticas porquanto é lá que as disciplinas de História, Sociologia, Filosofia, Geografia, entre outras, transmitem e debatem conteúdos acerca das instituições políticas, da cidadania, de governo, de globalização, das desigualdades sociais, das diversidades culturais e dos movimentos sociais, etc.

Com isso, a escola é um espaço por excelência de formação da socialização política dos jovens, embora Schmidt (2001) relata que o ambiente escolar “costuma ser avaliado pelos alunos como autoritário ou insuficientemente democrático e os

estudantes também revelam que o espaço de participação disponível, como os grêmios estudantis, é pouco aproveitado por eles” (SCHMIDT, 2001, p.81), o que há de fato é, muitas vezes, falta de interesse pela educação de direitos e deveres do cidadão na escola.

Portanto, a escola é um agente fundamental da aquisição de conhecimentos políticos relevantes e de atitudes condizentes com a cidadania, pois, de onde se espera que a juventude aprenda sobre a vida política. Isso ocorre pela televisão, pelo colégio, ou pesquisando?

Vimos deste modo que a família, a mídia e a escola são os agentes primários e também secundários da formação dos jovens, que vivem num contexto cultural permeado de práticas políticas baseadas em atitudes patrimonialista, clientelista, paternalista e corporativista. É por isso, que faz se necessário o comprometimento social e político destes agentes na construção de cultura participativa.

4.2 A corrupção presente na política de Londrina

Nas últimas décadas, o município de Londrina foi notícia no cenário nacional por causa dos desvios de verbas públicas, tanto no Legislativo quanto no Executivo. Desde 1999, dos cinco prefeitos eleitos, três foram acusados pelo Ministério Público de lesar o patrimônio público, além do envolvimento de vereadores que foram presos e denunciados por apropriações indevidas de recursos públicos. A *Gazeta do Povo* elaborou um breve histórico dos fatos mostrando cronologicamente as denúncias de corrupção. Vejamos os principais acontecimentos:

- **1999 Ama/Comurb:** A investigação de um contrato de roçagem revelou um esquema de licitações supostamente fraudulentas na Comurb. O MP protocolou diversas ações pedindo a devolução de R\$ 14,4 milhões;
- **2005 Caixa 2:** Uma ex-assessora de Nedson Michelti (PT) acusou a existência de caixa dois na campanha petista. O caso acabou arquivado;
- **2006 Greve do funcionalismo:** O funcionalismo municipal fez uma greve de 100 dias. Os grevistas fecharam o prédio da prefeitura, forçando prefeito e secretários a despacharem em outros prédios públicos;
- **2008 Propina:** O então vereador Henrique Barros foi preso em flagrante com dinheiro que, segundo o Ministério Público, seria proveniente de propina cobrada para aprovar um projeto de interesse de um empresário. As investigações respingaram em outros parlamentares. Seis chegaram a ser afastados. O presidente da Câmara, Orlando Bonilha, teve o mandato cassado;
- **2009 Terceiro turno:** Dois dias depois de ser eleito, Antonio Belinati (PP) teve o registro da candidatura cassado. A

Justiça Eleitoral convocou um terceiro turno entre os segundo e terceiro colocados no pleito; **Merenda escolar:** O contrato de merenda escolar foi alvo de auditoria que apontou superfaturamento de R\$ 681 mil; **Salário e propina:** Vereadores foram acusados de receber parte dos salários dos assessores e pedir propina. O vereador Rodrigo Gouvêa ficou 23 dias preso e foi absolvido num processo de cassação. O vereador Joel Garcia (PP) ficou 54 dias preso, acusado de manipular testemunhas; • **2010 Operação Antissepsia:** Investigações apontaram direcionamento na contratação de ONGs e pagamento de propina feito por elas a agentes públicos; • **2011 Guarda municipal:** O treinamento da guarda municipal foi investigado pelos vereadores. O relatório produzido, isentando Barbosa Neto das irregularidades encontradas, foi rejeitado pelo plenário; • **2012 Caso Centronic:** Barbosa Neto teria mantido dois vigias contratados pela Centronic e pagos pela prefeitura na emissora de rádio da sua família; **Compra de votos:** Uma suposta tentativa de suborno para evitar investigação de denúncias contra Barbosa Neto levou pessoas ligadas a ele para a cadeia (GAZETA DO POVO, 13 maio 2012, s/p).

Novamente, a cidade de Londrina ganha destaque no cenário nacional em escândalos políticos de corrupção com o envolvimento do deputado federal André Vargas (ex-PT/PR), ex candidato a prefeito do município, que teve o seu mandato cassado por negócios ilícitos, como lavagem de dinheiro e favorecimento de contratos de serviços governamentais mantidos com o doleiro londrinense Alberto Youssef, denunciado na operação da Polícia Federal “Lava Jato”, que, desde março de 2014, investiga os esquemas de desvios de dinheiro da Petrobrás em que estão envolvidos empreiteiras e políticos.

Outro vexame que afeta a cidade de Londrina advém de três frentes de investigação realizada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco): “Operação Publicana⁴³”, que trata de um esquema de sonegação de impostos e de cobrança de propina, dentro da Receita Estadual de Londrina, e envolvem funcionários da Receita Federal, empresários, contadores, advogados, entre outros.

Outra denominada como “Operação Voldemort⁴⁴”, que investiga o superfaturamento e fraude em contrato de serviços emergenciais do governo estadual com empresas privadas e o tráfico de influência. Nessa operação, está

⁴³ O termo foi escolhido, pois “na Bíblia, os publicanos eram os responsáveis pela arrecadação de impostos e tributos durante o Império Romano. Com o passar do tempo, o termo publicano passou a designar cobradores ilegais que, usando o poder a eles conferido, enriquecem de forma ilícita” (JORNAL DE LONDRINA, 21/03/2015, s/p).

⁴⁴ O título dessa operação faz menção “ao personagem da série Harry Potter, Voldemort traduz o medo provocado por “aquele-que-não-deve-ser-nomeado”. É o bruxo das trevas, poderoso e temido até pelos seguidores do mal” (JORNAL DE LONDRINA, 21/03/2015, s/p).

sendo acusado, como chefe do esquema, o primo do governador do estado do Paraná, Luiz Abi, assim como, Ernani Delicato, ex- diretor de transporte do mesmo governo. Essas duas operações envolvem também outros municípios como: Curitiba, Rolândia, Ibiporã, Cambé, Araçongas, Apucarana, Umuarama, Jataizinho, Assai e Jacarezinho.

E, por último, a “Operação Contra exploração sexual”, que denuncia o envolvimento de funcionários públicos e auditores da Receita Estadual de Londrina, em programas sexuais, pagos, com adolescentes de 13 a 17 anos. Nessa operação foi identificado o fotógrafo Marcelo Tchello Caramori, ex-assessor da Casa Civil, como um dos envolvidos e que com o Gaeco participa dos processos como delator. As operações iniciaram em 2014, e muitos dos suspeitos também são os mesmos acusados nas outras investigações. Essas operações se entrelaçam num esquema que aponta para uma rede de programas sexuais de menores, enriquecimento ilícito, corrupção passiva, falsidade ideológica e, sobretudo, desvio de milhões de dinheiro público.

Essa depreciação da política em Londrina não é muito diferente do que ocorre no Brasil. Todavia, muitos londrinenses, membros ou não de entidades filantrópicas ou religiosas, associações de moradores, meios de comunicação, entre outras muitas instituições, denunciaram ao Ministério Público as irregularidades administrativas, que investigadas foram comprovadas e se tomaram as medidas cabíveis. Nesse contexto, foi criado o ‘Movimento Pé-Vermelho Mãos Limpas⁴⁵’ contra a corrupção, que já organizou vários protestos, passeatas, abaixo-assinados em prol da transparência, da ética e contra a corrupção nos governos.

Por isso, que a política está distante da juventude e uma das prováveis causas é associação que os jovens fazem entre política e corrupção. Faz-se necessário, uma educação política e cidadã. Neste sentido, temos o trabalho, que já está em andamento desde 2013, realizado por uma docente da Rede Estadual de

⁴⁵ O movimento surgiu no ano de 2000 como resposta a denúncias de um grande esquema de corrupção na Autarquia Municipal de Ambiente (AMA), na compra de materiais, no valor de R\$ R\$ 212.479,00, e nunca se chegou a encontrar tais objetos e de promoção pessoal na inauguração do Pronto Atendimento Infantil (PAI). O dinheiro desviado era usado para campanhas eleitorais de aliados. O esquema envolvia também os deputados André Vargas (PT), José Janene (PP), a época prefeito Antonio Belinati (PP), e pessoas influentes, como Paulo Bernardo e o doleiro Alberto Youssef, entre outros. Os vereadores instauraram uma CPI e juntamente com o Ministério Público constaram as fraudes nas licitações e outras irregularidades administrativas. O resultado das investigações fez com que a Câmara Municipal afastasse o prefeito. Mais tarde o ex-prefeito perdeu seus direitos políticos por oito anos e foi condenado a pagar uma multa no valor de R\$ 627 mil.

Ensino, Adriana Andrella Camponez nas escolas onde atua como professora de Sociologia. Elaborado juntamente com os discentes, trata-se de um Dossiê Didático sobre a Corrupção, com o objetivo de ser um material pedagógico e de referência sobre o assunto para os demais profissionais da área.

Os mesmos organizaram várias seções para o dossiê, partindo de dados de Londrina, como:

artigos científicos, charges, entrevistas, pesquisa de opinião, levantamentos bibliográfico, de capas de periódicos semanais, de letras de músicas, títulos de filmes, documentários, títulos de livros, dicionário da corrupção, ranking completo de países e de estados brasileiros envolvidos em casos de corrupção, mapeamento das iniciativas de combate a corrupção desenvolvidas pela sociedade civil organizada e governo serão analisadas e discutidas com os participantes da oficina (CAMPONEZ; CORREA, 2013, p.07).

Esta iniciativa colabora para que os estudantes possam desconstruir a visão negativa que tem da política institucional. É preciso, portanto, que o jovem considere a política como impulsionadora do bem comum, pois “o processo de participação popular não necessita de apenas de cidadãos conscientes, mas também de cidadãos familiarizados com as práticas democráticas” (WERLANG; HASS, 2003, p.36).

4.3 A cultura política como elemento de socialização política dos jovens

O emprego do conceito⁴⁶ de cultura política⁴⁷ foi usado de forma mais intensa a partir dos anos sessenta. Trata-se de um conceito que surge com a emergência e crescente utilização do *survey* – o método de investigação popularmente conhecido como pesquisa de opinião – quando os estudos em torno da cultura política se fortaleceram. Para Rennó (1998), “o seu conteúdo é resultado da socialização na

⁴⁶ Na literatura que trata do conceito de cultura política encontramos os autores Soares, D’Araujo e Castro que mesmo considerando Almond e Verba como pioneiros, “remontam a origem dos estudos de cultura política a Sólon, passando por Montesquieu, Rousseau e Tocqueville” (apud Kuschnir e Carneiro, 1999. p. 244). Outros autores como Putnam (1997), Inglehart (1971, 1977, 1988, 1990,1997) entre outros, contribuirão para os estudos nessa perspectiva da cultura política. No presente texto reportamos somente a Almond e Verba para discutir o conceito.

⁴⁷ Almond e Verba (1963) na obra *The Civic Culture*, de 1963 cunharam o de cultura política como “[...] expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população” (p.13).

infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país” (p.71).

A cultura política, no seu conjunto de atitudes entre os valores antigos e novos, pode interferir nas ações políticas dos eleitores, ou seja, na política. Quanto mais os cidadãos acreditam que sua participação pode ter algum efeito, mais tomarão parte nas questões públicas e responsabilizarão as elites.

Por outro lado, dá-se contrário, isto é, se as pessoas sentem que têm pouca influência sobre as decisões políticas, isso dá-se porque não têm confiança na sua própria capacidade política (a efetividade interna) ou porque a elite política falha em responder aos desejos dos cidadãos (a efetividade externa). É por isso que apresentamos a tabela 10 onde é mencionado o grau de confiança dos estudantes nas diversas instituições da sociedade, pois a confiança é um elemento importante para garantir a vitalidade democrática.

Quando perguntados sobre a confiança que depositam nos partidos políticos, os jovens (grande maioria 62%), não têm nenhuma confiança, 32% pouca confiança e 5% razoável. Somente 1% possui muita confiança nos partidos políticos.

Em 1997, a Fundação Perseu Abramo, realizou a pesquisa *Cultura Política e Cidadania*, que abordou a confiança nos partidos no Brasil e constatou “que apenas 7% dos entrevistados declaram confiar totalmente nos partidos políticos; 35% disseram confiar até certo ponto, ao passo que 49% não confiavam” (DULCI, 2003, p.301).

A falta de confiança nos partidos é, sem dúvida, presente em todas as pesquisas de sondagem sobre o grau sobre o assunto. O motivo dessa desconfiança ocorre pela própria atuação dos partidos que são frágeis nos seus discursos ideológicos e desenraizados da sociedade, suas pautas estão voltadas para interesses pessoais, troca de favores e financiamentos de campanhas.

Tabela 10 - Grau de confiança dos jovens estudantes

Grau de confiança	Muita (%)	Razoável (%)	Pouca (%)	Nenhuma (%)
Partidos Políticos	1	5	32	62
Congresso	1	12	33	54
Vereador	1	10	32	57
Prefeito	2	16	32	50
Deputado	1	9	33	57
Governador	2	11	31	56
Presidente	3	13	30	54
Poder Judiciário	6	25	31	38
Forças Armadas	15	34	25	26
Polícia	10	32	30	28
Sindicatos	5	23	36	36
Movimento Estudantil	16	34	27	23
Escola	25	42	21	12
Religião ou pastorais religiosas	28	28	19	25
Lideranças Comunitárias	6	23	32	39

Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

O Congresso Nacional é visto com as mesmas linhas de desconfiança, visto que 54% não possuem nenhuma confiança, 33% pouca e 12% razoável. De acordo com Neto e Santos (2003), “o Congresso é uma instituição impopular. Severamente criticado pela imprensa, é extremamente malvisto também pela população em geral” (p.91). Os entrevistados que revelaram ter confiança constituem apenas 1%. Quanto ao grau de confiança no vereador, o maior percentual (57%) não tem nenhuma confiança, 32% pouca e 10% razoável.

Os dados demonstram que 50% dos estudantes não têm nenhuma confiança no prefeito, 32% pouca e 16% razoável. O grupo diz ter muita confiança é pequeno, ou seja, 2% dos jovens pesquisados. A confiança nos deputados não é muito diferente: não têm nenhuma confiança neles 57% pouca, 33% pouca e razoável 9%. Mais uma vez, o índice dos que têm muita confiança não passa de 1%.

A figura do governador não tem despertado a confiança dos estudantes: 56% não tem nenhuma confiança, 31% pouca e 11% razoável. Os jovens que confiam somam apenas 2%. Também, o presidente é visto merecedor do grau de desconfiança: 54% dos jovens não têm nenhuma confiança, 30% pouca e 13% razoável. Dos jovens entrevistados 3% disseram ter muita confiança no presidente. No que tange ao Poder Judiciário, a pesquisa mostra 38% não têm nenhuma confiança, 31% pouca e 25% razoável. Os que dizem ter muita confiança são 6%.

Para Nogueira (2004) “a perda de confiança na política faz com que se expanda a marginalização de boa parte da população: prolonga, ao invés de encurtar, a situação de miséria e injustiça em que vivemos” (p.23-24).

Um dado muito interessante diz respeito ao grau de confiança dos jovens da faixa etária de 16 e 17 anos nas Forças Armadas: 26% não têm nenhuma confiança, 25% pouca e 34% razoável. E 15% dizem que têm muita confiança nessa instituição.

Na polícia, 28% dos entrevistados disseram que não possuem nenhuma confiança, 30% pouca e 32% razoável. Apenas 10% dos jovens demonstraram ter muita confiança na polícia. Dos entrevistados 36% confirmaram não ter nenhuma confiança nos sindicatos, 36% pouca e 23% razoável. São apenas 5% jovens que disseram ter muita confiança nos sindicatos.

Por se tratar de jovens estudantes, imaginamos que o movimento estudantil estivesse mais próximo do aluno. No entanto, 23% não possuem nenhuma confiança nele, 27% pouca e 34% razoável. Os 16% são os entrevistados que disseram ter muita confiança no movimento estudantil. No que se refere à confiança na escola, os dados revelam que 12% dos jovens não confiam na escola, 21% confiam pouco e 42% têm razoável confiança. Isso nos leva a refletir sobre qual o papel da escola na formação desses jovens, se dela depende sua formação. Dos entrevistados 25% referem ter muita confiança na escola, mas é pouco diante do universo dos pesquisados.

O grau de confiança na religião ou nas pastorais religiosas é mediano, pois 25% não têm nenhuma confiança, 19% pouca e 28% razoável. Os que têm muita confiança são 28% dos entrevistados. No que tange às lideranças comunitárias, 39% dos jovens não tem nenhuma confiança, 32%, pouca e 23% razoável. Somente 6% possui muita confiança.

Os índices de desconfiança nas instituições contribuem para uma cultura política fragmentada e deixam transparecer a ausência de formação a partir da socialização política, ou seja,

[...] as atitudes de desconfiança e desencanto com as instituições, particularmente com os partidos, se dão num sentido de desvalorização concreta dessas instituições, gerando uma cultura política claramente personalista no sentido estrutural (BAQUERO, 2000, p.149).

Em síntese, ao conferir o grau de confiança dos jovens londrinenses nos diversos itens analisados, constatamos pelos dados obtidos que os jovens têm muita confiança na religião, nas pastorais religiosas (28%), nas escolas (25%) e no movimento estudantil (16%). Todavia, não têm nenhuma confiança nos partidos políticos (62%) nos vereadores, deputados (57%) e no Congresso Nacional (54%). Nos sindicatos, o grau de confiança não passa dos 36%, nos deputados de 33%, no Congresso Nacional de 33%, nos partidos de 32%, nos vereadores de 32%, e no prefeito de 32%. Demonstraram razoável grau de confiança na escola 42%, no movimento estudantil 34%, nas Forças Armadas 34% e na polícia 32%.

No entender dos entrevistados as instituições são limitadas e não atendem as necessidades dos cidadãos, que não se sentem representados pelos seus líderes. Por isso, estes não conseguem mobilizá-los para uma participação efetiva e consciente na política. Em outras palavras, “[...] a ingerência dos cidadãos na esfera política, portanto, tem se mantido aquém das exigências de uma democracia em processo de reestruturação política e institucional” (BAQUERO & PRÁ, 1993, p.114).

É preciso que as instituições revejam suas atitudes, seus valores, para que de fato, sejam também instrumentos de socialização política, capazes de romper com uma cultura cristalizada em valores não democráticos.

Neste sentido, vemos que o Brasil tem vivido uma especificidade histórica, com períodos autoritários e períodos democráticos frágeis e efêmeros. Notamos que o Estado, tem sofrido com “a influência de um passado de instabilidade política e econômica, bem como de um legado autoritário que tem obstaculizado a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática no país” (BAQUERO, 2001, p.3).

A história política brasileira é regida por uma democracia representativa, mas há ainda um hiato das instituições representativas e as necessidades cotidianas da sociedade, enraizadas no patrimonialismo e clientelismo, que por sua vez são aliados de práticas exclusivas que geram desigualdades socioeconômicas e culturais.

As elites brasileiras controlam os processos de modernização política, de cima para baixo, e o Estado brasileiro tem sido capaz de promover um desenvolvimento econômico sustentável e a política, distanciada do povo. Daí Baquero, afirma: “ausência de uma cidadania organizada e eficaz na defesa de seus

interesses, o que somou uma deficiente mediação entre Estado-sociedade e partidos” (2001, p.3).

A partir dos anos cinquenta, o descompasso entre economia e política permitiu a instalação da tecnocracia e com a industrialização colocou a participação popular como algo secundário. O resultado desse modelo fez os cidadãos afastarem-se das questões públicas e entenderem de que elas devem ser resolvidas pelos técnicos, que gerem toda a máquina e a burocracia do Estado. Em outros termos, no Brasil,

enquanto o núcleo das decisões estatais ficou a cargo dos técnicos insulados nas agências estatais, deixou-se o espólio do sistema para o uso da política de clientela e do corporativismo: práticas que seriam realizadas, aí sim, pela classe política situada no parlamento. Como o parlamento passa a desempenhar um papel historicamente secundário na esfera das grandes decisões estatais no Brasil, decorrente dessa dinâmica, a hipertrofia do poder Executivo passa a ser uma característica prevalecente no Brasil (BAQUERO, 2001, p.3-4).

Para este autor, o patrimonialismo também chamado mercantilismo estatal, resultante de um avanço sistemático do poder político no controle da economia e das diferenças sociais, “destruiu a institucionalização dos direitos individuais” (BAQUERO, 2001, p. 4).

Esse processo instalou-se por funcionários públicos, dos altos escalões, por parlamentares e empresários ligados aos políticos que usam seus cargos e facilidades com o objetivo de atender seus interesses. E o povo brasileiro, apassivado, acaba por acostumar-se e esse estado de coisas, limitando-se a lastimar. Trata-se de uma realidade que não permite distinguir com clareza os limites do que é público e privado, uma vez que os brasileiros incorporam na prática política a troca de favores (SCHMIDT, 2001).

Esses comportamentos fazem com que o paternalismo, por intermédio dos chefes locais, se torne um importante instrumento de dominação política. No caso local, recordamos a figura do radialista e ex- prefeito de Londrina, Antonio Casemiro Belinati, líder carismático, que foi três vezes prefeito do município e ainda em 2008 ganhou as eleições, mas foi impugnado pelo TSE, por ter suas prestações de conta reprovadas tanto pela Câmara Municipal como pelo Tribunal de Contas do Paraná.

Ficou conhecido como ‘pai dos pobres’⁴⁸ e ainda como o ‘candidato do povo’, justamente pelas benfeitorias/trocas de favores nos bairros carentes. Em outras palavras, diríamos que,

Antônio Belinati, o político clientelista em foco, por sua vez, não revela em suas práticas de conquista de apoio do eleitor, a menor intenção de desfazer tal crença. Pelo contrário, alimenta-a com a constante oferta de “favores” e “ajudas”, além de outras práticas que acrescentam à relação política com o eleitor-cliente ingredientes de naípe intimista e afetivo: como o cortejo e a aproximação do eleitor, o contato pessoal freqüente, visitas às residências, a oferta de presentes nas datas festivas, entre outros (LENARDÃO, 2006, p.164).

Trata-se de um esquema de favorecimento de toda ordem como, por exemplo, a concessão de empregos, empréstimo ou financiamento, contratação de advogado, providenciamento de médico ou hospitalização, apadrinhamento ou batismo de filhos ou de casamentos, legalização de terras, favores esses concedidos na troca de votos e que dependem, direta ou indiretamente, do chefe local.

E nesse processo de favorecimento pessoal, muitas vezes, não há fronteiras nem barreiras entre o que é ou não legal, pois “para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora” (LEAL, 1986, p.38-9), levando a um processo de despolitização, o que impede e afasta os cidadãos de uma efetiva participação política.

Todas essas atitudes políticas são permeadas de práticas de corrupção, uma das marcas da vida pública. Como prova desta prática, em 2008 o Centro de Referência do Interesse Público/Vox Populi, ao entrevistar 2.421 pessoas nas várias regiões do país, constatou que 77% dos entrevistados consideraram como muito grave a corrupção praticada pelas instâncias municipais, estaduais e federais. No ano seguinte em 2009, o mesmo Centro repetiu a pesquisa e os dados foram

⁴⁸ Ver o texto de: PACCOLA, Carina. O discurso de campanha de Antonio Belinati: elementos para uma análise sociológica. *Rev. Mediações*, Londrina, v. 4, n. 2, p. 19-31, jul./dez. 1999.

semelhantes ao afirmar que a corrupção ainda é um problema grave e muito presente na vida pública.

É por isso que, para entender a democracia brasileira, é importante levar em consideração a cultura política, visto que é por meio dela que é possível regular, bem como legitimar valores políticos e “deve ser vista como resultado de um processo interativo e cumulativo de experiências vividas” (BAQUERO, 2001, p.8), em que a recente redemocratização brasileira tem um papel fundamental.

O que temos é uma democracia fragilizada, cuja cultura política nacional se mostra ainda incapaz de promover profundas alterações em suas bases. Para Baquero, os resultados desse descompasso geram problemas no tocante à democracia representativa e os

parlamentos com mais representatividade privadas do que política, eleições que elegem candidatos, mas não os legitimam, instituições políticas que servem para o linchamento político e vinganças privadas, dão lugar a uma desordem democrática capaz de desordenar qualquer ordem e ordenamento social, mas que, paradoxalmente, são naturalizadas por toda sociedade (BAQUERO, 2001, p. 6).

Diante desse quadro, os dados revelam a ideia de que, para sanar problemas ligados à representação política, é preciso existir uma maior participação política dos cidadãos. Mas eis uma situação complexa: como exigir maior participação quando a população não confia nas instituições políticas? Por isso, pensamos que o voto é fundamental para melhorar, antes, a própria representação, seja no Congresso seja nos partidos políticos, como forma de se promover a confiança, que leva a uma maior participação política, tanto dos jovens como também dos adultos.

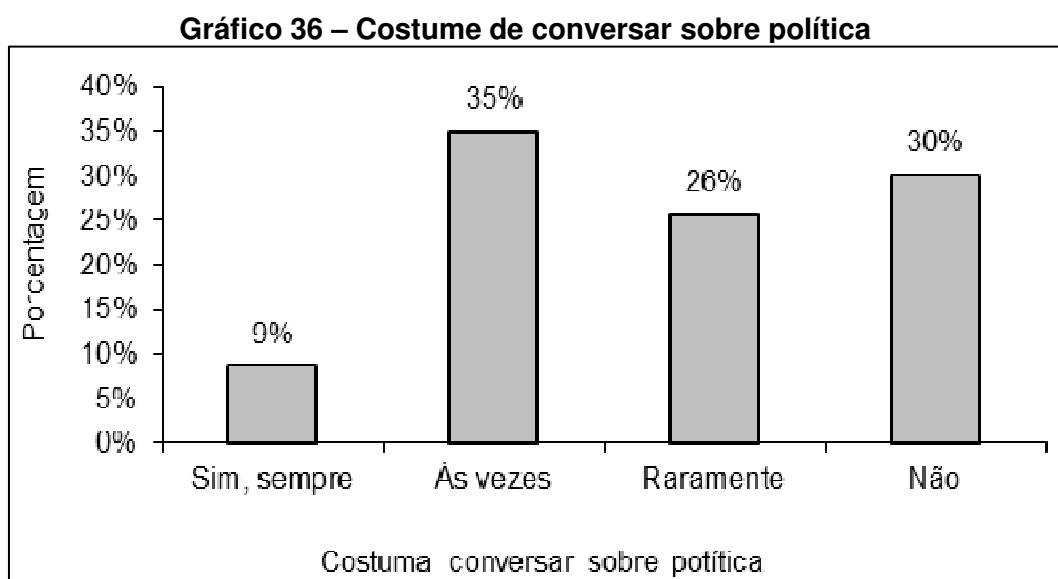
Nesse contexto, o comportamento político da sociedade brasileira pode passar pela construção de uma cultura política, que ainda está longe de ser participativa e democrática. Ela se caracteriza por uma postura fragmentada e individualista, o que reflete a baixa confiança entre as pessoas e nas instituições.

Segundo Baquero, para reverter esse quadro é necessário considerar que o “desenvolvimento de redes baseadas na confiança interpessoal poderia constituir o mecanismo de resgate da sociedade civil, para um comportamento mais crítico e fiscalizador da coisa pública” (2001, p.10). Com o desenvolvimento das associações informais, que funcionariam paralelas às tradicionais, fomentar-se-ia a construção de

uma cidadania mais crítica e participativa, o que, levaria ao aumento do capital social e, logo, ao engajamento cívico, possibilitando o fortalecimento da democracia.

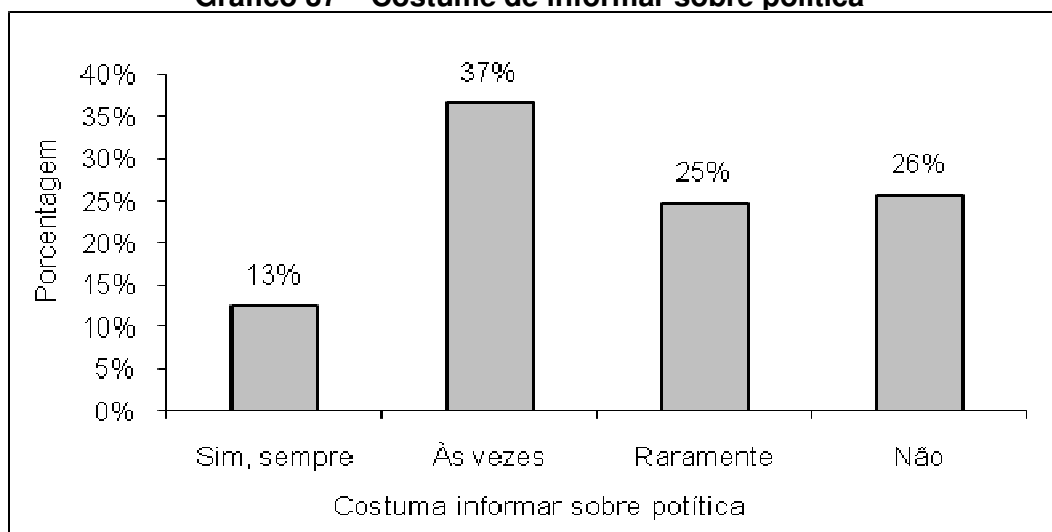
Essa tendência parece tomar corpo entre os vários setores da sociedade, especialmente entre os jovens. As pesquisas constatam que a juventude tem buscado participar de espaços políticos alternativos, menos formais e partidários. Ali, a longo prazo, criam-se vínculos e se estabelecem processos de confiança interpessoal e mesmo institucional. É assim que a atual participação política da juventude poderá, num futuro, interferir no estabelecimento da cultura política que promova e sustente os valores democráticos, em que a política aparece como elemento fundamental.

O gráfico 36 mostra o costume entre os jovens de conversar sobre política. É possível observar que 35% conversam, às vezes sobre política e 30% não conversam, 26% raramente o fazem e somente 9% dos entrevistados cultivam o hábito de conversar sobre política.



Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

O costume de informar-se sobre política não é muito diferente dos dados acerca da questão considerada no gráfico anterior. O gráfico 37 aponta que temos 37% dos entrevistados que às vezes se informam sobre política, 25% não têm este hábito e 25% raramente procuram informar-se sobre o assunto. É pequeno o percentual dos que se informam sobre política, apenas 13%.

Gráfico 37 – Costume de informar sobre política

Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Tanto o costume de conversar como de informar-se sobre política nos levam ao conceito de ‘tempo de política’. Palmeira e Heredia (1993, 1995) fizeram análises dos pleitos eletivos e usaram esta expressão para “designar os períodos em que a população percebe a política e os políticos como parte da sua vida social [...] a política é vivida como um fenômeno sazonal por estar identificada como a divisão e o conflito” (apud KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p.240). Fica evidente, que mesmo não sendo satisfatórias as conversas, as pessoas conversam e se informam somente quando ocorrem eleições, isso é natural, por causa das propagandas de rádio e de televisão e, sobretudo, pelos carros de som, pelos panfletos, pelas redes sociais.

Os eleitores são bombardeados por inúmeras técnicas marqueteiras que tentam convencê-los pelas imagens, sons e atitudes de que seus candidatos são os melhores. Essa prática acontece somente no período das eleições, após a pauta de discussão é centrada em questões individuais e, muitas vezes, os eleitores nem sequer se lembram em quem votaram, principalmente quando as eleições são estaduais e federais.

O Instituto Paraná Pesquisas realizou, três meses após as eleições municipais, nos dias 13 e 16 de novembro de 2012, uma pesquisa com 682 eleitores curitibanos, perguntando-lhes em quem haviam votados, e revelaram que 35,7% dos eleitores já tinham esquecido em quem haviam votado, quase um terço dos eleitores “esse contingente de “esquecidos” aumentou em relação às eleições de 2008, quando 28,5% dos eleitores da capital paranaense não se lembravam em quem

havam votado no mesmo período” (GAZETA DO POVO, 04/01/2013). Também outra pesquisa realizada em 2010 pelo TSE “revelou que a maioria dos brasileiros sofre de “amnésia eleitoral”. Segundo essa pesquisa, 23% dos eleitores não se lembraram do candidato a deputado estadual em que votaram nas eleições passadas” (CÂMARA NOTÍCIAS, 2014, s/p).

Isso mostra que os eleitores estão descrentes da política e estão cansados das propagandas e principalmente do desempenho das instituições públicas, resultado de uma cultura política que impede os cidadãos de participar. Por isso, da relevância de investir nos jovens, através da educação, para que possa ser instrumento de socialização política e definitivamente propiciar aos estudantes, através de debates, seminários, jornadas, palestras, grêmios estudantis e entre outras vivências uma consciência política que vá além das eleições, a fim romper com a herança cultural baseada em atitudes não-democráticas. Faz se necessário propor desde cedo um olhar crítico que desfaça o conceito negativo que os jovens têm sobre política e os levem a encantar-se, a entusiasmar-se pela vida pública.

5 OS JOVENS ESTUDANTES E SUAS PERSPECTIVAS SOBRE A POLÍTICA NO BRASIL

5.1 Possibilidades de mudanças

O Brasil é considerado um dos países com maior índice de desigualdade e com alta carga tributária. A falta de implementação de políticas públicas, de transparência nos gastos públicos e as denúncias de corrupção mais do que nunca justificaram o descontentamento das pessoas contra o sistema político vigente.

Como vimos anteriormente, temos ainda um contexto de cultura política que está permeado de práticas inadequadas à democracia. O Estado já não corresponde às demandas dos cidadãos, conseqüentemente abre-se um hiato entre a sociedade e o estado. As pessoas passam a desconfiar e a descrer dos três poderes, provocando abalos nos meios políticos.

Nos últimos anos o tema da reforma política é muito recorrente, nos partidos seja da esquerda seja da direita. Todos destacaram a sua importância para ampliar a participação dos cidadãos e, sobretudo, melhorar o grau de confiança e transparência nos processos eletivos.

Após ser reeleita no segundo turno das eleições de 2014, Dilma enfatiza no seu discurso, a urgência de executar a reforma política,

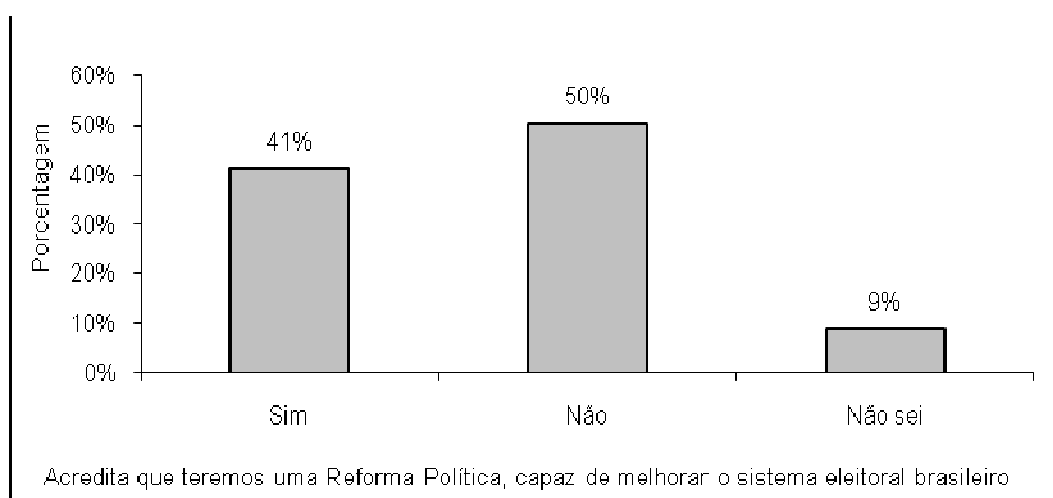
[...] Dentre as reformas, a primeira e mais importante deve ser a reforma política [...] Meu compromisso, como ficou claro durante toda a campanha, é deflagrar essa reforma que é responsabilidade institucional do Congresso e que deve mobilizar a sociedade em um plebiscito por meio de uma consulta popular. Com essa consulta, o plebiscito, vamos encontrar força e legitimidade exigidos no meio desse momento de transformação para levar à frente a reforma política (CARTA CAPITAL, 27 nov. 2014, s/p).

A mobilização da sociedade em prol de mudança, seja reforma política seja reforma eleitoral, foi uma explosão de indignação contra o governo em geral, contra o sistema político, seus atores, o modo de fazer política e, principalmente, contra uma cultura política que se mostra incapaz de promover profundas alterações em suas bases.

Na pesquisa desenvolvida entre os jovens estudantes de Londrina, abordamos a reforma política. Sabemos que essa questão já está em pauta desde 1990 no Congresso e gradativamente vem ocorrendo mudanças no processo político eleitoral. O assunto “tem sido, com frequência, politizado e permeado por interesses e concepções, tanto de um lado por conveniências fisiológicas, clientelistas e patrimonialistas, como de outro por compromissos públicos e convicções” (SEGATTO, 2015, p.103).

Indagamos aos estudantes se eles acreditam em uma reforma política que venha melhorar o sistema eleitoral. Como resposta, no gráfico 38, vimos que a descrença continua, visto que 50% dos entrevistados não acreditam na reforma política. Os jovens que acreditam somam 41% e 9% disseram não ter opinião sobre o assunto. Segundo Nogueira (2004) para ocorrer uma reforma seria preciso uma “fusão de sujeitos sociais, projetos e recursos institucionais” (p.81)

Gráfico 38 – Crença na reforma política como melhoria no sistema eleitoral



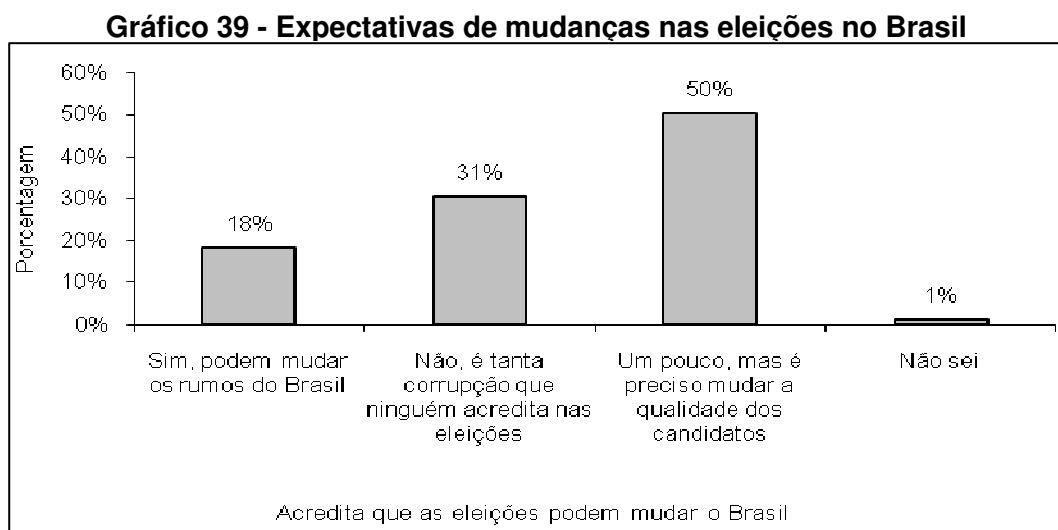
Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Nesse contexto, para combater possíveis financiamentos ilícitos, conhecidos como ‘caixa dois’ em campanhas eleitorais, como foi detectado pela operação Lava Jato - que identificou o envolvimento de empresários na doação de dinheiro para autoridades políticas - TSE propôs a resolução⁴⁹ 23.432, mudando as regras para a prestação de contas dos diretórios nacionais dos partidos, deixando transparente a origem de dinheiro usado nas eleições.

⁴⁹ Ver mais detalhes no link: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/nova-resolucao-de-prestacao-de-contas-de-partidos-politicos>.

Sobre as expectativas de mudanças nas eleições os dados do gráfico 39 revelam que 50% dos entrevistados disseram acreditar com ressalvas, afirmando que é preciso que se apresentem candidatos honestos e competentes. Outros 31% disseram não acreditar que as eleições resolvam algo, pois a corrupção é tanta que ninguém mais acredita.

O que chama atenção é que tais opiniões são de jovens de 16 e 17 anos, muitos dos quais nem tiram seus títulos por estarem descrentes da política. Percebemos que os procedimentos políticos dos nossos governantes e lideranças influenciam de forma negativa o comportamento político dos jovens nos pleitos eleitorais. Somente 18% acreditam que as eleições podem trazer mudanças no Brasil e 1% não souber opinar.



Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Para atender os anseios dos eleitores e resgatar sua confiança nas instituições públicas, especialmente na política, no início do seu segundo mandato (2015-2018), a presidente Dilma Rousseff (PT) lançou sete medidas⁵⁰, a saber: criminalização da prática de caixa dois; responsabilização criminal de agentes públicos; alienação antecipada dos bens apreendidos; aplicação da Lei da Ficha Limpa para todos os cargos; confisco de bens dos servidores públicos; assinatura do

⁵⁰ Ver mais sobre as medidas: <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/03/confira-os-pontos-abordados-pelo-pacote-anticorrupcao>.

decreto que regulamenta a Lei nº. 12.846/2013 Anticorrupção⁵¹ e grupo de trabalho (Cf. FOLHA DE LONDRINA, 23 mar. 2015).

As cinco primeiras precisam ser aprovadas pela Câmara dos Deputados e do Senado Federal e não se garante de fato a sua efetivação. A morosidade e os interesses pessoais e partidários dos políticos emperram o processo de aprovação das medidas. Em seu discurso, Dilma deixou claro seu compromisso em combater a corrupção, quando diz,

Meu compromisso com o combate à corrupção é coerente com minha vida pessoal, com minha prática política e é coerente com minha atuação como presidenta [...]. O Brasil de hoje combate a corrupção. As notícias sobre casos aumentam porque eles não são mais varridos para baixo do tapete [...]. Além desse conjunto de novas leis, para resolver esse problema é preciso uma nova consciência e cultura no País, fundada em valores éticos. Ela tem de nascer dentro de cada lar, dentro de cada escola, dentro da alma de cada cidadão deste País. E dentro da alma de cada cidadão, ir ganhando forma absoluta, o que significa atingir toda a sociedade e a esfera pública [...]. Nós não somos mais um País que alardeava ser um povo que gostava de levar vantagem em tudo. Temos de nos afastar dessa visão utilitarista das pessoas e das relações entre o poder e o cidadão. Temos de criar uma nova visão, uma nova concepção e uma nova moralidade pública, republicana e igualitária (CARTA CAPITAL, 17 mar.2015, s/p).

Apesar do esforço do governo, ainda não vimos avanços na aprovação das medidas propostas contra a corrupção e isso, não significam que elas deixaram de ser praticadas nas instâncias públicas, até mesmo por causa de uma tradição caracterizada pelas atitudes patrimonialistas, clientelistas e corporativistas enviesada de corrupção que fragiliza a democracia e mantém sempre os mesmos continuadores na direção do país.

O governo petista, de Dilma vem despertando um enorme descontentamento de toda a sociedade tanto pelo alto grau de corrupção dos políticos, de confiança da presidente, como da instabilidade econômica que o país atravessa. A insatisfação das pessoas manifestada nas ruas, em meados de março deste ano, em mais de 200 cidades gritou pedindo o *impeachment* da presidente e a punição para os corruptos, entre outras reivindicações.

⁵¹ A Lei encontra-se na sua íntegra no link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm.

A governabilidade da petista não melhorou como revelam as pesquisas do Instituto Data Folha, realizada no dia 18 de março de 2015 e da Confederação Nacional do Transporte, ocorrida entre os dias 12 e 16 de julho. A primeira pesquisa aconteceu logo após os protestos de março e revelou que 62% dos entrevistados consideram o governo Dilma ruim ou péssimo, 24% dos entrevistados acham a gestão de Dilma regular e apenas 13%, ótimo ou bom (Cf. CARTA CAPITAL, 18 mar. 2015). A segunda pesquisa revela que 70,9% consideram o governo ruim ou péssimo, 20,5% regular; apenas 7,7% aprovam sua gestão (Cf. EL PAÍS, 25 jul. 2015).

No início de outubro de 2015, no Paraná também foi divulgada uma pesquisa da Federação das Indústrias do estado do Paraná (Fiep), a qual apontou que 88% dos paranaenses desaprovam o governo Dilma, 9,3% o aprovam e 2,7% não opinaram. A justificativa para tamanha rejeição está relacionada com os procedimentos adotados na sua gestão, como ajustes fiscais, manobras politiqueras, aumento da inflação e do desemprego, e, sobretudo, das notícias de corrupção na Petrobrás e das irregularidades nas prestações de contas de campanha e as do governo referentes ao ano de 2014, o que fez com que o Tribunal de Contas da União (TCU) as rejeitasse por constatar irregularidades administrativas que ferem a Lei da Responsabilidade Fiscal⁵². A reprovação do TCU reforça mais ainda a oposição para solicitar ao Congresso Nacional a abertura do processo da cassação do seu mandato.

Neste cenário político e econômico corrupto e desarrumando os jovens entrevistados expõem suas necessidades, 32% dos quais pedem escolas mais atrativas. Os jovens, ao escolherem as escolas insistem que à educação precisa ir ao encontro das necessidades dos estudantes, como em tempos atrás alertava Corti

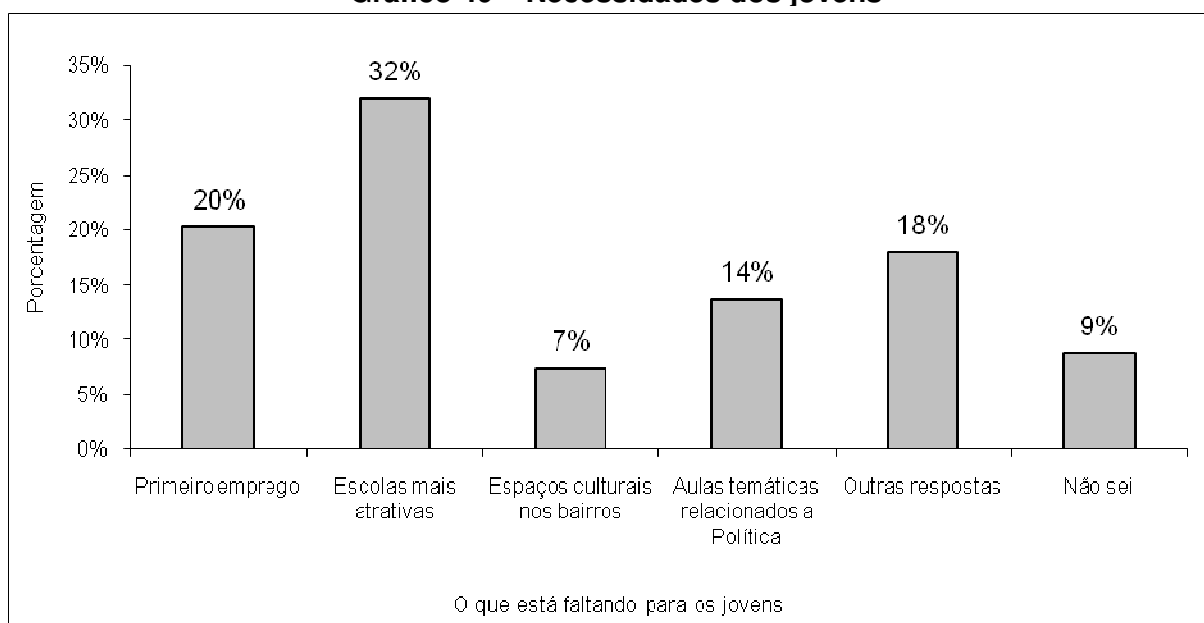
a distância entre a escola e a “escola da vida”, como dizem muitos jovens, é uma das grandes responsáveis pelo acúmulo de insucessos escolares, sobretudo, por parte dos estudantes mais empobrecidos, para quem essa distância se faz mais aguda. Desinteressante, a escola não reconhece a importância dos saberes que os alunos trazem e deixa de cumprir seu papel de difusora de conhecimentos (2001, p.08).

⁵² A Lei da Responsabilidade Social está disponível na sua íntegra no seguinte link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm.

As práticas educativas devem dialogar com os diferentes perfis dos jovens e vê-los não apenas como alunos, mas como sujeitos do seu próprio conhecimento e ainda

cobra-se participação do jovem, mas há muito pouco investimento em formação de um capital cultural que permita aos jovens acompanharem a parafernália do fazer política institucional formal e como mais eficientemente acompanhar o processo político (CASTRO; VASCONCELOS, 2007, p.112).

Gráfico 40 – Necessidades dos jovens



Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Observamos que o emprego é uma preocupação dos jovens, por garantir-lhes autonomia; pois “o trabalho para os jovens funciona quase como um rito de passagem do mundo infantil para o mundo adulto, mas principalmente, como um projeto de família em melhorar de vida, o que significa encontrar possibilidades de fugir da pobreza” (MARQUES, 1997, p.70).

Dos jovens entrevistados, 20% anseiam pelo primeiro emprego, mas a economia⁵³ atravessa uma fase inteiramente desfavorável as suas expectativas. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou, no início de outubro de 2015 uma previsão de aumento do desemprego entre os jovens, possivelmente superior a

⁵³ CARALDO, Beth. Perda de empregos acentua custos sociais da crise econômica. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/blog/beth-cataldo/post/perda-de-empregos-acentua-custos-sociais-da-crise-economica.html>. Acesso em: 22 jan.2016.

15,5%, neste ano, agravado pela instabilidade econômica. (Cf. BBC BRASIL, 08 out. 2015).

Os jovens (18%) apontaram outras respostas: ampla oferta de transporte público noturno, informação e prevenção ao uso de drogas, policiais mais preparados no trato com a juventude, acesso aos cursos técnicos, entre outras. E 14% optaram por aulas temáticas relacionadas à política, 7% desejam ter espaços culturais nos bairros e 9% não souberam responder.

5.2 Os jovens e suas opiniões de como melhorar o cenário político

O gráfico 41 trata das sugestões para melhorar a política brasileira, marcado por um cenário baseado numa tradição conservadora e autoritária, mesclada de práticas democráticas, com propostas já existentes no Congresso sobre possibilidades de mudanças através da reforma política, ou seja, temos

- a) uma tendência conservadora que resiste a qualquer mudança que crie obstáculos às concepções e práticas clientelistas e patrimonialistas; b) uma corrente elitista, que deseja reduzir o número de partidos (bipartidarismo) e o eleitorado [...]; c) uma terceira e muito heterogênea que tem na reforma político-eleitoral o objetivo de ampliar e garantir condições de igualdade do ser social para o exercício dos direitos civis e políticos no sentido lato e pleno (SEGATTO, 2015, p.103).

É muito clara, a opinião dos jovens londrinenses, que anseia por combater a corrupção. Dentre eles, 26% sugerem que haja leis mais rígidas, como prisão perpétua para qualquer tipo de corrupção, 22% que haja mais honestidade e ética por parte dos políticos, 17% que a saúde e a educação sejam melhorados, 15% que se cassem políticos corruptos, que a política seja transparente e regida pela ética e comprometida com o povo. Os números revelam o quanto os jovens são conservadores⁵⁴ nas sugestões para combater a corrupção.

Na pesquisa os jovens mostram-se decepcionados e descrentes por presenciar tanta corrupção nas instituições públicas, principalmente naquelas administradas por políticos e querem punições severas que sejam capazes de

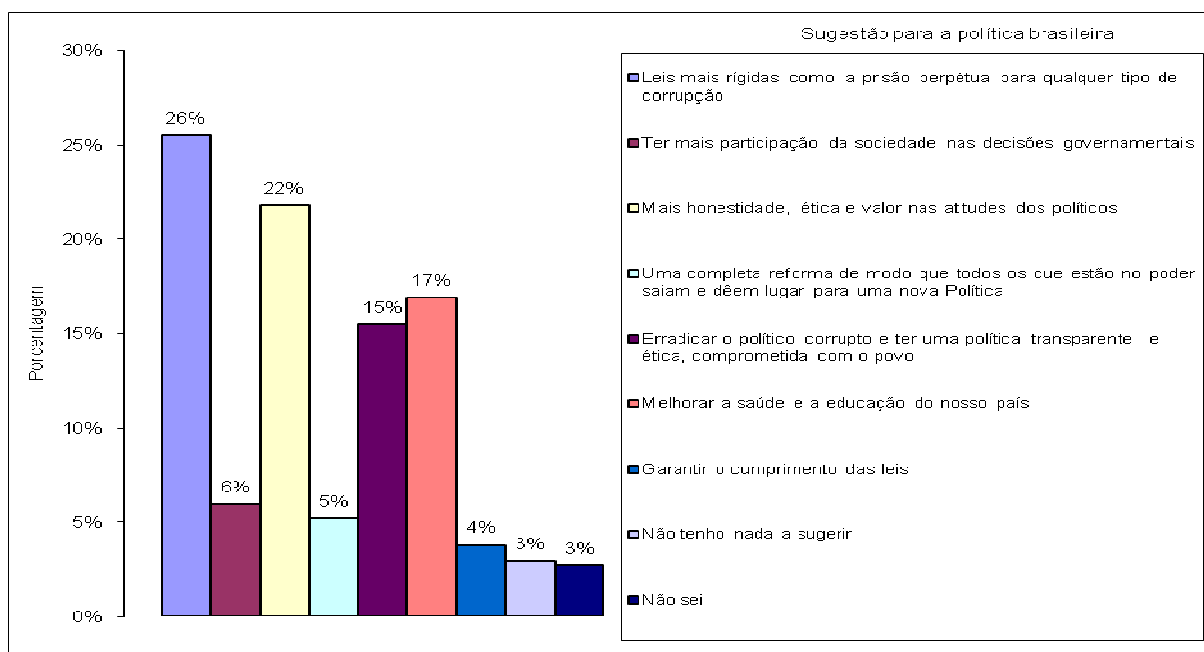
⁵⁴ Ver: BRASILINO, L. Novas expressões do conservadorismo brasileiro – Entrevista com André Singer. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 02/10/2012. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=art&id=1268>. Acesso em: 10 dez. 2015.

resgatar a confiança no sistema político, que gradativamente pode interferir na gestão de uma cultura política democrática, capaz de mobilizar adequadamente os agentes de socialização política na participação dos jovens eleitores. Para que isso efetivamente ocorra é preciso,

[...] o estabelecimento de novos estilos de pensamento e de análise científica, a recriação dos conceitos e das categorias com que se conhece o mundo [...], de uma obra educacional, de uma cultura elaborada coletivamente segundo normas, regras e valores nascidos de uma experiência histórica concreta [...] indivíduos e sujeitos sociais tenham voz ativa, participem das decisões governamentais e submetam a si a política, o Estado, o poder (NOGUEIRA, 2004, p.82).

Outras escolhas também foram elencadas: 6% desejam que a sociedade tenha mais participação nas decisões governamentais, 5% querem uma completa reforma e que todos os políticos que estão no poder saiam e deem lugar a uma nova política, 4% que se garanta o cumprimento das leis, 3% não fizeram sugestão e o mesmo número (3%) não souberam responder.

Gráfico 41 – Sugestões para melhorar a política brasileira



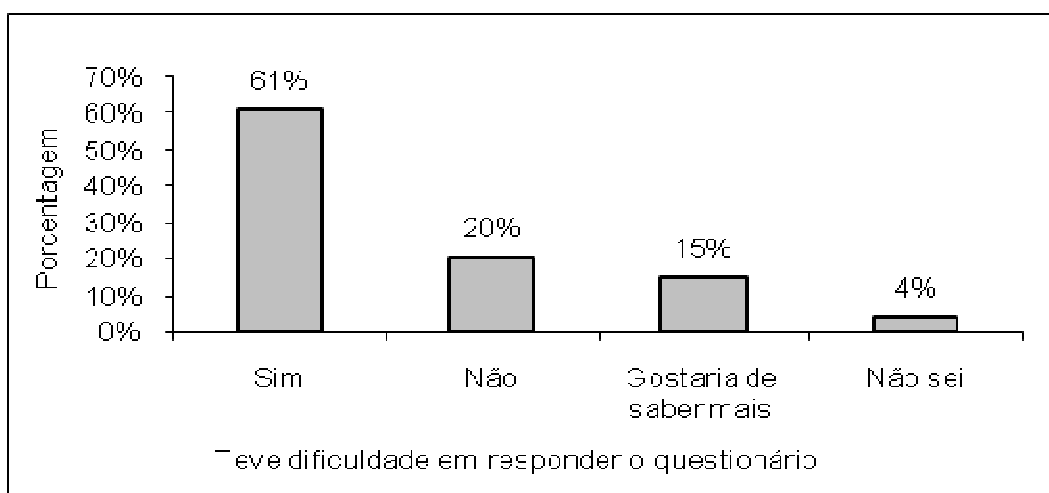
Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Para finalizar a nossa pesquisa, perguntamos aos jovens se tiveram dificuldades em responder ao questionário da nossa pesquisa, obtivemos os

seguintes dados no gráfico 42, 61% responderam que tiveram dificuldade, 20% não tiveram dificuldades, 15% gostariam de saber mais e 4% não souberam responder. Nogueira (2004) nos dá pistas de tal atitude, quando argumenta que, “passamos a viver num grande *shopping center*: há muito mercado e pouco Estado, e as pessoas – pior ainda, os grupos – parecem conformadas em agir como sujeitos definidos tão-somente pela posse de necessidades econômicas” (p.122).

Os dados nos mostraram que para os jovens a política ainda é assunto pouco esclarecido e as condições atuais de formação social e política do país dificultam e comprometem a sua participação, pois vivemos “uma cultura de desencantamento, somada a uma versão minimalista da democracia (uma democracia reduzida ao rito eleitoral e estranha à participação substantiva), ajuda a expropriar as pessoas da capacidade de decidir” (NOGUEIRA, 2004, p.122).

Gráfico 42 – Dificuldades em responder o questionário



Fonte: Da própria autora, Londrina (PR), 2014. N= 2.000.

Neste capítulo vimos que a maioria dos jovens não acredita que uma reforma política possa melhorar o sistema eleitoral, em decorrência dos arranjos e práticas clientelistas que fomentam uma cultura política distanciada dos eleitores e que não os incentiva a participar da eleição. Os jovens acreditam que é preciso que se proponham candidatos que se distingam pelo caráter e competência cumpram o prometido.

A corrupção presente nas instâncias municipais, estaduais e federais é um entrave para o desenvolvimento do país. É necessário que haja leis rígidas e capazes de punir exemplarmente qualquer tipo de prática contra a dignidade

humana. Mas, para isso não acontecer a não ser que toda a sociedade se mobilize os legisladores a criar e aplicar de leis severas.

Os jovens demonstram, através dos dados, que sabem o que querem, sobretudo quando pedem melhores escolas e oportunidades de emprego. Por isso, é preciso que a sociedade tenha um olhar atento para este público juvenil, disponibilizando espaços de experiências democráticas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre as percepções políticas dos jovens estudantes na faixa etária de 16 e 17 anos, da escola pública de Londrina, permite-nos traçar o seu perfil, seus valores, suas atitudes e modos de pensar sobre a participação política, sobretudo, no que se refere ao interesse em tirar o título de eleitor. Estudar e pesquisar esta temática é um desafio para o cientista social, mesmo com a ajuda da literatura sobre o tema, é trabalho complexo, visto que não há uma única juventude.

As gerações atribuem novos sentidos e significados em sua condição, fazendo que nenhuma seja igual à outra. São singulares da sua maneira de ser e se expressar como protagonistas no seu contexto sociocultural. Por isso, os adultos não devem comparar as atuais juventudes com as anteriores, mas perceber as especificidades de cada uma.

Portanto, a caracterização social dos jovens estudantes de Londrina revela a grande maioria dos jovens identificados das escolas públicas que moram na área urbana, espalhados nas cinco regiões: norte, leste, oeste, centro e sul. Há pouca diferença entre o sexo feminino e o masculino: o número das jovens é maior que o dos jovens. Na idade de 16 anos temos o maior número de entrevistados matriculados no 3º ano do Ensino Médio no período matutino. A maior parte dos estudantes relata que já tiveram experiências com o trabalho. A preocupação mais imediata nessa idade, principalmente a dos alunos da manhã, é com o cursinho, o vestibular, o Enem e o Prouni, que garantem o acesso ao curso superior.

Quanto ao grau de satisfação, os jovens entrevistados assinalaram que estão muito satisfeitos com a família, com os amigos e com a maneira como se divertem. Também se demonstraram satisfeitos com os estudos, mesmo que ainda não os relacionem com a situação política, social e econômica do país.

Os estudantes manifestam insatisfações com práticas governamentais. Os pesquisados vivem bem na esfera privada, porém, estão desencantados com o cenário econômico e político do Brasil. Por falta de uma socialização política, não conseguem ter uma visão holística da sociedade, no sentido de perceber relação entre a vida privada e a pública.

Entre os jovens de 16 e 17 anos, de 1992 até 2014, nos pleitos eletivos, os números oscilam para cima e para baixo, influenciados pelo contexto em que

ocorrem as eleições. É possível constatar que os jovens eleitores, tanto no Brasil como no Paraná e em Londrina, são bombardeados quase que diariamente por notícias sobre corrupção de políticos. É visível, muitas vezes, a ausência de uma cultura política cidadã entre grande número de políticos e governantes. Provavelmente este fenômeno justifica o ceticismo dos eleitores jovens em relação à política.

Quando questionados sobre a importância que atribuem à política na sua vida, os estudantes responderam que ela não é tão importante. Isso quer dizer que não conseguem relacionar seus afazeres e sua vida com a política. Eles consideram as atividades políticas distantes de sua realidade. Esta dissociação entre a política institucional e a política da vida cotidiana interfere negativamente na visão que os jovens possuem sobre participação, pois esta é um meio por excelência de praticar a democracia e ampliar os direitos de cidadania.

O cenário sociocultural e econômico influencia fortemente no modo como os jovens se engajam na política. O que notamos pelos dados é que a grande maioria dos entrevistados tem a ideia de que política é sinônimo de corrupção e não vale à pena tirar o título, pois a eleição não traz nenhuma mudança. Essa ideia desfaz a visão de que os jovens se mostram alienados da política. Eles concebem a política de acordo com a forma como foram socializados. Esse contexto destaca a importância dos agentes socializadores na conscientização dos jovens, sobretudo na escola.

Os estudantes da faixa etária de 16 e 17 anos, quando tiraram o título de eleitor, foram motivados a isso pela possibilidade de contribuírem para mudanças no cenário político. O voto não deveria ser obrigatório, na opinião destes jovens. Segundo eles, isso evitaria que eleitores desinteressados e desinformados participassem dos pleitos eletivos. Nas eleições estaduais e federais de 2014, os jovens disseram não estar muito interessados em participar do processo eleitoral.

A maior parte dos jovens londrinenses não possui preferência partidária nem se interessa em participar de partidos políticos. Sua participação é reduzida e voltada para a Pastoral da Juventude ou para outras associações religiosas. Eles já participaram, embora timidamente, dos protestos de rua, da associação estudantil e/ou grêmio. Quando perguntados em que gostariam de participar, revelaram interesse em movimentos de melhorias da sua cidade.

A participação não é importante somente nas eleições. Ela é fundamental em todas as instâncias. Só participando é possível interferir nos processos culturais, sociais e políticos, dando respostas à crise ética das instituições ao garantir que o Estado assegure os direitos sociais inscritos na Constituição brasileira.

Das manifestações de junho de 2013, que se reproduziram em várias cidades do Brasil, também em Londrina, os entrevistados não participaram massivamente, embora as tenham considerado importantes como um recado ao governo de que estão decepcionados e se veem desassistidos em seus direitos básicos. Exigem uma reforma política, que seja efetivamente capaz de atender as demandas de todas as faixas etárias, baseadas em princípios democráticos.

Nos aspectos políticos e culturais de socialização dos jovens observamos que, apesar de tantos meios modernos de comunicação, como *Twitter*, *Whatsapp*, *Facebook*, os jovens das escolas públicas ainda são influenciados, na hora de votar, pela televisão aberta, considerada como quarto poder. A televisão tenta homogeneizar ao apresentar, de forma fragmentária, os conteúdos, influenciando a forma de pensá-los.

Os estudantes revelaram que confiam muito nas religiões e/ou nas pastorais religiosas. Na escola, responsável por sua formação acadêmica e lugar onde eles passam um período significativo da vida, sua confiança é razoável. Os sindicatos, mais próximos dos pais e dos professores, despertam pouca confiança nos jovens.

Os londrinenses têm pouca confiança nos partidos políticos. É curioso que, num país com mais de trinta partidos os jovens não deem crédito aos partidos. São muitos os motivos que justificam essa atitude dos jovens diante da política e dos partidos políticos. Isso aponta para a existência de uma cisão entre as demandas dos jovens e as atribuições do partido político.

Vimos também que as conversas sobre políticas entre familiares e amigos são quase inexistentes. Constatamos também que nas famílias, em círculo de amigos e de estudantes, pouco ou quase nada se fala sobre protestos, reivindicação de direitos, voto, candidatura e na necessidade de pressionar os políticos a trabalharem nos processos de mudanças. Também pouco se fala em política na escola.

Pelos dados da pesquisa notamos que os estudantes sentem a necessidade de que nas eleições sejam propostos candidatos com mais competência, ética e moralidade. Eles querem que as escolas sejam atualizadas, satisfaçam suas

expectativas e os preparem para a vida. Sugerem que as leis contra todo tipo de corrupção sejam severas e realmente aplicadas.

Os pesquisados entendem que a política atual não os incentiva a participar das eleições. A política institucional está fortemente relacionada ao legado histórico-cultural da formação do povo brasileiro, marcado por práticas excludentes, clientelistas e patrimonialistas o que a aproxima de uma compreensão vinculada exclusivamente às eleições.

Em razão disso, vemos o quanto é importante a função socializadora da escola, da família e dos meios de comunicação na formação dos valores democráticos de cidadania. É um processo gradativo de cultura política, em que os agentes de socialização também precisam ter uma orientação clara em favor da participação política.

Para isso, destacamos a importância do ensino de Sociologia nas escolas de Londrina, através das atividades desenvolvidas pelo LENPES (Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia), onde se estabeleceu a parceria para aplicação dessa pesquisa. Estamos conscientes tanto da relevância e obrigatoriedade/permanência definitiva da Sociologia no currículo do Ensino Médio, quanto das contribuições que essa ciência pode dar para a formação dos alunos e dos desafios que os professores ainda encontram na consolidação dessa disciplina.

Para Flávio Sarandy (2003), mais que expor os chamados “problemas sociais” ou ensinar um elenco sem fim de conceitos, a Sociologia no Ensino Médio proporciona o desenvolvimento da percepção sociológica. Nesse contexto, uma das preocupações maiores da Sociologia, como já disse Sarandy (2003),

está em educar o olhar e processar tanto informações como saberes já produzidos [...] O conhecimento sociológico certamente beneficia o educando na medida em que lhe permite uma análise mais acurada da realidade que o cerca [...] Mais que isto, a Sociologia constitui contribuição decisiva para a formação da pessoa humana, já que nega o individualismo e demonstra claramente nossa dependência em relação ao todo, isto é, à sociedade na qual estamos inseridos (SARANDY, 2003, p.2).

No que diz respeito à garantia da inclusão da Sociologia e da Filosofia no currículo do Ensino Médio brasileiro, muitas desafios já foram superados. Porém, essa ciência continua sendo desafiada a explicar as razões de sua permanência na escola. Basta-nos lembrar o exemplo do veto do governador de São Paulo ao

projeto aprovado na Assembleia Legislativa e os pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) contra a obrigatoriedade das disciplinas (OCNs, 2006). Isso nos permite afirmar que “o processo de institucionalização da Sociologia, por exemplo, dependeu e depende das condições sociais, econômicas e culturais das sociedades modernas” (ANEXO II, 2004, p. 233).

Atualmente, a disciplina de Sociologia está presente em todo o Núcleo Regional de ensino de Londrina, nas três séries do ensino médio, com variações de carga horária nos cursos técnicos e blocados⁵⁵. Sobre o ensino de Sociologia na educação básica, as orientações dadas nos documentos oficiais⁵⁶ partem de conteúdos estruturantes, tais como: o surgimento da Sociologia e as teorias sociológicas; o processo de socialização e as instituições sociais; cultura e indústria cultural; trabalho, produção e classes sociais; poder, política e ideologia; direitos, cidadania e movimentos sociais.

Nesse sentido, destacamos que os dois últimos conteúdos, que tratam diretamente dos temas relacionados com as instituições políticas, são dados somente no último ano do curso e geralmente no segundo semestre do ano letivo. Esses dois últimos conteúdos são fundamentais para o processo de socialização política desses jovens.

Os agentes de socialização que conseguem vincular tais conteúdos com as preocupações mais imediatas do cotidiano dos estudantes, como vestibular, cursinho e trabalho, por exemplo, têm a oportunidade de ampliar a cultura política dessas gerações, preenchendo assim uma lacuna significativa na formação destes jovens e contribuindo com discussão e na problematização dos fenômenos sociais e políticos.

Para tanto, é necessário que na escola sejam disponibilizados espaços onde se debatam temas referentes à política, à cidadania e à vida em sociedade, porque o homem é um ser político e “isto significa retomar e defender a política: reformar suas instituições e reinventá-la como prática e como cultura. Significa voltar a fazer

⁵⁵ Desde 2007, foi implantado o ensino blocado a fim de amenizar os altos índices de evasão escolar, nele as disciplinas são organizadas em forma de bloco e semestral.

⁵⁶ Ver os documentos oficiais: BRASIL. Mec. Secretaria Da Educação Básica. *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Ciências Humanas E Suas Tecnologias. Conhecimentos De Sociologia, 2006; PARANÁ. *Diretrizes curriculares da educação básica: Sociologia*. Governo do Paraná. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Departamento de Educação Básica, 2008.

política: repolitizar a vida, as atividades, o modo de pensar” (NOGUEIRA, 2004, p.133).

É preciso, portanto, que as instituições potencializem espaços de debates e formação continuada, inclusive nos partidos políticos, tão mal-vistos pelos jovens pesquisados. Estas instâncias precisam fazer um exercício de auto reflexão de suas práticas para ressignificá-las, neste tempo histórico, a fim de ampliar coletivamente o sentido de fazer política.

É mais do que urgente que os jovens tenham consciência de seu valor e importância na sociedade, para agirem mais, coletivamente. Assim compreenderão que ser cidadão é muito mais do que modismo ou definição ideológica.

Diante dessas constatações, os dados apresentados por este estudo não esgotam o tema, mas propõem uma reflexão sobre juventude e sua relação com a política. Portanto, espera-se que este estudo se torne uma referência regional e um material de apoio metodológico para que as instituições se aprofundem no conhecimento do perfil e do comportamento político das juventudes, o que pode ser ampliado com novas versões e diferentes recortes, tarefa que não pode ficar restrita às disciplinas de Sociologia e de Filosofia nas escolas, ainda que se entenda que cabe a elas a tarefa de desnaturalizar e problematizar os fenômenos sociais e culturais. Cabe, no entanto, a todas as instituições sociais a redefinição de novas leituras da contemporaneidade que conduzam a redirecionamentos na cultura política do país.

Em síntese, nossa pesquisa objetivou contribuir para a ampliação e o aprofundamento do tema, ao localizá-la territorialmente em Londrina/Paraná, datá-la e recortá-la. Nesse empenho, ouviram-se aproximadamente dois mil jovens de 16 e 17 anos de escolas públicas e ao mesmo tempo provocando inquietações nas instituições de ensino visitadas, para a relevância da continuidade das reflexões a respeito de variados conceitos da cultura política.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo, Scritta, 1994.

_____. A apatia da juventude é um mito. *Jornal Mundo Jovem*, PUCRS-Porto Alegre, maio 2000, p. 16.

ABRAMO, H. W. ; BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, M. ; CASTRO, M. G. (Coord.). *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006.

ABRAMOVAY, M.; LIMA, F. S.; PINHEIRO, L. C.; CASTRO, M.; RODRÍGUEZ, Ernesto. (orgs.). *Políticas Públicas De/Para/Com As Juventudes*. Brasília: UNESCO, 2004. v. 1. 304 p.

ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz Carlos. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos. (orgs) *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Coleção Educação para Todos. 1ªed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007., p.19-54.

AGÊNCIA BRASIL. Desinteresse de brasileiros nas eleições é de 26%. 19 jun. 2014. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/politica/eleicoes/noticias/desinteresse-de-brasileiros-nas-eleicoes-e-de-26-1600321>. Acesso em: 19 jan. 2015.

AGENDA PÚBLICA. *Kit de Gestão de Políticas Públicas de Juventude*, 2015. Disponível em: http://agendapublica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/af_volume_1_politicas_de_juventude.pdf . Acesso em: 10 dez.2015.

AKATU, Instituto. *Os jovens e o consumo sustentável: construindo o próprio futuro?* 2001. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/Publicacoes/26-PesquisaJovemConsumoSustentavel.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2015.

ALMEIDA, Renato S. Participação política, quando o jovem entra em cena. *Jornal Mundo Jovem*. Edição nº390, set.2008. Disponível em: <http://www.mundojovem.com.br/entrevistas/participacao-politica-quando-o-jovem-entra-em-cena>. Acesso em: 28 nov.2014.

ALMOND, G.; VERBA, S.. *The Civic Culture*. Princeton, Princeton University Press, 1963.

ALMOND, G. A.; POWELL, G. B. *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, David. [et al]. *Occupy*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p.31-38.

ALVES, José Eustáquio D. *O envelhecimento do eleitorado brasileiro*. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.com/comportamentos/item/3245-o-envelhecimento-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em: 30 set. 2015.

ANEXO II. Projeto de Extensão Universitária. Laboratório de Ensino de Sociologia. Universidade Estadual de Londrina. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (org) *Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio*. IJÍ: Ed. Unijuí, 2004. p. 233 a 263.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; NETO, Miguel Farah. Juventudes e Trajetórias Escolares: conquistando o direito à educação. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos. (orgs) *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Coleção Educação para Todos. 1ªed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007., p.55-78.

ARAUJO, Angélica Lyra de. *Juventude e Participação Política: o jovem eleitor de Londrina*. [Mestrado]. Universidade Estadual de Londrina, 2007.

ARIÉS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: J.Zahar, 1981.

APROVAÇÃO de Dilma despenca e chega a apenas 7,7%, diz pesquisa da CNT. 25 julho 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/21/politica/1437493991_798914.html. Acesso em: 08 Out.. 2015.

AS MELHORES frases dos protestos do Brasil. Disponível em: <http://frasesdatelinha.blogspot.com.br/2013/06/frases-protestos-2013-brasil.html#.U6xAxZRdWyE>. Acesso em: 25 jun.2014.

AVELAR, Lúcia. Participação Política. In: AVELAR, LÚCIA; CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrd-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp; 2004, p.223-248.

BANNWART JÚNIOR, Clodomiro José. 30 anos das 'Diretas Já'. Espaço Aberto. *Folha de Londrina*. 25 jan. 2014. p.02.

BAQUERO, M. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. A Cultura Política na agenda da democratização na América Latina. In: BAQUERO, Marcelo. (Org.). *Cultura(s) Política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2011.

_____. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 98-104, Dec. 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 dez. 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000400>.

BAQUERO, Marcelo; PRÁ, Jussara. *Cultura Política Gaúcha: História E Comportamento Político*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

BBC BRASIL. *Desemprego de jovens no Brasil deve superar média mundial, diz Oit.* 08/10/2015. Disponível em:
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151008_desemprego_oit_df_ab.
 Acesso em: 13 out.2015.

BONFIM, Washington. Eleições presidenciais e crise econômica. - Julho 2002. *Especial para Gramsci e o Brasil*. Disponível em:
<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=188>. Acesso em: 10 set. 2015.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Mec. Secretaria Da Educação Básica. *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Ciências Humanas E Suas Tecnologias. Conhecimentos De Sociologia, 2006.

_____. OCNS *Orientações Curriculares Nacionais*. Sociologia. MEC. 2006.

_____. Projeto de Lei nº 499/2013, de 28 de novembro de 2013. Lei Antiterrorismo. Disponível em:
<http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=141938&tp=1>. Acesso em: 16 jun.2014.

_____. Lei nº 12.891/2013. Minirreforma Eleitoral. Diário Oficial da União. Brasília - DF, quinta-feira, 12 de dezembro de 2013. Disponível em:
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=12/12/2013>. Acesso em: 28 jun.2014.

_____. Secretária Nacional da Juventude. *Agenda da juventude Brasil: pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013*. Participatório, observatório participativo da juventude. Brasília, 2013.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASILINO, L. Novas expressões do conservadorismo brasileiro – Entrevista com André Singer. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 02/10/2012. Disponível em:
<https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=art&id=1268>. Acesso em: 10 dez. 2015.

BRENNER, Ana Karina; CARRANO, Paulo. Formas e conteúdos da participação de jovens na vida pública. *Revista Proposta - Fase*. Juventude: a arte do poder; jan/mar de 2008 - Ano 32 - n. 115, p. 66-71.

BRENNER, Ana Karina; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; DAYRELL, Juarez. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.) *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa social*. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005, p.175-213.

CÂMARA NOTÍCIAS. Cientista político explica por que muitos eleitores esquecem em quem votam. 05/10/2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/politica/475318-cientista-politico-explica-por-que-muitos-eleitores-esquecem-em-quem-votam.html>. Acesso em: 30 set. 2015.

CAMARGO, Wanda. Rolezinho e inserção. Espaço Aberto. *Folha de Londrina*. 02 fev. 2014. p. 02.

CAMPONEZ, Adriana Andrella; CORREA, Cristiano Pinheiro. A Articulação entre ensino e pesquisa na produção de material didático temático voltado para o ensino de Sociologia. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/VI-SS-Sociologia/trabalhos/OFICINAS%20PARA%20ANAIS2013%20.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

CANCIAN, RENATO. *Governo Collor De Mello (1990-1992): Presidente Renuncia*. Especial para a página 3 Pedagogia & Comunicação. 02/11/2006. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-collor-de-mello-1990-1992-Presidente-Renuncia.Htm>. Acesso Em: 25 Ago.2015.

CARALDO, Beth. Perda de empregos acentua custos sociais da crise econômica. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/blog/beth-cataldo/post/perda-de-empregos-acentua-custos-sociais-da-crise-economica.html>. Acesso em: 22 jan.2016.

CARDOSO, Ruth; SAMPAIO, Helena. *Bibliografia sobre a juventude*. São Paulo: EDUSP, 1995.

CARLOS, Eliana Carlos. *A mídia e as manifestações de junho de 2013: uma análise de produtos midiáticos*. [dissertação de mestrado]. Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2015.

CARNEIROS, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David. [et al]. *Occupy*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 07-14.

CARVALHO, J. G. *Integração e dinâmica regional: o desenvolvimento recente da Região Administrativa de São José do Rio Preto (1980 – 2000)*. Unicamp. IE. Dissertação de mestrado em desenvolvimento econômico, 2004.

CARRANO, P. C. R. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Juventudes: as identidades são múltiplas. *Revista Movimento*, Faculdade de Educação da UFF, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2000, p. 11-27.

_____. *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

_____. *Identidades juvenis e escola. Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005, p.153-164.

CARRANO, Paulo; MARTINS, Carlos Henrique dos Santos. *Culturas Juvenis Em Espaços Populares Culturas E Expressividades Juvenis: Uma Janela Para A Escola*. Debate Salto para o Futuro – *Juventudes em Rede: Jovens Produzindo Educação, Trabalho E Cultura*. Boletim 24. NOV. 2007. p.34-45.

CARTA CAPITAL. Após vitória, Dilma promete priorizar reforma política. Eleições 2014. 27 nov. 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/em-discurso-apos-vitoria-dilma-promete-reforma-politica-como-prioridade-9420.html>. Acesso em: 08 out. 2015.

CARTA CAPITAL. Com pacote anticorrupção, Dilma tenta reagir. 17 março 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/com-pacote-anticorrupcao-dilma-tenta-reagir-9617.html>. Acesso em: 08 out. 2015.

CARTA CAPITAL. Dilma Rousseff tem a maior reprovação desde Collor, diz Datafolha.. 18 Março 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/dilma-rousseff-tem-a-maior-reprovacao-desde-collor-3614.html>. Acesso em: 08 out. 2015.

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança. Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v.01.

_____. *A galáxia da internet: reflexão sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTRO, Mary G.; ABRAMOVAY, Miriam. *Quebrando Mitos: Juventude, participação e políticas*. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude - Brasília, CONJUVE/SNJ/RITLA, 2009 -350p.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cad. Pesqui.*, São Paulo , n. 116, p. 143-176, July 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Apr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000200007>.

CASTRO, Mary Garcia; VASCONCELOS, Augusto. *Juventudes e Participação Política na Contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações*. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos. (orgs) *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Coleção Educação para Todos. 1ªed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007, p.79-116.

CASTRO, Mônica Mata Machado de; NUNES, Felipe. Candidatos corruptos são punidos?: accountability na eleição brasileira de 2006. *Opin. Pública*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 26-48, Apr. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762014000100002>. Acesso em: 10 set. 2015.

CENTRO DE REFERÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO; INSTITUTO VOX POPULI. *Relatório de pesquisa*. Belo Horizonte, 2008.
_____. *Relatório de pesquisa*. Belo Horizonte, 2009.

CHAVES Junior, E.O. Políticas de juventude: Evolução histórica e definição. *Cadernos, Juventude e desenvolvimento*, v.1. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Brasília.

CHAVES, J.C.; SOUZA, R.P. Uma análise da visão política do jovem no mundo Moderno. In: *Sociedade Brasileira de Psicologia*. Resumo de Comunicações Científicas. XXXII Reunião Anual, p.192-193. Florianópolis: SBP, 2002.

CHAMPAGNE, P. et al. *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CINTRA, Antonio Octávio. A Política Tradicional Brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. *Cadernos Do Dcp*, n.01. Belo Horizonte, Departamento De Ciência Política, UFMG, MAR.1974.

CODATO, ADRIANO N.; Santos, Fernando J. (orgs.). *Partidos E Eleições No Paraná: uma abordagem histórica suplemento: Paraná Eleitoral*. Edição Comemorativa: 60 Anos - Tribunal Regional Eleitoral Do Paraná, 2006.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-Lda. *Situação das favelas, assentamentos e ocupações urbanas de Londrina*. Londrina: COHAB-Lda, 2003.

CONNECTA. O jovem internauta brasileiro possui perfil em 7 redes sociais. 18/07/2014. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/O-jovem-internauta-brasileiro-possui-perfil-em-sete-redes-sociais.aspx>. Acesso em: 28 nov.2014.

CORTI, Ana Paula; FREITAS, Maria Virgínia; SPÓSITO, Marília. *O Encontro Das Culturas Juvenis Com A Escola*. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa E Informação, 2001.

COSTA, A.C.G. O adolescente como protagonista. *Cadernos, Juventude e desenvolvimento*, v.1. Ministério da saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Brasília,1999.

COSTA, Márcia Regina. *Os Carecas do subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. São Paulo: Editora Musa, 2000.

COSTANZI, Rogério Nagamine. Trabalho decente e juventude no Brasil. [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho, 2009. 220 p. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf. Acesso em: 19 jan. 2015.

CRUZEIRO DO SUL. O Desinteresse do jovem. Sorocaba. Editorial, 17 ago. 2014. Disponível em: <http://www.cruzeirodosul.inf.br/materia/564750/o-desinteresse-do-jovem>. Acesso em: 19 jan. 2015.

DATAFOLHA. Rejeição a voto obrigatório atinge 61% e alcança taxa recorde entre brasileiros. Eleições: 12/05/2014. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/05/1453158-rejeicao-a-voto-obrigatorio-atinge-61-e-alcanca-taxa-recorde-entre-brasileiros.shtml>. Acesso em: 17 jul. 2015.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.28, n.100, out.2007.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo C. *Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo*. Disponível em: http://formacaoredefale.pbworks.com/f/Jovens+no+Brasil_Dif%C3%ADceis+Travessias_Paulo+Carrano.pdf. Acesso em: 25 nov. 2014.

DAYRELL, Juarez; GOMES, L. N.; LEÃO, G. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 38, p. 237-252, set./dez. 2010. Editora UFPR.

DESPOSATO, Scott W. Reforma política brasileira: o que precisa ser consertado, o que não precisa e o fazer. In: NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy J. (Orgs.). *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.123-154.

DUBET, F. Protestos Juvenis. Entrevista. “MIC, Um espaço de debate e Cidadania”. 2013. Disponível em: <http://www.micportugal.org/index.htm?no=10001176>. Acesso em: 17 jun.2014

DUBY, G. Aux XII^e siecles: les “jeunes” dans la société aristocratique. In: Le Goff, J. O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval. Lisboa, Edições 70, 1985. p. 67.

DULCI, Otávio Soares. A incômoda questão dos partidos no Brasil. In: AVELAR, Lúcia. Participação Política. In: AVELAR, LÚCIA; CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrd-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp; 2004, p.300-320.

EASTON, D. & DENNIS, J. *Children in political system: origins of political legitimacy*. New York: McGraw-Hill, 1969.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil [et al]. *Estar no papel: cartas dos jovens do ensino médio*. Brasília: UNESCO, INEP/MEC, 2005. 139 p.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

FOLHA DE LONDRINA. Pesquisa realizada no período de 01 jun. 2013 à 30 jun. 2013. Londrina, Paraná.

FOLHA de São Paulo. *Escândalo na Petrobrás*. Entenda a operação Lava Jato, da Polícia Federal. 14 nov.2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml>. Acesso em: 19 jan.2015.

_____. Rejeição ao voto obrigatório sobe para 61% do eleitorado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1452545-rejeicao-ao-voto-obrigatorio-sobe-para-61-do-eleitorado.shtml?rtqa=33dd431dc3844263873e79ac03ccb603>. Acesso em: 10 jan. 2016.

FOLHA OPINIÃO. Afinal, o que querem os jovens? *Folha de Londrina*. 26 jan. 2014, p.02.

FORACCHI, M. *A O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FREITAS, Felipe Silva da. *Votos aos 16: uma conquista do povo brasileiro*. 2010. Disponível em: <http://www.casadajuventude.org.br/index.php?option=content&task=view&id=2821&Itemid=0>. Acesso em: 25 nov.2014.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Juventude: cultura e cidadania*. 1999. (Coordenação de Gustavo Venturi e Marisol Recamán). Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em: 30 jan. 2013.

G1 – NORTE E NOROESTE Gaeco cumpre nova fase de operação contra corrupção na Receita Estadual. 10/06/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/06/gaeco-cumpre-mandados-judiciais-em-nova-fase-da-operacao-publicano.html>. Acesso em: 11 jun. 2015.

G1 PR. Entenda O 'Pacotão' Apresentado Pelo Governo Do Paraná. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/02/entenda-o-pacotaco-apresentado-pelo-governo-do-parana.html>. 11/02/2015. Acesso em: 21 jul. 2015.

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. *Fora Collor*. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/fora-collor/>. Acesso em: 03 mar 2014.

GAZETA DO POVO. 35,7% Dos Curitibanos Já Não Lembram Em Quem Votaram Para Vereador [Vida Pública – Legislativo]. 04 jan. 2013. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/357-dos-curitibanos-ja-nao-lembram-em-quem-votaram-para-vereador-cgt06lzcl5iw9lzzzfp0qz2y1>. Acesso em: 30 set. 2015.

GAZETA DO POVO. *Pesquisa realizada no período de 01 jun. 2013 à 30 jun. 2013*. Londrina, Paraná.

_____. *Onze crises marcaram os últimos treze anos*. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?tl=1&id=1254074&tit=Onze-criises-marcaram-os-ultimos-treze-anos>. 13/05/2012. Acesso em: 20 out.2014

GOMES, Jerusa V. Jovens Urbanos Pobres. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 nº5 Set/Out/Nov/Dez 1997 nº6. p.53-62.

GREENBERG, Edward S. *Political socialization*. New York: Atherton, c1970. 199p.

HÁ 45 anos, jovens também faziam megamarcha. *Gazeta do Povo*, 23 jun. 2013.
Disponível em:
<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1384541>. Acesso em: 22 set.2014.

HYMAN, H. *Political socialization: a study in the psychology of political behavior*. Glencoe: The Free Press, 1959.

IANNI, Octávio. O jovem radical. In: BRITO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, v. 01, p.225-242

_____. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. O Príncipe Eletrônico. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v.22, p.11-29, 1999.
Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/2079/1701>. Acesso em: 10 dez. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico*. Unidade Territorial: Londrina. 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 07 jul.2015.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. *Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) 2011*. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Concurso/inaf2011-2012.pdf>. Acesso em: 04 abr.2016.

ÍNDICE de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010 /organizadores: Doriam Luis Borges de Melo, Ignácio Cano. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_indiceha10.pdf. Acesso em: 10 jun. 2013.

IBOPE. Pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Junho de 2013b. Acesso em: 24 jun.2014.

_____. Pesquisa de opinião pública sobre as Manifestações. Brasil. Junho de 2013a. Disponível em: http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/JOB_0948_BRASIL%20-%20Relatorio%20de%20tabelas.pdf. Acesso em: 16 jun. 2014.

IDEAS, Scup. A semana em protestos: dados das mídias sociais. Disponível em: <http://ideas.scup.com/pt/especiais/a-semana-em-protestos-dados-das-midias-sociais/>. Acesso em: 25 jun.2014.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Paranaense. *Caderno Estatístico*. Município de Londrina. Dezembro 2013.

ISTO É. O que os jovens pensam sobre a política. Nº 2336. 29 ago.2014. Disponível em:

http://www.istoe.com.br/reportagens/380009_O+QUE+OS+JOVENS+PENSAM+SOBRE+A+POLITICA. Acesso em: 28 nov. 2014.

JENNINGS, M. K.; NIEMI, RICHARD G. *The political character of adolescence: the Influence Of Families And Schools*. Princeton: Princeton University Press, 1974.

JENNINGS, M. K; MARKUS, G. B. *Partisan orientations over the long haul: results from the three-wave political socialization panel study*. The American Political Science Review, v. 78, n. 4, p. 1000-1018, 1984.

JORDY, Arnaldo. A juventude toma conta das ruas. *Política Democrática - Revista de Política e Cultura*. Brasília/DF: Fundação Astrogildo Pereira. Ano XII. Nº 36, 2013, p.24-25.

JORNAL DE LONDRINA. Pesquisa realizada no período de 01 jun. 2013 à 30 jun. 2013. Londrina, Paraná.

_____.Publicano, Voldemort e exploração sexual: entenda as três investigações do gaeco de Londrina. 21/03/2015. Disponível em: <http://www.jornaldelondrina.com.br/londrina/conteudo.phtml?tl=1&id=1535326&tit=publicano-voldemort-e-exploracao-sexual-entenda-as-tres-investigacoes-do-gaeco-de-londrina>. Acesso em: 11 Jun. 2015.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p.89-114.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas De Juventude: Políticas Públicas Ou Políticas Governamentais? *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara, 18/19, 193-203, 2005.

KRAWCZYK Nora. *O ensino Médio no Brasil*. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

KOERNER, Andrei; SCHILLING, Flávia. O direito regenerará a República? Notas sobre a política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo.(Orgs). *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p.75-89.

KUENZER, A. Z. *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 5. ed., São Paulo- SP: Cortez, 2007.

KUSCHNIR, K.; CARNEIRO, L. P. As dimensões subjetivas da Política: cultura política e antropologia política. In: *Revista de Estudos Históricos*. Vol. 13. nº 24. Rio de Janeiro, 1999. p. 227-250.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LENARDÃO, Elcio. *O clientelismo político no Brasil contemporâneo: algumas razões de sua sobrevivência*. [Tese]. Unesp/Campus Araraquara, 2006.

LIBONI, Marcos. Manifestações de rua: falta de limites e a estética do terror. Espaço Aberto. *Folha de Londrina*. 16 jan. 2014, p.02.

LIMA, Ângela Maria de Sousa [et al]. A relevância da pesquisa ação nos estudos sobre evasão escolar: contribuições do projeto LENPES (Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia) para repensar novas relações entre estado, política e sociedade. *SEPECH*, UEL, 2010.

LIMONGI, Fernando; CHEIBUB, José Antonio; FIGUEIREDO, Argelina C. Participação política no Brasil In: ARRETCHE, Marta (Org.) *Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015, p.23-49

LOPES, Júlio V. Queda no número de eleitores jovens é alerta para a democracia, diz pesquisador. 12/08/2014. *Agência Brasil*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-08/diminuicao-de-eleitores-jovens-significa-alerta-para-democracia>. Acesso em: 28 nov.2014.

LUCINDA, Elisa. Só de sacanagem. Disponível em: <http://www.poesiaspoemaseversos.com.br/so-de-sacanagem-elisa-lucinda-com-video/#.U7SxtpRdWyE>. Acesso em: 28 jun.2014.

MADEIRA, Felicia, (1986). Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 58.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, 2003, vol. XXXVIII, nº 167, p.277-293.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: *Sociologia da Juventude*. Rio de Janeiro: Zahar. v. 1, 1968.

_____. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. Karl *Mannheim*. São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1982.

_____. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. A. *Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação*. 3ªed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1967, p.91-97.

MARGULIS, M.; Urresti, M. *Juventud es más que una palabra: ensaios sobre cultura e juventud*. 3ª Ed. Buenos Aires: Biblos, 2008. Disponível em: http://perio.unlp.edu.ar/teorias/index_archivos/margulis_la_juventud.pdf. Acesso em: 01 dez.2014

MARICATO, Ermínia. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARQUES, Maria Ornélia da Silveira. Escola noturna e jovens. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.5/6, p.63-75, maio/dez. 1997.

MARTINS, José Souza de. Revolta do vintém. Opinião. *Estadão*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/colunistas/jose-de-souza-martins,#colunistas>. 30 jun. 2013. Acesso em: 19 mar.2014.

_____. O variável humor das ruas. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,o-variavel-humor-das-ruas,1170841>. *Folha Estadão*, Maio 2014. Acesso Em: 22 Set. 2014.

MARTINS, Suely Ap^a. *Caminhos e descaminhos da socialização política na Pastoral da Juventude: o caso de Londrina*. [Mestrado] Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

MAZZA, Geraldo, Interlocução ausente. *Folha de Londrina*. 23 jun.2013, p.02.

MELUCCI, A. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Young*. pp.3-14, 4,nº2, 1996. .Estolcomo. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde05_6/rbde05_6_03_alberto_melucci.pdf. Acesso em: 10 dez. 2015.

MILLS, C. Wright. *A Imaginação Sociológica*. 4.^a ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

MINAYO, M. C. S. et al. *Fala Galera: juventude, violência e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MISCHE, ANN. De Estudantes A Cidadãos. Redes De Jovens E Participação Política. *Revista Brasileira De Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 Nº5 Set/Out/Nov/Dez 1997 Nº6. P.134-150

MOISÉS, J. Á. *A Confiança Nas Instituições Públicas*. [Entrevista: 06/12/2013]. Instituto Millenium: Rio De Janeiro. Disponível Em: <http://www.institutomillenum.org.br/divulgacao/entrevistas/jose-alvaro-moises-fala-sobre-confianca-brasileiro-nas-instituicoes/>. Acesso Em: 08 Jul. 2015.

_____. *Democracia e confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?*. São Paulo: Edusp, 2010.

MONTEIRO, Marco Aurélio. *As comunidades "governo e Política" do Orkut como agência de socialização política*. (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/São Carlos,

como requisito para obtenção da qualificação em Ciência Política) São Carlos – São Paulo. 2012

MOURA, Lúcio Flávio; TRIGUEIROS, Marian. Protestos de rua entram em debate. *Folha de Londrina*. 26 jan. 2014, p. 09.

MOVIMENTO Passe Livre. *Carta de princípios do Movimento Passe Livre*. 2007. Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>. Acesso em: 25 jun.2014.

MÜXEL, Anne. Jovens dos anos noventa. À procura de uma política sem 'rótulos' *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 nº5 Set/Out/Nov/Dez 1997 nº6. p.151-166.

NASCIMENTO, Milton; TISO, Wagner. Coração de Estudante. *Travessia - O Melhor de Milton Nascimento*. Universal/Polygram, 1999.

NAZZARI, Rosana Katia. Socialização política e construção da cidadania no Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2002.

NETO, Octavio Amorim; SANTOS, Fabiano. A produção legislativa do Congresso: entre a paróquia e a nação. In: VIANNA, Luiz Werneck. *A democracia e os três poderes no Brasil*. (Org.) Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2003, p.91-139.

NIEMI, Richard; HEPBURN, Mary A. The rebirth of political socialization. *Perspectives on Political Science*. v. 24, issue 1, winter 1995. Disponível em: <http://www.uvm.edu/~dguber/POLS234/articles/niemi.pdf>. Acesso em: 30 out.2014.

NICOLAU, Jairo M. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NOBRE, Marcos. *Choque de democracia – razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. *Imobilismo em movimento*. Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As ruas e a democracia*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP). Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

_____. Possibilidades da Política. Perguntas a partir do Roda Viva. 25 jun. 2013. Disponível em: <http://marcoanogueira.blogspot.com.br/2013/06/perguntas-partir-do-roda-viva.html>. Acesso em: 19 jan. 2015.

_____. *Em defesa da política*. São Paulo: Senac, 2004.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NUNES, Edson de Oliveira. *A Gramática Política Do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Brasília, DF; ENAP, 2010.

OESTERREICH, D. A atitude da juventude alemã diante da atuação política: uma comparação internacional. In: *As caras da juventude. Cadernos Adenauer*, n. 6, 2001.

OGLIARI, Elder. Protestos deixaram governo 'perplexo'. *Folha de Londrina*. Folha Política. 25 jan. 2014, p. 04.

OPINIÃO PÚBLICA. *Encarte Tendências*. Campinas, VOL. VII, nº2, 2001, P. 254-288.

OPPO, Anna. Socialização Política. In: BOBBIO, Norberto, et al (orgs.) *Dicionário de Política*. V.2. 5ª Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

PACCOLA, CARINA. O discurso de campanha de Antonio Belinati: Elementos Para Uma Análise Sociológica. *Rev. Mediações*, Londrina, V. 4, N. 2, P. 19-31, Jul./Dez. 1999.

PAIS, José Machado. *A construção sociológica da juventude: alguns contributos. Análise Social*. V. XXV, 1990.

_____. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PAIVA, Angela R. (Org.) *Juventude, cultura cívica e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

PARANÁ. *Diretrizes curriculares da educação básica: Sociologia*. Governo do Paraná. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Departamento de Educação Básica, 2008.

PARDELHAS, Sérgio. O risco do radicalismo. *Revista Isto É*. 19 fev. 2014. Ano 38. Nº 2308, p.36-42.

PERALVA, Angelina T. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 nº5 Set/Out/Nov/Dez 1997 nº6. p.15-24.

PEREIRA, Félix Ubirajara de Souza. *Democracia, Juventude e Cultura Política: estudo sobre jovens dirigentes partidários no Rio Grande do Sul*. [Monografia]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2013.

PLANO Municipal de Assistência Social 2014-2017 – PMAS. Prefeitura do município de Londrina Secretaria Municipal de Assistência SOCIAL. Londrina, abril, 2014.

Disponível em:

http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/PMAS%202014-2017.pdf. Acesso em: 10 jun.2014.

PRESIDENTE do TSE comenta redução do eleitorado jovem com voto facultativo

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO. *Colégio Estadual da Warta*. Disponível em: www.ldawarta.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/18/.../PPP-WARTA.doc.

POLÍTICA Democrática. A Chaga da Corrupção. *Revista de Política e Cultura* – Brasília/DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2012. No 33, julho/2012.

PUJOL, Antoni F. T. I; ROCHA, Fernando G.; SAMPAIO, Fernando S. dos. Manifestações populares no Brasil atual: sociedade civil em rede e reivindicações sobre o poder político. *XIII Colóquio Internacional de Geocrítica: El control del espacio y los espacios de control*. Barcelona, 5-10 mayo 2014, p.01-21. Disponível em:

<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Antoni%20Francesc%20Tulla%20i%20Pujol.pdf>. Acesso em: 30 set. 2014.

PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Perfil do Município de Londrina. Disponível em:

http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil_print/londrina_pr. Acesso em: 30 set.2014.

R7 NOTÍCIAS. *Queda De Jovens Eleitores Reflete Descrédito Da Política, Dizem Cientistas Políticos*. Disponível Em:

<http://noticias.r7.com/eleicoes-2014/queda-de-jovens-eleitores-reflete-descredito-da-politica-dizem-cientistas-politicos-30072014>. 30/07/2014. Acesso em: 30 nov.2014.

REDE BRASIL ATUAL. Em Discurso Da Vitória, Dilma Prega Diálogo E Reforma Política Com Participação Popular. Disponível Em: <http://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/em-discurso-da-vitoria-dilma-prega-dialogo-e-reforma-politica-com-participacao-popular-3634.html>. Acesso em: 19 jan.2015.

RELATÓRIO de Informações Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Rf Bolsa Família e Cadastro Único - MDS/SAGI, 2014. Disponível em:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rfv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada>. Acesso em: 10 jun.2014.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.45, jan./jun., 1998.

REIS, Márlon. *O gigante acordado*. Manifestações, Ficha Limpa e Reforma Política. Rio de Janeiro: LeYa, 2013.

REJEIÇÃO ao voto obrigatório sobe para 61% do eleitorado - 11/05/2014. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1452545-rejeicao-ao-voto-obrigatorio-sobe-para-61-do-eleitorado.shtml?rtqa=33dd431dc3844263873e79ac03ccb603>. Acesso em: 10 dez. 2015.

REZENDE, André Lara. O mal- estar contemporâneo. *Valor Econômico*. São Paulo, 05 jul. 2013. Disponível em: <http://arquivoetc.blogspot.com.br/2013/07/o-mal-estar-contemporaneo-andre-lara.html>. Acesso em: 28 jun.2014.

RIBEIRO, Renato Janine. Política e juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p.19-33.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração. Brasília-DF, 18 de junho de 2013a. Palácio do Planalto Presidência da República. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-lancamento-do-marco-regulatorio-da-mineracao-brasilia-df>. Acesso em: 16 jun.2014.

_____. Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV. Brasília-DF, 21 de junho de 2013b. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>. Acesso em: 16 jun. 2014.

RUSSO, RENATO. Aloha. *Legião Urbana. A Tempestade*, Emi/Odeon,1996.

SÁBER Ab'Tales. Protestos em questão: as manifestações e o direito à política. Folha Opinião. *Folha de São Paulo*. 26 jun.2013, p.03.

SANTOS, José E. dos; SANTOS, Valmaria L. C. da. Geografia dos protestos e meio comunicacional: redes sociais digitais e manifestações populares. Geografia dos protestos e meio comunicacional. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, v.02, nº02, 2013. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistamseu/index.php/revista/article/view/50/0>. Acesso em: 25 set. 2014.

SANTOS, Manuel Joaquim R. dos. Os descontentes nas ruas. Espaço Aberto. *Folha de Londrina*. 29 jun. 2014, p. 02.

SANTOS, R. Diálogos com as esquerdas militantes. *IV Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito/Faculdade de Direito (UFF)*, Niterói, 14-15 out. 2014.

SÃO PAULO faz o maior comício. *Folha de São Paulo*. 17 abr.1984. Acervo on line. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_17abr1984.htm. Acesso em: 24 fev. 2014.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. *Reflexões acerca do sentido da Sociologia no Ensino Médio: desenvolver a perspectiva sociológica: objetivo fundamental da disciplina no Ensino Médio*. Inserido em: Copyright 2001-2003. Acesso em 02/02/2007. p. 01 a 07

SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e Política no Brasil: A Socialização Política dos Jovens na Virada do Milênio*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

SEARS, Davis O; Nicholas A. VALENTINO. 1997. *Politics Matters: Political Events as Catalysts for Preadult Socialization*. American Political Science Review 91: 45- 65.

SEGATTO, José Antonio. Cidadania e Política. *Revista Perspectivas*, São Paulo, n. 22, 1999, p. 137-159.

_____. *Política, Relações Sociais e Cidadania*. Brasília: Fundação Astroljildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

SEMINÁRIO *A Crise de Audiência no Ensino Médio*. São Paulo, 4 e 5 de dezembro de 2008. Instituto Unibanco. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2013/07/a-crise-de-audiencia-do-ensino-medio.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2015.

SILVA, Ítalo Leandro; GUEDES, Olegna Souza. A história oral das revoltas do centro de socioeducação de Londrina II: uma interpretação teórico-filosófica. *Serviço Social em Revista*, Londrina. V.02, nº 01, jul/dez. 2011, p.48-73. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10568/11909>. Acesso em: 20 out.2014.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. LENPES e o Projeto de Pesquisa Por uma Sociologia das 'novas' e 'velhas' formas de evasão. In: LIMA, Angela Maria de Sousa [et al]. *Práticas e Debates na Formação de Professores de Sociologia*. Londrina: UEL, 2013, p.144-147.

SINGER, Andre. Classes e ideologias cruzadas. Dossiê: Mobilizações, protestos e revoluções. Brasil, junho de 2013. *Novos Estudos*. CEBRAP. n. 97, novembro 2013, p. 23-40.

_____. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da juventude brasileira – análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p.27-35.

SIQUEIRA, Marina Rodrigues. *Mudanças De Atitudes Políticas De Jovens No Contexto De Projetos De Educação Cívica: A Experiência Do Parlamento Jovem Mineiro*. IX Encontro da ABCP [cultura política e democracia]. Brasília, DF. 04 a 07 de agosto de 2014.

SOARES, Luiz Eduardo. O que eu sei e o que não sei sobre as manifestações de rua. *Política Democrática - Revista de Política e Cultura*. Brasília/DF: Fundação Astrogildo Pereira. Ano XII, nº 36, 2013, p. 18-23.

SOARES, Paulo Henrique. Vantagens e desvantagens do voto Obrigatório e do voto facultativo. Texto para discussão 6, abr. 2004. *Consultoria Leg. Senado Federal*. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-6-vantagens-e-desvantagens-do-voto-obrigatorio-e-do-voto-facultativo>>. Acesso em 16 jun. 2014.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. As Insurgências Juvenis e as Novas Narrativas Políticas Contra o Instituído. *Cadernos de Pesquisa*, PPGSP - UFS Nº 32, fev. 2003.

SOUZA, José D. Silva de. *Do capital social ao espaço econômico*. In: BAQUERO, Marcello & CREMONESE, Dejalma (orgs). *Capital social. teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p. 127-158.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre Juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 nº5 Set/Out/Nov/Dez 1997 nº6. p.37-52

_____. *Juventude, pesquisa e educação*. Caxambu, MG, 24ª Reunião Anual da Anped, 2001.

_____. (Org.) *Juventude e escolarização*. Brasília, MEC/INEP/COMPED, 2002.

TODOS pela educação. Avaliação brasileira do final do ciclo de alfabetização. prova ABC 2012. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1481/prova-abc-2012>. Acesso em: 05 mar. 2014.

TOMMASI, Lívia. Espaços e Tempos de Participação. Jovens brasileiros, espaços e tempos de participação política. Debate Salto para o Futuro – Juventudes em Rede: Jovens Produzindo Educação, Trabalho E Cultura. Boletim 24. NOV. 2007. p.12-20.

TONELLA, C. *Poder local, partidos e eleições na reedição do pluripartidarismo em Maringá, Paraná - 1979/1988: um estudo de caso [dissertação de mestrado] UEM, 1991.*

TRIBUNAL Superior Eleitoral (TSE). Jovem Eleitor: interesse político e voto valorizam cidadania. 23 out.2013. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Outubro/jovem-eleitor-interesse-politico-e-voto-valorizam-cidadania>. Acesso em: 08 jul. 2015.

_____. *Lei da Ficha Limpa será aplicada nas eleições gerais pela primeira vez*. 22 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2014/Janeiro/lei-da-ficha-limpa-sera-aplicada-nas-eleicoes-gerais-pela-primeira-vez>. Acesso em: 05 mar. 2014.

_____. Estatística do Eleitorado. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatisticas-de-eleitorado>. Acesso em: 05 mar. 2014.

_____. Jovem Eleitor: interesse político e voto valorizam cidadania. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Outubro/jovem-eleitor-interesse-politico-e-voto-valorizam-cidadania>. 23/10/2013. Acesso em: 22 jul. 2015.

UNESCO. *11º Relatório de monitoramento global de educação para todos*. Educação para todos em 2015. Um objetivo acessível?. São Paulo: Moderna 2009. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187129por.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.

_____. O Jovem e a Democracia. *Discurso do Representante*, 09/09/1999. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>. Acesso em: 11 abr.2004.

UNFPA. Valorizar a 1.000 millones de adolescentes: inversiones en su salud y sus derechos. In: _____. *Estado de la población mundial*, 2003. Nueva York: UNFPA, 2003.

UNICAMP. Pesquisadores analisam manifestações. Campinas: Universidade de Campinas. 27 set. 2013. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/clipping/2013/09/27/pesquisadores-analisam-manifestacoes>. Acesso em: 30 set. 2014.

UOL EDUCAÇÃO. Estudantes Fazem Ato Em Apoio A Professores Em Greve Do Paraná. Disponível Em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/04/30/estudante-fazem-ato-em-apoio-a-professores-em-greve-do-parana.htm>. 30/04/2015. Acesso Em: 21 Jul. 2015.

UOL ELEIÇÕES 2012. *Adolescentes bagunçam política em cidade no Paraná e abrem espaço para segundo turno*. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2012/uol-pelo-brasil/2012/09/20/adolescentes-baguncam-politica-em-cidade-no-parana-e-abrem-espaco-para-segundo-turno.htm>. Acesso em: 30 nov.2014.

VASCONCELOS, Celso do Santos. *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. São Paulo: Libertad, 2004.

VERMELHO, L. L. Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência). São Paulo, 1995. Tese de doutorado (Faculdade de Saúde Pública), USP.

VIANNA, Luiz W. O movimento da hora presente. *Estado Opinião*. Disponível em: <http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,o-movimento-da-hora-presente-imp-1043763>. Acesso em: 22 set. 2014.

VOMMARO, Pablo. La disputa por lo público en América Latina. *Nueva Sociedad*, nº 251. Mayo-junio 2014, p. 55-69. Disponível em: <http://nuso.org/revista.php?n=251>. Acesso em: 30 jun. 2014.

WERLANG, Alceu; HASS, Mônica. O Comportamento Político Nas Eleições Municipais De 2000 No Oeste Catarinense: Avaliação Preliminar. In: HASS, Mônica (Org.). *Partidos, Eleições E Voto*. Chapecó: Argos, 2003, P.15-42.

ANEXO

QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAR A OPINIÃO POLÍTICA DO JOVEM ESTUDANTE

A pesquisa faz parte da tese de doutorado do curso de Pós Graduação em Ciências Sociais, da UNESP, Campus Araraquara, intitulada: “Os jovens estudantes de Londrina: estudo de caso na participação nos pleitos eleitorais”, realizada pela pesquisadora e professora Angélica Lyra de Araujo. A intenção da pesquisa é analisar de que maneira os jovens londrinenses compreendem a vida política do país.

Q.1 SEXO: 1.() Feminino 2.() Masculino

Q.2 IDADE: 1. () 16 anos 2.() 17 anos 3.() Outra_____

Q.3 PERÍODO EM QUE ESTUDA:

1. () Matutino 2. () Vespertino 3.() Noturno

Q.4 SÉRIE: 1.() 2ª série Ensino Médio 2.() 3ª série Ensino Médio

Q.5 VOCÊ TRABALHA? 1.() Sim 2.() Já trabalhei, mas no momento não trabalho

3.() Não, nunca trabalhei

Q.6 Assinale abaixo, qual o grau de SATISFAÇÃO OU INSATISFAÇÃO com a vida que você leva hoje:

Relações	Muito Satisfeito	Satisfeito	Indiferente	Insatisfeito	Muito Insatisfeito
Família					
Saúde					
Emprego					
Estudo					
Amigos					
Maneira como se diverte					
Situação do Brasil					
Governo					

Q.7 Você já providenciou seu título de eleitor?

1.() Sim, pois nós que decidimos o futuro do país e o nosso.

2.() Não me preocupo ainda com o título

3.() Sim, por causa do trabalho e dos estudos

4.() Não, é muito cedo

5.() Sim, para poder cobrar dos governantes eleitos

6.() Outra.Por quê?_____

Q.8 Assinale quem exerce maior influência sobre na sua maneira de pensar sobre as eleições?

1.()Televisão aberta

2.() Redes Sociais

3.()Família

- 4.() Jornais impressos 5.() Rádio Comercial 6.() TV paga(cabo, satélite)
 7.() Revistas impressas 8.() Rádio Comunitária 9.() Grupo de amigos
 10.() A escola 11.() Eu não escuto ninguém 12.() Não se informa
 13.Outros (especifique)_____

Q.9 Quais são suas motivações de tirar ou não o título de eleitor?

- 1.() Não serve para nada 2.() Não gosto dos candidatos
 3.() É um direito, um dever 4.() Possibilidade de mudança no Brasil
 5.() Por conta do trabalho 6.() Outros.Qual?_____ 7.() Não sei

Q.10 Qual sua opinião a respeito das eleições?

- 1.() Não servem para nada 2.() Servem para mudar a vida política do País
 3.() É minha maneira de protestar 4.() Não tem sentido, pois eu voto e nada acontece
 5.() É minha maneira de participar da política 6.() É ser cidadão
 7.() Outro. Qual? _____ 8.() Não sei

Q.11 Qual o interesse que você tem nas eleições de Presidente, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais deste ano (2014)?

- 1.() Muito interesse 2.() Interesse médio 3.() Pouco interesse
 4.() Nenhum interesse 5.() Não sei

Q.12 Qual o grau de importância que a política tem na sua vida? 1.() Muito importante 2.() Mais ou menos importante 3.() Nada importante 4.() Não sabe

Q.13 Você costuma conversar sobre Política? 1.() Sim, sempre 2.() Às vezes
 3.() Raramente 4.() Não

Q.14 Você costuma se informar sobre Política? 1.() Sim, sempre 2.() Às vezes
 3.() Raramente 4.() Não

Q.15 Você acha que o voto deve ser obrigatório?

- 1.() Sim, é a nossa obrigação de escolher bons representantes
 2.() Não, as pessoas poderiam participar livremente das eleições
 3.() Sim, todos são responsáveis pelas escolhas dos nossos governantes
 4.() Não, vota quem gosta e acha que as coisas irão melhorar
 5.() Outro. Qual? _____ 6.() Não sei

Q.16 Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos?

- 1.() Sim, pois é dado aos jovens o poder de mudança
 2.() Não, porque é muito cedo para pensar e decidir a vida política do país
 3.() Sim, pois estamos manifestando a nossa cidadania
 4.() Não, os jovens ainda não tem maturidade para votar
 5.() Sim, já que os jovens pela internet podem ter acesso as informações sobre as eleições
 6.() Não, porque se ele pode votar também pode ir preso e responder pelos seus atos perante a Lei.
 7.() Outro. Qual? _____ 8.() Não sei

Q.17 Na lista abaixo assinale X no partido em que você tem simpatia: [assinale apenas uma alternativa]

- 1.() PSDC (Partido Social Democrata Cristão)
 2.() PP (Partido Progressista)
 3.() PSDB(Partido da Social-Democracia Brasileira)
 4.() DEM (Democratas)

- 5.() PT do B(Partido Trabalhista do Brasil)
 6.() PV (Partido Verde)
 7.() PSOL (Partido Socialismo e Liberdade)
 8.() PC DO B (Partido Comunista do Brasil)
 9.() PT (Partido dos Trabalhadores)
 10.() PSC (Partido Social Cristão)
 11.() PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)
 12.() PHS (Partido Humanista da Solidariedade)
 13.() Outro. Qual? _____
 14.() Não tenho simpatia a nenhum partido

Q.18 Você acredita que as eleições podem mudar o Brasil?

- 1.() Sim, podem mudar os rumos do Brasil
 2.() Não, é tanta corrupção que ninguém acredita nas eleições
 3.() Um pouco, mas é preciso mudar a qualidade dos candidatos
 4.() Outro. Qual? _____ 5.() Não sei

Q.19 Você acredita que teremos uma Reforma Política, capaz de melhorar o sistema eleitoral brasileiro?

- 1.() Sim, é mais do que necessária
 2.() Não acredito que teremos uma reforma capaz de mudar este sistema
 3.() Sim, teremos mudanças estruturais na forma de fazer política
 4.() Não vai dar em nada, é só falatório
 5.() Outro. Qual? _____ 6.() Não sabe

Q.20 Em sua opinião, o que está faltando para os jovens, assinale apenas uma questão:

- 1.() Oportunidade do primeiro emprego 2.() Escolas mais atrativas
 3.() Descriminalização do uso de maconha
 4.() Acesso ao ensino técnico, profissionalizante e universitário
 5.() Participação na política
 6.() Espaços culturais e centros de juventude nos bairros
 7.() Policiais mais preparados no trato com a juventude
 8.() Respeito e cordialidade entre torcidas de futebol
 9.() Ampla oferta de transporte público noturno
 10.() Informação e prevenção ao uso de drogas
 11.() Aulas temáticas relacionados a Política, ao Governo, as Eleições e aos Partidos Políticos 12.()
 Outro. Qual? _____ 13.() Não sei

Q.21 Assinale abaixo qual sua participação nas seguintes atividades:

ATIVIDADE	Participa	Já Participou	Gostaria de Participar	Não Pretende Participar
Associação estudantil ou grêmio				
Greve				
Campanha eleitoral				
Partido Político				
Movimento contra a corrupção política				
Grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico				

Protestos de rua				
Movimento pela paz				
Movimento pela segurança				
Movimento pela melhoria do Brasil				
Movimento pela melhoria da cidade				
Movimento pela melhoria do bairro				
Movimento pela melhoria da educação				
Movimento pela melhora do transporte				
Grupos artísticos ou culturais (música, hip hop, grafite/pichação, bandas, dança, teatro, cinema, vídeo, fotografia, etc)				
Clube, associação esportiva, recreativa ou de lazer				
Entidade ou movimento em defesa de grupos discriminados (mulheres, negros, indígenas, idosos, deficientes, LGBTs, crianças e adolescentes)				
Associação de defesa do consumidor				
Entidade ou grupo de mídias livres ou alternativas				
Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa				
Outro (qual?)				

Q.22 Você participou das manifestações, que tiveram início em junho de 2013 e se espalharam pelo Brasil:

1. () Sim, com cartazes e frases de mudanças
2. () Não, fiquei com receio de participar por conta dos baderneiros infiltrados no meio das pessoas
3. () Sim, de maneira pacífica, cantando e segurando cartazes
4. () Não, tenho interesse e não gosto de manifestações
5. () Sim, estando presente nas manifestações e apoiando pelas redes sociais
6. () Não, foram violentas e não levaram a nenhuma mudança
7. () Outro. Qual? _____
8. () Não sei

Q.23 As manifestações, sobretudo juvenis, que tiveram início em junho de 2013 e se espalharam pelo Brasil, podem:

1. () Ser muito boas, pois é uma oportunidade de mudança.
2. () Ser boas, porque alguma coisa irá mudar.
3. () Ser ruins, pois a violência e o vandalismo predominam.
4. () Ser muito ruins, porque não vai dar em nada. 5. () Não sei.

Q.24 Assinale abaixo qual o grau de confiança que você deposita nas seguintes instituições:

INSTITUIÇÕES	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
Partidos Políticos				

Câmara Municipal				
Câmara Estadual				
Congresso Nacional				
Vereador				
Prefeito				
Deputado Estadual				
Deputado Federal				
Senador				
Governador				
Presidente				
Poder Judiciário				
Forças Armadas				
Polícia				
Sindicatos				
Movimento Estudantil				
Escola				
Religião ou pastorais religiosas				
Estado				
Lideranças comunitárias				

Q.25 Se você pudesse sugerir algo na política brasileira o que você sugeriria?

1. () Leis mais rígidas como a prisão perpétua para qualquer tipo de corrupção
2. () Ter mais participação da sociedade nas decisões governamentais
3. () Mais honestidade, ética e valor nas atitudes dos políticos
4. () Uma completa reforma de modo que todos os que estão no poder saiam e dêem lugar para uma nova Política
5. () Erradicar o político corrupto e ter uma política transparente e ética, comprometida com o povo
6. () Melhorar a saúde e a educação do nosso país
7. () Garantir o cumprimento das leis
8. () Não tenho nada a sugerir.
9. () Outro. Qual? _____
10. () Não sei

Q. 26 Você teve dificuldades em responder este questionário?

1. () Sim, porque é um assunto que não entendo muito
2. () Um pouco, não discuto muito sobre eleições
3. () Sim, porque não me interessa por este assunto
4. () Não, me interessa e preocupo com a política
5. () Gostaria de saber mais sobre política, eleições, partidos
6. () Outro. Qual? _____
7. () Não sei

Q. 27 O que a POLÍTICA representa para você?

Q. 33 Desenhe o que POLÍTICA representa para você?

Muito obrigada!